



Departamento de História

O despontar do movimento operário na esfera pública  
(1850-1860)

João Lázaro Cavaleiro Diz de Carvalho

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em História Moderna e Contemporânea na especialidade de Política, Cultura e  
Cidadania

Orientador(a):

Doutora Fátima Sá e Melo Ferreira, Professora Associada  
ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2013

## **Agradecimentos**

Os primeiros agradecimentos são dirigidos aos meus pais, Glória Carvalho e João Afonso, pelo apoio incondicional e o esforço financeiro que fizeram durante o mestrado, mesmo num período (que já é histórico) marcado por uma grave crise económica e social.

Em segundo lugar agradeço à Professora Doutora Fátima Sá, orientadora desta dissertação, que desde o início abraçou este projeto com um enorme rigor científico, exigência na investigação, e também muita simpatia e amabilidade. Esta investigação é também fruto das inúmeras, e interessantes, reuniões que decorreram sobre o projeto, das quais resultou o esclarecimento de dúvidas e o surgimento de pertinentes caminhos de investigação.

Um agradecimento especial à minha companheira, Anabela Oliveira, que várias vezes ficou privada da minha presença devido à investigação. Embora não tenha formação em história acabou por dar o seu apoio ao projeto, estando sempre disponível e interessada em ouvir o estado, a forma e o conteúdo da investigação.

Não posso deixar de agradecer à Professora Doutora Magda Pinheiro, ao Professor João Arsénio Nunes, à Professora Doutora Luísa Tiago Oliveira e a Marina Oliveira pelos conselhos e expectativas criadas no projeto.

Agradeço também aos colegas de licenciatura e mestrado, particularmente ao Rui Mota, Joana Rita, Filipa Machado, Cláudio Santos, Débora Cardoso e Andreia Silva, bem como à colega de Sociologia Diana de Carvalho, pelo apoio e troca de ideias que ocorreram sobre as respetivas dissertações.

Por fim, um agradecimento geral à minha família e bons amigos pelo orgulho e confiança que têm na minha pessoa, nomeadamente, ao Pedro Aguiar, João Rijo, Carla Pires, Marco Gonçalves, David Santos e Inês Leitão pela sincera curiosidade e interesse que demonstraram na dissertação.

"O que é o trabalho? É tudo. O que é ele hoje? Nada.  
O que quer ele ser? Alguma coisa".  
Lopes de Mendonça, in *Eco dos Operários*, 28 de abril de  
1850, N.º 1, p. 2.

## Resumo

A emergência de um movimento operário atesta importantes transformações — quer socioeconómicas quer políticas — no Portugal oitocentista, nomeadamente a partir da década de 50. É nesta fase, em que o projeto liberal está vitoriosamente consolidado, que surge a primeira geração de socialistas que tenta dar resposta à questão social e do trabalho, difundindo um novo discurso e ideias para o espaço público, onde se destaca o periodicismo.

Esta dissertação pretende abordar o movimento operário, dando ênfase a algumas práticas que começam a ser desenvolvidas nesta fase, sobretudo, através do jornal *Eco dos Operários* e do *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas* e do seu jornal. Não sendo descurado, que este movimento operário está inserido num período marcado pela concretização de uma política centrada no desenvolvimento do país, uma fase conhecida por Regeneração. Perante isto, não é esquecida a análise do discurso realizado pelos deputados nas Câmaras sobre o mundo operário.

A esta luz, não é de estranhar termos como ponto de partida que a década de 50 de oitocentos seja fortemente marcada por um importante despontar do movimento operário na esfera pública, sendo veiculado para o espaço público um vasto leque de assuntos referentes ao mundo operário, oriundos de sectores distintos da sociedade, como é o caso do próprio movimento operário e do Parlamento.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento operário, socialismo, associativismo, esfera pública, discurso parlamentar.

## Abstract

The emergence of the working class movement testifies both socio-economic and political transformation in eighteenth-century Portugal, particularly since 1750. At this stage, when the liberal project is successfully consolidated, the first generation of socialists emerges to address the social and work issues, disseminating their ideas to the public through the periodicals.

This dissertation aims to describe the working class movement, focusing on some of the workers' practices that took place at that time, namely the newspaper *Eco dos Operários* and the *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas* and respective newspaper. Yet, it should not be overlooked that the working class movement occurs in a period marked by the completion of a policy focused on country development, a period known as *Regeneração*. In view of this, the analysis of the speech on workers' situation by the members of Council was not forgotten.

Considering the above, it is not surprising that the 1850s were a time characterized by the significant emergence of the working class movement into the public sphere and a vast number of issues associated with the workers' movement and working world, from different sectors of society, were conveyed to the public sphere, such as the workers' movement itself and the Parliament.

KEYWORDS: Working Class, Socialism, Associations, Public Sphere, Parliamentary Speech

## **ADVERTÊNCIAS NORMA ORTOGRÁFICA**

O presente trabalho foi elaborado em conformidade com o Acordo Ortográfico (AO) da Língua Portuguesa entre os vários países que tem o português como língua oficial. O acordo foi ratificado no Parlamento português, e promulgado pelo Presidente da República, em 2008, tendo entrado em vigor no sistema educativo nacional no ano 2011/2012. Importa, no entanto, salientar que as grafias duplas, como por exemplo sector/setor ou facto/fato, são usadas devido a questão fonética e no sentido de evitar confusões semânticas.

Foi ainda atualizada a grafia das citações e dos títulos da documentação, artigos e livros presentes ao longo da dissertação por uma questão de uniformização do texto. No entanto, na bibliografia os mesmos são expostos com a sua grafia original.

## Índice

### Introdução

Projeto .....	1
Metodologia .....	3
Estado da Arte .....	5

### Primeira Parte - Enquadramento histórico e conceptual

A Regeneração e a dinâmica capitalista .....	13
Uma geografia operária e industrial .....	15
Em torno do conceito de operário.....	18

### Segunda Parte - A emergência das práticas do movimento operário: Do Eco dos Operários ao Centro Promotor

O Eco dos Operários chega à rua .....	25
O impulsionar de uma certa conflitualidade pela redação do Eco dos Operários .....	30
O olhar dos socialistas portugueses sobre o socialismo .....	35
A associação .....	40
Centro Promotor de Melhoramentos das Classes Laboriosas.....	48
"Nem as finezas do palácio, nem a grosseria da taberna". A apologia de novos comportamentos .....	60
A participação na vida política nacional.....	62
A Candidatura de um operário .....	72

### Terceira Parte - O mundo operário no discurso parlamentar

A questão social surge em debate .....	75
A importância da instrução.....	80
"Porque a honra de um operário vale tanto como a de um Par do Reino". A importância dos operários.....	83
O olhar dos deputados sobre o socialismo .....	88
Protestos operários apresentados nas Câmaras .....	91

Conclusões.....	97
-----------------	----

## Fontes e Bibliografia

Fontes.....	105
Periódicos .....	106
Estudos .....	106

## Anexos

### A

Mapa das Associações - Jornal do Centro Promotor..., 16 de maio de 1854, N.º 1 - II Série, p. 3. ....	I
---	---

### B

(1853), Estatutos do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, Lisboa, Imprensa Nacional. ....	II
--	----

### C

O Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas em conta corrente com os subscriptores de donativos para serem distribuídos pelo mesmo Centro - A Revolução de Setembro, 31 de dezembro de 1857, N.º 4709, p. 2.....	VIII
---	------

### D

Mendonça, Lopes de (Sine anno), A Candidatura d'um operário, Typ. Social. ....	IX
--	----

CV .....	XVII
----------	------



## Introdução

### Projeto

A dissertação final do Mestrado em História Moderna e Contemporânea, na especialidade de *Política, Cultura e Cidadania*, agora aqui apresentada foi, em grande medida, estimulada pela participação numa *Bolsa de Integração à Investigação* (BII) no projeto *Iberconceptos* — sob a responsabilidade da investigadora e Professora Fátima Sá — acolhida no *Centro de Estudos de História Contemporânea* (CEHC-IUL) no ISCTE-IUL. Nesse âmbito acabei por efetuar a recolha de vários conceitos usados nos discursos parlamentares presentes nas Câmaras durante o liberalismo. Foi ainda desenvolvida uma investigação paralela ao projeto, tal como previa a BII. Aproveitando o contacto com os discursos parlamentares, acabei por realizar uma investigação focada no discurso parlamentar feito no Vintismo, sobre as camadas operárias. Um trabalho que resultou na comunicação apresentada no 1º Encontro de Bolseiros de Integração do CEHC-IUL com o nome: "Perspectivas Parlamentares sobre o mundo do trabalho industrial português no Vintismo". O contacto com o mundo parlamentar proporcionou, irremediavelmente, uma proposta de investigação pertinente: não descurar o discurso parlamentar sobre o mundo operário.

Assim, propus-me levar a cabo um trabalho de investigação sobre o movimento operário e o mundo operário abordando a perspectiva e a documentação fabricada em dois palcos documentais distintos: o próprio movimento operário e os discursos parlamentares. Inicialmente a baliza cronológica pretendia estar entre 1850 (criação do *Eco dos Operários*) e 1875 (criação do Partido Socialista Português), pois permitiria assim verificar as várias alterações no interior do movimento operário e, porventura, no próprio discurso parlamentar sobre o mundo operário. Porém, face à imensa documentação para consultar e tratar, rapidamente se percebeu que a baliza cronológica era demasiada ampla para o âmbito de uma dissertação de mestrado. Perante isso, ficou estabelecido reduzir a baliza cronológica à década de 50 de oitocentos. Esta baliza cronológica faz com que a presente dissertação esteja enquadrada na primeira das três célebres fases definidas pelo historiador José Tengarrinha sobre o rotativismo português: "1851-1865 (alternância regular entre regeneradores e históricos)"<sup>1</sup>. Esta década merece a nossa atenção por ser nela que emerge na vida pública uma geração de jovens intelectuais partidários do socialismo

---

<sup>1</sup> Citado em, Sardica, José Miguel (1987), "Os partidos políticos no Portugal oitocentista (discurso historiográfico e opiniões contemporâneas)", *Análise Social*, Vol. XXXI (142), p. 571.

responsáveis pelo aparecimento de dois importantes marcos na história do movimento operário: o jornal *Eco dos Operários* e o *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*. Este desenvolvimento é enquadrado num período vincado por profundas alterações em vários níveis (Regeneração). A reta final desta década é profundamente marcada, também, por algumas e graves crises de subsistência no país e por uma epidemia de febre amarela na cidade de Lisboa, contingências essas que vão ser severas para o mundo operário e, desse modo, abordadas pelo movimento operário e pelo Parlamento. Importa, ainda, realçar que no plano historiográfico a delimitação desta baliza cronológica é pertinente, visto que é uma década moderadamente explorada pelos historiadores que se tem entregue ao estudo do universo operário.

Portanto, estas linhas são reservadas para o discurso e pensamento do movimento operário que surgem em 1850, não sendo descurado os seus dirigentes e as novas formas organizativas que o movimento pretendia engajar no mundo operário, nomeadamente, o associativismo. Logo, algumas práticas, certos quotidianos e o discurso do movimento operário são analisados e evidenciados, particularmente, a partir do jornal *Eco dos Operários* e do *Centro Promotor*. Esta análise permitirá constatar a ocorrência de várias ruturas e continuidades no comportamento desta geração de socialistas, sendo de destacar a passagem ocorrida do *Eco dos Operários* para o *Centro Promotor*.

A acompanhar este estudo sobre o movimento operário está uma abordagem que, na nossa perspetiva, consagra uma singularidade desta dissertação face à historiografia operária: o estudo do mundo operário através do mundo parlamentar. Neste prisma, surgem no imaginário do autor destas linhas várias questões; O mundo operário era debatido pelo mundo parlamentar? As ideias socialistas tiveram eco no parlamento? A importante *questão social* também penetrou no parlamento? Questões que foram, em muitos casos, respondidas com o decorrer da investigação. No entanto, outras importantes questões não tiveram, infelizmente, suporte documental para uma resposta direta e incisiva; Como encarava o Parlamento o jornal *Eco dos Operários*? Como era encarada a elite socialista desse período pelo parlamento? A ação do *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classe Laboriosas* era alvo de discussão no interior do parlamento?

Em função dessas abordagens, a investigação ambiciona verificar a ocorrência de um despontar do movimento operário na esfera pública. Ou seja, a investigação pretende dar ênfase ao aparecimento em espaço público de uma discussão e debate (tanto em periódicos, em sessões públicas e nos debates parlamentares) sobre temáticas que envolvem o mundo operário e o próprio

movimento operário. Em certa medida, procura-se ter a percepção de se, por um lado, o mundo operário e o movimento operário eram parte integrante da discussão política e da vida nacional deste período, não sendo, por outro, desconsiderada a existência de uma eventual perspectiva do próprio movimento operário sobre a vida nacional. A importância histórica deste despontar na construção e formação de uma futura classe operária não deve ser encarada como supérflua.

Concluindo, é importante não deixar de dizer que outros caminhos de investigação ficaram por percorrer, o limite do número de páginas e o limite temporal desta dissertação assim o ditaram. Seja como for, é nosso objetivo continuar a avançar com o estudo do mundo operário, visto que, embora muito já tenha sido feito, é imperativo o regresso ao estudo do movimento operário, pois a sua investigação é, forçosamente, acompanhada, hoje, pela análise de outros importantes temas. De facto, o estudo da política, do poder, da industrialização, das ideias, das relações laborais e até das elites é indissociável da investigação do movimento operário.

## **Metodologia**

Inicialmente ocorreu, como não podia deixar de ser, uma vasta pesquisa bibliográfica relacionada com a temática abordada na dissertação sobre a história do movimento operário. Essa pesquisa permitiu efetuar a lista dos livros, e também de artigos, que deviam ser consultados ao longo da investigação no sentido de nos familiarizarmos com os vários autores e a investigação já produzida sobre a temática. Assim, não é minimizada a cimentação da argumentação da tese, num diálogo com outros autores.

Não obstante, a dissertação é sustentada, na sua grande maioria, por um vasto leque de documentação que foi consultado e esmiuçado. É de referir que não houve grande dificuldade na localização das fontes que se pretendia consultar. Nesta vasta consulta são de destacar os jornais *Eco dos Operários* e o *Jornal do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas* pois a sua consulta foi basililar. Optou-se por recorrer às bases de dados online da Biblioteca Nacional (BN) e da Hemeroteca, acabando por ambos os jornais estarem disponíveis para consulta pública na Biblioteca Nacional, com o acréscimo de ambos se encontrarem digitalizados e disponíveis no site da Biblioteca Nacional Digital. Ao dar conta de que apenas era possível consultar o jornal do *Centro Promotor* disponível entre os anos de 1853-1854, foi consultado um importante periódico da ala esquerda do liberalismo, no sentido de preencher uma parte temporal que os documentos já citados não cobriam, com informação relacionada sobre o movimento operário. O periódico escolhido foi A

*Revolução de Setembro* por vários motivos, além da sua importância e a proximidade com a geração socialista desse tempo: o seu principal dinamizador (António Rodrigo Sampaio) foi o primeiro presidente do *Centro Promotor*. Curiosamente, este jornal também estava para consulta no site da BN Digital. Portanto, esta investigação é fruto de uma intensa pesquisa em periódicos sobretudo, no *Eco dos Operários* e no *Jornal do Centro Promotor*.

Outras importantes fontes históricas foram consultadas e permitiram a realização deste trabalho. A questão estatutária do *Centro Promotor* é auxiliada com a consulta dos *Estatutos do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas* (1853). A obra que contém o discurso, realizado no *Centro Promotor* por José de Torres sobre as crises de subsistências não foi também esquecida. Obra intitulada-se *Discurso pronunciado em 1 de Dezembro de 1856 no Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas* (1857). A relevante, e interessante, brochura da autoria de Lopes de Mendonça, *A Candidatura de um operário*, foi consultada e analisada. Este importante documento, paradoxalmente, parece ter sido esquecido por grande parte da historiografia que foca o movimento operário, estando disponível na secção reservados da BN. O *Brevíssimo relatório dos objetos relativos à indústria vistos em sessenta dias de residência em Paris durante a Exposição Universal oferecido ao Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas pelos Delegados dos Artistas de Lisboa*, de 1856, foi também consultado na biblioteca do Parlamento Português. O *Almanaque Democrático* foi também uma mais-valia na informação sobre a história do movimento operário e seus dirigentes deste período. Importa ainda salientar que foi também consultado o *Código Penal* de 1852 que se encontra online no site da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

No âmbito da pesquisa sobre o mundo operário nas Câmaras Liberais, desenvolveu-se uma persistente consulta dos debates parlamentares, designadamente, os da Câmara dos Senhores Deputados e da Câmara dos Pares do Reino. Debates que estão digitalizados, sendo possível a sua consulta através do site oficial do Parlamento português: Monarquia Constitucional — <http://debates.parlamento.pt/?pid=mc>. Esta consulta foi dinamizada através de várias palavras-chaves, entre as quais merecem destaque os termos «operário», «operários», «classes laboriosas», «socialistas» e «socialismo», que surgiram com bastante frequência.

Em relação a algumas dificuldades encontradas durante a investigação são de destacar algumas dificuldades colocadas por certos termos mais arcaicos presentes nos jornais e nos debates parlamentares desse tempo, no entanto, esta situação foi resolvida com o recurso ao dicionário de Frei Domingos Vieira de 1871: *Tesouro da*

*Língua Portuguesa*. Por fim, e porque a honestidade intelectual assim o dita, outros caminhos de investigação ficaram por percorrer. Por exemplo, não foi possível consultar os 21 números do jornal *A Tribuna do Operário* devido ao seu avançado mau estado, tendo sido apenas possível a consulta do número um desse jornal.

Em relação à estrutura da dissertação, optou-se por dividi-la em três partes, sendo inicialmente composta por uma introdução onde é encaixada a história deste projeto, a metodologia usada e o retrato da historiografia que tem abordado o movimento operário. No que diz respeito à primeira parte, procura-se fazer um enquadramento histórico sobre a Regeneração, sendo abordado o surgimento de uma dinâmica capitalista e industrial em Portugal, não esquecendo um enquadramento do conceito de operário neste período. A segunda parte é dedicada ao discurso e ao pensamento oriundo do movimento operário, sobretudo, aquele que foi impresso nas páginas do *Eco dos Operários* e no *Jornal do Centro Promotor*. A terceira parte é referente ao mundo operário observado através dos discursos parlamentares realizados nas Câmaras liberais. No fim, temos as devidas conclusões, as fontes, a bibliografia consultada e os respetivos anexos.

Deve ainda ser registado que a dissertação conta com a influência do conceito de "esfera pública burguesa" formulado pelo filósofo Jurgen Habermas.

## **Estado da Arte**

Ao contrário de outros países, em Portugal o estudo e o debate historiográfico referente ao movimento operário é acentuadamente tardio e, em certa medida, efémero. O atraso historiográfico está irremediavelmente ligado à própria história contemporânea portuguesa, nomeadamente à ditadura salazarista que funcionou como um forte obstáculo à construção do conhecimento histórico sobre o operariado nacional e às ideias de cariz socializantes que lhe são intrínsecas. Importa ressaltar, não obstante, que a temática é abordada durante o Estado Novo. É exemplo disso a *História breve do movimento operário português* da autoria de Costa Júnior, publicado na década de 60 e sobretudo os trabalhos nascidos na reta final do regime que afloram a evolução da estrutura organizativa e ideológica do movimento operário — é o caso de *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal: a greve geral de Novembro de 1918* da autoria de José Pacheco Pereira de 1971, e dos livros de César Oliveira de 1973, *a Imprensa operária no Portugal oitocentista: de 1825 a 1905* e *O socialismo em Portugal: 1850-1900*. Em 1970 é publicado um artigo, em dois números,

na *Seara Nova* de Alberto Machado da Rosa, intitulado "O socialismo em Portugal há um século".

É bastante curioso perceber que a realização de importantes e pioneiros trabalhos sobre o movimento operário e a emergência das ideias socialistas é, muitas vezes, concretizada no estrangeiro durante esse tempo. Vale a pena citar o exemplo de Victor de Sá que apresenta a sua importante tese de doutoramento — *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações e das ideias socialistas em Portugal (1820-1850)* em Paris e que ao regressar a Lisboa é detido pelo regime não sendo o seu grau académico reconhecido. Victor de Sá não é um caso isolado. Outros autores, como Manuel Villaverde Cabral e Fernando Medeiros, também abordaram a questão do operariado português por terras francesas. Convém salientar que a maioria destes historiadores eram conhecidos, e ativos, militantes da oposição ao fascismo português. Assim, e em certa medida, não será errado de todo afirmar que o exílio político promoveu o exílio de uma certa corrente historiográfica.

O próprio Partido Comunista Português, na clandestinidade, é responsável pela divulgação de uma brochura intitulada *História do Movimento Operário em Portugal (Das origens ao Partido Comunista)*, vaticinando que "o derrubamento da ditadura fascista abrirá aos historiadores marxistas uma fase de intenso trabalho"<sup>2</sup>. De facto assim acontecerá. O fim do Estado Novo, em 25 de abril de 1974, propicia o que Victor de Sá alcunhou de "o grande despertar [...] de curiosidade pela história do movimento operário português"<sup>3</sup>.

A nova conjuntura revolucionária, com a existência de uma esquerda política e militar em efervescência, não foi alheia à dilatação do interesse pelo estudo da classe operária. De uma forma transversal, os livros passam a estar munidos de um palavreado e categorias forjados na esfera marxista (classe operária, luta de classes, superestrutura, etc), visto que a politização da sociedade predispunha à absorção de livros sobre a classe operária e as ideias socialistas. Por exemplo, entre os livros mais vendidos em Lisboa durante abril de 1975 constavam o *MFA e a Revolução Socialista* de César Oliveira, *Introdução à Política* de Fernando Luso Soares, e livros de importantes autores marxistas como Jean Paul Sartre e Simone de Beauvoir<sup>4</sup>. Ocorre um resgate do passado histórico e do papel dos operários, ficando desse modo, inconscientemente ou não, a tentativa de legitimar o papel dessa classe no imediato,

---

<sup>2</sup> Anon (1965), *História do movimento operário em Portugal (das origens ao Partido Comunista)*, Edições PCP, p. 2. Disponível em:

<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04435.731#!2>

<sup>3</sup> Sá, Victor (1981), "Problemas e perspectivas num inventário da imprensa operária portuguesa", *Análise Social*, Vol. XVII (67-68), p. 1.

<sup>4</sup> Confrontar, Gomes, Adelino & Castanheira, José Pedro (2006), *Os dias loucos do PREC*, Expresso-Público, p. 78.

ou seja, na revolução. O aviso lançado décadas antes pelo historiador inglês E.P. Thompson — "os que pretenderam enfatizar os antecedentes constitucionais sóbrios do movimento operário por vezes minimizaram [os] seus traços mais robustos e desordeiros"<sup>5</sup> — é de ter em conta.

Os autores que merecem destaque, e que hoje são encarados como clássicos, vão desde Victor de Sá e César de Oliveira, a Carlos da Fonseca (*História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*), Ramiro da Costa (*Elementos para a história do movimento operário em Portugal*) e Maria Filomena Mónica (*Artesãos e operários: indústria, capitalismo e classe operária em Portugal (1870-1934)*) e *A formação da classe operária portuguesa: antologia da imprensa operária (1850-1934)*, passando ainda por João Freire (*Anarquistas e operários: ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*), Manuel Villaverde Cabral (*O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*) e Armando Castro (*A economia portuguesa do século XX e A revolução industrial em Portugal no século XIX*) todos publicados durante as décadas de 70 e 80.

Na década de 90 é de destacar a coletânea de artigos presentes no livro, *Das Revoluções liberais ao Estado Novo*, de Miriam Halpern Pereira, que colige estudos já anteriormente publicados. Este conjunto de livros deu uma forte e nova luz sobre a história operária em Portugal.

Com o passar dos anos, e o distanciamento daquele peculiar abril de 1974, o estudo sobre o movimento operário e ideias socialistas acaba por adelgaçar, perdendo, na aparência, o charme que anteriormente detinha. Embora nunca se tenha deixado de publicar novos trabalhos sobre a temática, na verdade a historiografia deixou de contar com um movimento de historiadores que premiavam o estudo da questão operária. O contexto internacional ajuda a perceber a queda no estudo do movimento operário em Portugal, pois é de frisar que esta vertente historiográfica perde cultores um pouco por todo o mundo, logo após a implosão do bloco socialista, em 1991. A partir daí é nítida a diminuição da influência da chamada escola marxista na historiografia que tão de perto se tinha ligado aos estudos sobre os operários e o movimento operário.

Sem embargo, a interrupção não é abrupta e regista-se uma continuidade na publicação de livros sobre esta temática em particular sobre a história operária local, caso de Alexandre Flores com o seu livro *Almada na história da indústria corticeira e do movimento operário: da regeneração ao Estado Novo, 1860-1930* de 2003 e, mais recentemente (2009), *Para a história do movimento operário em Torres Novas durante*

---

<sup>5</sup> Thompson, E.P. (1987), *A Formação da Classe Operária Inglesa - A árvore da liberdade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, Vol. I, p. 61.

a *Monarquia e a I República (1862-1926)* de Canais Rocha. Continuaram-se a elaborar novas teses que focaram o movimento operário, como foi o caso do estudo de Maria João de Abreu Mena Guimarães e Castro, com o título de *O operário (1879-82) e o movimento socialista no Porto*, defendida em 1999. E o estudo de Maria Alice Samara, *Sob o signo da guerra: "Verdes" e "Vermelhos" no conturbado ano de 1918*, defendida em 2001. Em 2008 é defendida a tese *Sindicalismo Revolucionário - A história de uma ideia* de Joana Dias Pereira. O *I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal*, realizado no passado mês de março na Faculdade de Ciências Sociais e Humana foi, deveras, um importante contributo para o rejuvenescimento do estudo operário.

A própria memória operária está, em alguns casos, editada. Não deve ser esquecido o caso do operário do Arsenal da Marinha, e posteriormente Secretário-geral do Partido Comunista, que durante a prisão escreveu *Palavras necessárias: a vida proletária em Portugal de 1872 a 1877*; do sindicalista da *Confederação Geral do Trabalho* (CGT), Alexandre Vieira que escreveu *Em volta da minha profissão: subsídio para a história do movimento operário no Portugal Continental*; e, por fim, *Memórias de um operário* de José Silva. No entanto, estes autores pouco ou nada focam o período que abrange esta dissertação.

De forma geral, quase todos os trabalhos focam o período entre 1850 e 1974, havendo uma maior densidade de trabalhos sobre o operariado na fase final da Monarquia Constitucional e, sobretudo, durante a I República e o Estado Novo. Em relação ao período que delimitam estas páginas, parece haver um certo consenso de que nele decorre a 1ª fase do movimento operário em Portugal. No entanto, é preciso frisar algumas nuances historiográficas.

Alberto Machado da Rosa, é bastante categórico, e até polémico, quando afirma que toda esta geração de socialistas da década de 50 a 60 é importante, não pela divulgação das ideias socialistas — que na ótica do mesmo são coevas, imprecisas e confusas, e se esfumam rapidamente em Portugal — mas sim, pela divulgação e a aproximação de um projeto de federação ibérica.

Carlos da Fonseca, estabelece a baliza cronológica de 1852 a 1870 como uma 2ª fase do movimento operário, defendendo que nos anos anteriores surgem "os mentores da organização social influenciada por Rousseau e Saint-Simon"<sup>6</sup>. No entanto, não deixa de afirmar que "feito, porém, o balanço rigoroso da ação dos

---

<sup>6</sup> Fonseca, Carlos, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal I - Cronologia*, Viseu, Publicações Europa-América, p. 22.



primeiros ideólogos da associação, verificamos que só a partir de 1850 é que as suas ideias se repercutiram no seio das classes trabalhadoras"<sup>7</sup>.

César Oliveira é um outro defensor de que a obra feita pela redação do *Eco dos Operários* é colmatada pelo incontornável *Centro Promotor* que, por seu turno, prefigura um espaço de convívio entre operários e importantes individualidades do liberalismo, chegando a ser encarado como "um prolongamento do projeto regenerador"<sup>8</sup>.

Edgar Rodrigues, é da opinião que o *Eco dos Operários* era um jornal que pretendia demonstrar "aos trabalhadores o valor do trabalho, sem o qual ninguém poderia viver, e como, apesar disso, os produtores eram maltratados pela burguesia que lhe impunha uma vida de miséria"<sup>9</sup>, sendo mais tarde o *Centro Promotor* um forte defensor do "ensino elementar técnico [que] promoveu o aperfeiçoamento ético das artes e ofícios e prestou todo o apoio moral ao proletariado em geral"<sup>10</sup>.

Joel Serrão, dá a ver certas limitações do movimento operário português deste período, frisando que «de 1850 a 1870 não houve, entre nós, nem republicanismo nem socialismo como movimentos políticos»<sup>11</sup>, contudo, não deixa de atribuir um papel histórico ao *Centro Promotor* ao admitir que nele «se adquire a experiência e se formam os quadros que iriam permitir a criação do Partido Socialista Português (1872)»<sup>12</sup>.

José Pacheco Pereira, afirma que o *Centro Promotor* não é, em rigor, uma associação mutualista, mas sim uma espécie de fórum de debate político e ideológico, com o desígnio de ser um núcleo dirigente no sentido do alargamento da influência do associativismo.

José Tengarrinha, engloba os periódicos *Eco dos Operários* e o *Jornal do Centro Promotor* numa primeira fase da imprensa de cariz operária que é publicada a partir de 1850. Segundo o autor estamos perante uma imprensa que funciona como "tribuna de luta social, apresentando limites e objetivos cada vez mais definidos e perdendo, progressivamente, o carácter literário, que a princípio lhes estava intimamente ligado"<sup>13</sup>. Num artigo publicado em 1981 José Tengarrinha demonstra que até 1870 vão ocorrendo algumas greves, salientando a sua "dispersão geográfica [...]

---

<sup>7</sup> FONSECA, op. cit., p. 22.

<sup>8</sup> Oliveira, César (1973), *O Socialismo em Portugal 1850-1900*, Porto, Afrontamento, p. 123.

<sup>9</sup> Rodrigues, Edgar (1980), *O despertar operário em Portugal 1834-1911*, Lisboa, Editora Sementeira, p. 71.

<sup>10</sup> RODRIGUES, op. cit., p. 74.

<sup>11</sup> Serrão, Joel (1979), *Liberalismo, Socialismo, Republicanismo. Antologia de pensamento político português*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 25.

<sup>12</sup> Serrão, op. cit., p. 28.

<sup>13</sup> Tengarrinha, José (1965), *História da imprensa periódica em Portugal*, Lisboa, Portugália Ed. Imp, p. 174.

que, ao contrário do que acontecerá mais tarde, não se encontram esmagadoramente concentradas em Lisboa e no Porto"<sup>14</sup>. São greves normalmente espontâneas e defensivas, onde o movimento grevista agrícola é bastante proeminente.

Ramiro da Costa, é da opinião que a geração de socialistas da década de 50 está revestida pelo conceito cunhado por Marx e Engels em 1848 no *Manifesto do Partido Comunista: Socialismo Burguês*. Este autor observa que a forma desse socialismo é "menos sistemática, porém mais prática", procurando afastar os operários de qualquer movimento revolucionário, e é nessa lógica "que as ideias do Eco dos Operários se enquadram e que em grande parte influenciam a ação do Centro Promotor"<sup>15</sup>.

Victor de Sá, um dos historiadores que mais escreveu sobre este período, é da opinião que desde 1850 até ao princípio de 1870 é desenvolvida a primeira fase do movimento operário, com "uma tomada de consciência da questão social"<sup>16</sup>. Defendendo que o *Eco dos Operários* estava vocacionado para incrementar a instrução na classe trabalhadora, atraindo-a para o convívio paternalista dos intelectuais. Sendo, posteriormente, e com uma maior longevidade, o mesmo papel assumido pelo *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*. Victor de Sá demonstra na sua tese de doutoramento que é desta 1ª geração de intelectuais que deriva "a participação dos primeiros socialistas portugueses na edificação da sociedade capitalista burguesa"<sup>17</sup>.

Mais recentemente, José Miguel Sardica englobou esta elite de intelectuais socializantes no que apelidou de "radicalismo adormecido"<sup>18</sup>, decorrente da ação programática do projeto regenerador.

Um denominador comum que é possível encontrar entre todos os estudiosos mencionados é a noção de que nesta fase ainda não são os operários a assumir a vanguarda do movimento, nem o *socialismo científico* a alimentá-lo, mas uma amálgama de individualidades e correntes ligadas ao *socialismo utópico*, dando-lhe desse modo um cariz organizativo. Portanto, nesta fase o movimento operário e socialista não adquire nenhum carácter específico do tipo luta de classes.

Apesar da história do movimento operário em Portugal estar longe de estar concluída, é inegável que muito já foi feito. Destacamos o levantamento da diversa

---

<sup>14</sup> Tengarrinha, José (1981), "As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920", *Análise Social*, Vol. XVII (67-68), p. 584.

<sup>15</sup> Costa, Ramiro da (1979), *Elementos para a história do movimento operário em Portugal (1820-1929)*, Vol. I, Lisboa, Assírio e Alvim, p. 25.

<sup>16</sup> Sá, Victor (1978), *Formação do Movimento Operário Português*, Coimbra, Centelha, p. 16.

<sup>17</sup> Sá, Victor (1974), *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*, Lisboa, Seara Nova, p. 291.

<sup>18</sup> Confrontar, "O radicalismo adormecido", in Sardica, José Miguel (2001), *A Regeneração sob o signo do Consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*, Viseu, ICS, p. 86-90.

imprensa operária feita por César Oliveira e Maria Filomena Mónica, bem como a preciosa e ampla cronologia de Carlos da Fonseca. Contudo, muito ainda há a descortinar sobre a matéria sendo uma singularidade deste trabalho de investigação tentar perceber como o movimento operário despontou na esfera pública e tentar concretizar pontes entre o movimento operário e suas práticas com o discurso liberal, sobretudo, parlamentar sobre o mundo operário.

Felizmente existe um amplo leque de estudos capaz de apoiar a sua contextualização no período da Monarquia Constitucional portuguesa que irão sendo citados ao longo destas páginas.

Mais relevante será mencionar, desde já, algumas obras clássicas sobre o operariado e o movimento operário que apoiaram a realização deste trabalho. É o caso do intemporal *The Making of the English Working Class*, do historiador britânico E.P. Thompson e de livros de outros importantes autores como Eric Hobsbawm e William Sewell. Noutro plano, foi também útil a bem mais recente tese de doutoramento de Jesús de Felipe Redondo, *Orígenes y formación del movimiento obrero en España. Una revisión histórica e historiográfica*.



## Primeira Parte - Enquadramento histórico e conceptual

### A Regeneração e a dinâmica capitalista

É com a formação de um novo ministério, a 7 de julho de 1851, constituído por Rodrigo da Fonseca e Fontes Pereira de Melo que é desencadeado um pioneiro dinamismo em Portugal, e esboçada uma nova lógica para o desenvolvimento e modernização do país. A partir daí vai-se assistir ao florir de uma dinâmica capitalista, germinada pela Regeneração que, por sua vez, tinha ocorrido a partir do pronunciamento militar encabeçado pelo Marechal Saldanha, em abril desse ano.

É através da Regeneração que surge um processo de osmose na política nacional, que irremediavelmente põe fim a vários e persistentes conflitos no interior da elite liberal. Como salienta o José Miguel Sardica é, "justamente, entre 1848 e 1851 [que] o país assiste à extinção simétrica dos extremos, com o fracasso das revoluções europeias a domesticar as ambições dos radicais portugueses [...] o triunfo da regeneração foi a versão portuguesa do triunfo da "era do capital" sobre a "era das revoluções"<sup>19</sup>. Uma visão próxima à apresentada por Victor de Sá, em 1990 durante o 4º encontro de historiadores portugueses e soviéticos, quando afirmou que com a Regeneração ocorreu "a conciliação [das] fações opostas do liberalismo, que daí para diante passaram a dispor placidamente das alavancas do poder estatal, através de governos alternativos"<sup>20</sup>.

A estabilidade política assegurada com o advento da Regeneração não é uma singularidade portuguesa na década de 50, antes pelo contrário, é um reflexo da própria situação europeia devido ao fracasso da maré revolucionária de 1848. Segundo Eric Hobsbawm "1848 fracassou porque ficou evidenciado que a confrontação decisiva não era entre os velhos regimes e as "forças do progresso" unidas, mas entre "ordem" e "revolução social"<sup>21</sup>. Um pouco por toda a Europa a instabilidade dá origem à estabilidade, sobretudo, no âmbito revolucionário dessa época sendo exemplo a França, onde o II Império é proclamado. Porém, a Regeneração comporta uma singularidade nunca antes corporizada em Portugal, visto que facultou efetivamente profundas alterações no tecido económico despontando desse modo — apesar de já existir nos centros urbanos um processo de protoindustrialização desde o século XVII — um processo inédito de industrialização e modernização do país. Nunca é demais parafrasear as célebres palavras do

---

<sup>19</sup> SARDICA (2001), op. cit., p. 300.

<sup>20</sup> Sá, Victor de (1988), "A subida ao Poder da burguesia em Portugal", *História Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 5, p. 251-252.

<sup>21</sup> Hobsbawm, Eric (1988), *A Era do Capital*, Lisboa, Editorial Presença, p. 33.

historiador do século XIX, Oliveira Martins, quando afirmou que tanto a Regeneração como o projeto fontista eram sinónimos nacionais para capitalismo. Ademais, a ideia desenvolvimentista da Regeneração para o país acabou por ser bastante aliciante e penetrante para um leque variadíssimo de importantes personalidades, convertendo-as de imediato em "regeneradores". É o caso da pequena elite socialista nacional, que encarou a Regeneração como um projeto essencial ao progresso e bem-estar social que cobiçava.

Doravante, é materializada a construção de vitais infraestruturas e vias de comunicação no território nacional. Sendo verdade que as estradas empedradas (iniciadas durante a ditadura parlamentar de Costa Cabral) permitiram o funcionamento regular das diligências entre importantes centros urbanos, como do Porto para Braga e Guimarães em 1852, e de Lisboa ao Porto no ano de 1855, não é menos verdade que os novos meios de comunicação, que começavam a ser implantados, adquiriam proeminência. Vejamos, entre 1853 e 1855 era iniciado o uso dos selos postais, das linhas telefónicas e do serviço telegráfico, sendo implantado em 1857 o primeiro cabo submarino que conectava Portugal a Londres. Estes novos serviços de comunicação empregavam, em 1874, mais de um milhar de empregados e assalariados. Foi ainda durante a década de 50 que se inaugurou a iluminação a gás em importantes cidades do país, como Lisboa, Coimbra e Porto.

É de destacar, também, a intensificação da utilização do vapor e do carvão nos transportes. Logo em 1856 é concretizado um antigo sonho<sup>22</sup> que será uma peça vital no desenvolvimento do país: o primeiro troço ferroviário<sup>23</sup> que ligava Lisboa ao Carregado. E, gradualmente, a forma tradicional de transporte marítimo (os veleiros) estava já em queda devido à aquisição de novas embarcações movidas pelo vapor. Entre 1863 e 1864 o caminho-de-ferro consegue estabelecer contacto com o norte do país, bem como atingir a fronteira. Na reta final do século XIX, 1890, havia já cerca de 1 689 km de linha férrea e 8 696 km de estrada. Por seu turno, na década anterior são impulsionadas obras de reparação no porto de Lisboa e é edificado um novo porto no Norte do país (Leixões), havendo a duplicação do número de embarcações a vapor nos portos nacionais, entre 1856 e 1872. Portanto, as "fábricas passam a localizar-se

---

<sup>22</sup> Em 1844 tinha sido constituída a Companhia de Obras Públicas, com o objetivo de encetar a construção dos caminho-de-ferro de Lisboa até à fronteira.

<sup>23</sup> Em 28 de outubro de 1856, foi inaugurado o primeiro troço ferroviário com cerca de 36 km. Neste troço havia nove estações: Santa Apolónia, Marvila, Olivais, Sacavém, Póvoa, Alverca, Alhandra, Vila Franca de Xira e Carregado.

na proximidade dos centros de consumo e de vias de transportes e cada vez menos em locais inóspitos, próximos de quedas de água ou de matas"<sup>24</sup>.

Simultaneamente com o esforço de apetrechar o país com uma multifacetada rede de comunicações, que viabiliza a criação de um mercado interno, ocorre a intensificação das estruturas financeiras e associativas burguesas como é o caso do aparecimento de bancos e das sociedades anónimas. No caso da atividade bancária, esta engrossa o seu número de 3 bancos, em 1858, para 51 em 1875. Entretanto, em 1867 eram liberalizadas as sociedades anónimas.

Paralelamente a estes pioneiros avanços socioeconómicos, o regime liberal decretava uma refundação do aparelho de Estado, enquadrando a nova realidade através de uma nova configuração jurídica, sendo de salientar os Códigos Penal de 1852, Civil de 1867 e a reforma administrativa de 1872, bem como a reforma comercial de 1888. Neste campo é importante frisar que o Código Penal, embora fosse omissivo em relação às condições de trabalho, o descanso semanal, os horários, a higiene e acidentes de trabalho, admissão de menores nas fábricas, não o era em relação ao uso da greve e ao associativismo. Condenava a prática reivindicativa da greve, ao mesmo tempo que enquadrava o associativismo. É ainda de destacar a revisão feita à Carta Constitucional, consagrada no Ato Adicional de 1852 que "integra na Carta a base do acordo de 1838 e faz algumas concessões à doutrina setembrista"<sup>25</sup>.

Outras importantes criações no aparelho estatal foram os vários organismos especializados que tinham como objetivo acompanhar e empreender novas experiências industriais e comerciais. É o caso do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria e os institutos agrícolas e industriais, ambos no ano de 1852, e a Comissão de Estatística do Reino em 1857.

De facto, Fontes Pereira de Melo, que foi o primeiro titular do Ministério das Obras Públicas, ao usufruir de uma estabilidade política consegue capitalizar o crédito estrangeiro e faz, desse modo, arrancar o projeto progressista da Regeneração.

### **Uma geografia operária e industrial**

"Sr. Presidente, a população e a indústria", afirma o deputado Macedo Pinto, "são os dois principais elementos, as duas bases mais sólidas nas quais se funda a

---

<sup>24</sup> Madureira, Nuno Luís & Teives, Sofia (2005), "Os ciclos de desenvolvimento", in *A História da Energia. Portugal 1890-1980*, Livros Horizonte, p. 15.

<sup>25</sup> Pereira, Miriam Halpern (1993), *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*, Lisboa, Editorial Presença, p. 45.

prosperidade e grandeza das nações modernas"<sup>26</sup>. Inegavelmente, a ideia de modernização marcou uma assídua presença no imaginário dos dirigentes políticos do país, ideia essa embebida em casos estrangeiros, particularmente no francês e no inglês. Portanto, há uma ideia vincada de progresso, ou se quisermos, de “europeizar” Portugal.

Seja como for, a Regeneração foi um processo estrutural que permitiu o aparecimento de uma forte concentração de capitais que comportou uma autêntica dinâmica capitalista. Consequentemente, o capital estrangeiro é finalmente atraído para Portugal, começando a ser visível a edificação de várias indústrias, nomeadamente da fábrica em grande escala, havendo, a penetração de maquinaria no mundo do trabalho, tanto na indústria como, em certa medida, na própria agricultura. Embora seja forçoso dar razão a Carlos da Fonseca, quando afirma que nesta fase ainda persista, um forte "predomínio das profissões de velho estilo e da pequena indústria oficial"<sup>27</sup>, é preciso realçar que o aparecimento dos estabelecimentos industriais começa, vagarosamente, a ser uma realidade. É o caso, por exemplo, da edificação da primeira fábrica de produtos químicos em Portugal, chamada inicialmente de Sociedade Geral de Produtos Químicos<sup>28</sup>. Não é inocente o facto desta fábrica ter sido implantada três anos após a inauguração do primeiro troço ferroviário, e numa localidade integrante desse último. Num outro caso, o da laboração do papel verifica-se que, em 1852, esta era já realizada em 27 estabelecimentos fabris que empregavam 953 operários, passando, em 1863, para as 52 unidades e para os 1 441 operários. Outro exemplo, é oriundo da importante indústria têxtil, já que, entre os anos de 1846 e 1860, são inauguradas 62 novas fábricas. Em 1881, o inquérito industrial revela que os têxteis são já um importante sector, composto por 392 estabelecimentos que empregavam cerca de 53 889 operários.

Ressalve-se que nos anos que antecederam a Regeneração, as obras públicas atestavam já um certo dinamismo, por exemplo na construção de estradas e pontes: em 1850 trabalhavam diariamente na estrada de Tomar para a Barquinha 110 operários, na estrada de Coimbra para Viseu cerca de 220 operários, e na estrada da Aldéa Gallega a Elvas — uma via de comunicação que pretendia conectar Portugal a Espanha no sentido de facilitar o transporte de cereais e outros géneros para Lisboa — trabalhavam 800 operários. Por seu turno, na construção da ponte da Ribeira da

---

<sup>26</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 28-03-1853, p. 522.

<sup>27</sup> Fonseca, Carlos da, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal. II - Os Primeiros Congressos Operários 1865-1894*, Viseu, Publicações Europa-América, p. 20.

<sup>28</sup> A fábrica ficava situada na atual freguesia da Póvoa de Santa Iria, concelho de Vila Franca de Xira, e em 1889 é adquirida por industriais estrangeiros, ficando com o nome de Henry Bachofen C<sup>a</sup>.



Ocresa, distrito de Castelo Branco e na ponte da Ribeira de Santa Clara, distrito de Beja, trabalhavam 20 e 18 operários, respetivamente, e na obra de melhoramento da navegação do Tejo havia cerca de 130 operários<sup>29</sup>.

A Regeneração é, sem dúvida, um período-chave para a história do capitalismo industrial e do proletariado nacional, pois é nessa fase que se verifica a germinação da indústria moderna, havendo o recurso ao trabalho mecanizado em substituição do tradicional trabalho manual, e se em 1835 havia apenas "uma única máquina de vapor, com a força de 16 cavalos, vinte anos depois [1855], já [havia] 70 com a força de 989 cavalos"<sup>30</sup>. Tomemos como exemplo um caso emblemático, apresentado por Carlos da Fonseca, desta correlação entre o trabalho manual e o mecanizado. Conta esse historiador que o estabelecimento de têxteis, Sousa & Filho, fundada em 1853, continha 206 trabalhadores, no entanto com a introdução de teares aperfeiçoados na década de 60 o número desceu para 107, e com a utilização de uma máquina a vapor de 12cv, em 1889, foi reduzido para 55<sup>31</sup>.

Embora não exista documentação pormenorizada para averiguar o número de operários existentes em Portugal durante a década de 50 de oitocentos, temos alguns dados que permitem concluir que o número de trabalhadores industriais ainda era uma minoria, mas uma minoria já a ter em conta. Vejamos; segundo o livro de José de Aldama Ayala de 1855, nesse mesmo ano havia 57 850 mestres e operários a trabalhar em material vegetal, 80 600 em material animal e 18 000 em matéria mineral, fazendo um total de 156 450 indivíduos que trabalhavam na atividade industrial. A este número, Carlos da Fonseca junta os 3 100 carreteiros e arreeiros e os 18 700 pescadores e marítimos, encontrando um total de 178 250 trabalhadores das várias indústrias.

A existência de operários é patente em várias cidades, particularmente, nas regiões de Lisboa e Porto, mas também em Tomar, Covilhã, Aveiro, Alenquer, Portalegre e Torres Novas. Muitas destas zonas já eram localidades operárias mesmo antes da Regeneração, como foi o caso da Covilhã, cidade sobre a qual José Ribeiro de Sá afirmava que as suas fábricas de lanifícios davam já "sustento e prosperidade de cinco mil operários"<sup>32</sup>. Estimativas indicam que o produto industrial em Portugal "processou-se à taxa anual de cerca de 2,5% entre 1851 e 1913"<sup>33</sup>. Efetivamente,

---

<sup>29</sup> Dados retirados do Diário da Câmara dos Senhores Deputados, 26-01-1850, p. 141.

<sup>30</sup> *A Revolução de Setembro*, 25 de fevereiro de 1855, N.º 3861, p. 3.

<sup>31</sup> Fonseca, Carlos da, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal. II - Os Primeiros Congressos Operários 1865-1894*, Viseu, Publicações Europa-América, p. 22.

<sup>32</sup> *Revista Universal Lisbonense*, 21 de fevereiro de 1850, N.º 20 - 2.ª Série, p. 230.

<sup>33</sup> Câmara, Benedita (2003), "Proteção à indústria", in *História Económica de Portugal*, Vol. II, Viseu, ICS, p. 349.

ocorre uma ampliação gradual das fileiras operárias, que, na alvorada da República, estavam situadas acima dos 100 mil indivíduos.

Sintetizando, é com a Regeneração que ocorre a alvorada do movimento operário em Portugal, sendo de salientar a incontornável criação do Jornal *Eco dos Operários*, a fundação da *Associação dos Operários* (1850), e, particularmente, do *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas* (1852). Mais tarde, na década de 70, surge um partido de cariz operário, porventura o primeiro partido socialista na Europa (Partido Socialista Português) e a criação de um sindicalismo musculado. A "concentração habitacional operária principia no Portugal monárquico e constitucional, adquirindo certos quotidianos, determinadas sociabilidades, formas e relevos, bem como cores e, sobretudo, uma amálgama de cheiros", alterando socialmente e estruturalmente o panorama urbano e, com efeito, a sua presença na sociedade começa à ser visível, falada e discutida no espaço público<sup>34</sup>.

### **Em torno do conceito de operário**

O conceito de operário que chegou aos nossos dias foi edificado a partir de, e determinado por, movimentos políticos que ganharam maturidade no último quartel do século XIX e durante o século XX, designadamente, o movimento marxista. Ou seja, um conceito que nunca tinha sido totalmente estático, passou a ter para uma grande parte da sociedade um sentido estritamente ligado à grande fábrica industrial, esquecendo-se que, por exemplo, um operário de um estabelecimento industrial de produção de pólvora do século XIX não é igual a um operário de uma fábrica de produção de automóveis do século XXI. Estes indivíduos, mesmo como supostos integrantes de uma mesma classe operária, estão dependentes e comprometidos com as distintas circunstâncias históricas que os envolvem. Sem embargo, a existência de elementos comuns como a falta de posse dos meios de produção, a dicotomia entre patrão e trabalhador, a hierarquia e a camaradagem no trabalho, a mecanização e a rotina das práticas laborais em ambas as realidades, bem como a existência de um movimento de indivíduos que tenta agrupar os operários em torno de si, perfazem a existência de denominadores comuns que compõem o conceito de operário ao longo do tempo.

A palavra operário deriva da palavra em latim: *operarius*. É já consabida a influência religiosa na sua terminologia. Recorrendo ao dicionário de Frei Domingos

---

<sup>34</sup> Lázaro, João (2012), "Habitação operária vista pelas Cortes Liberais", *Vértice*, n.º 164, II Série, p. 24.

Vieira, de 1873, operário remetia tanto para o campo do trabalho, como, curiosamente, para a ópera e para o religioso:

Jornaleiro<sup>35</sup>, ganhão, obreiro.

Figuradamente: Diz-se dos ministros do Evangelho.

Termo pouco em uso: Homem que representa em operas.

Figuradamente: Operário do Senhor, operário evangélico, ou apostólico; o pregador, missionário, que por sua instrução e virtudes, cultiva a vida do Senhor, que é a Igreja.

Adjetivamente: Que labora, e vive da sua arte, do seu trabalho<sup>36</sup>.

Portanto, é possível deslindar que se este termo remete para a ação do trabalho, no entanto, a linha entre o pequeno artesão que vive da sua arte e aquele que apenas vive do seu trabalho é ainda ténue. No mesmo dicionário é possível verificar que a palavra artista ainda remete para aquele que exercita alguma arte ou ofício mecânico, mas que o seu significado é também aplicado ao estudo da gramática, da retórica e da lógica. Contudo, importa frisar, que o próprio dicionário afirma que "estes dois sentidos estão obsoletos. Na linguagem de gíria, artista, equivale a ruão, maninelo<sup>37</sup>, fadista, faiante, manata, pândego, pagodeiro [...] no sentido moderno, o que cultiva uma arte liberal, e assim só compete este nome ao escultor, pintor, arquiteto, músico, ator, poeta, ou mesmo ao que tem o sentimento belo"<sup>38</sup>.

Naturalmente, há uma evolução no significado destas duas palavras, porém é essencial perceber como os atores históricos deste período condimentavam o conceito de operário, isto é, o que é um operário para indivíduos como Sousa Brandão ou Lopes de Mendonça e os restantes membros das primeiras organizações dirigidas aos operários, bem como para os próprios deputados das Câmaras liberais. Em suma, não devem ser de todo menosprezados os adjetivos que são incluídos quando a palavra operário é dita ou escrita em determinada frase.

Em relação aos representantes do movimento operário, estes parecem inicialmente encaixar o conceito de operário em todos aqueles trabalhadores que não estão na posse dos respetivos instrumentos do seu trabalho (meios de produção). É necessário que o operário, que na expressão dos redatores do *Eco dos Operários* é "o

---

<sup>35</sup> Remete para o indivíduo que trabalha por jornal, ou seja que era pago em cada dia por seu trabalho. Jornal, neste período, já remetia para publicação de periódicos, mas ainda se referia ao pagamento de cada dia.

<sup>36</sup> Vieira, Domingos (1871), *Tesouro da Língua Portuguesa*, Porto, Casa dos Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. De Moraes, p. 557.

<sup>37</sup> Segundo os dicionários da época remete para: tolo, bobo, efeminado ou mulherengo.

<sup>38</sup> VIEIRA, op. cit., p. 594.

lavrador ou o fabricante[,] cheg[ue] a possuir esses meios [para que diga] com toda a consciência que acabou a tirania que fazia dele um servo"<sup>39</sup>. Há neste conceito de operário uma correlação entre a dependência dos operários perante aqueles que detinham os meios de produção, o chamado capitalista, que na ótica desses redatores, era o "possuidor de maior quantidade de máquinas, terras, instrumentos de trabalho, [...] o maior espoliador"<sup>40</sup>. Há, de facto, uma dicotomia entre o que é um operário e o que é um capitalista, remetendo para a noção da existência de um grupo contrário a um outro grupo. A venda da força de trabalho é espelhada no conceito, sendo, por seu turno, a maquinaria encarada como uma mais-valia para a indústria, e uma verdadeira forma de auxiliar o "braço do homem", e não como uma forma de expulsar os operários desnecessários da fábrica. Portanto, era indispensável pôr à disposição dos operários as máquinas e assim mesmo quando eles "não tivessem que fazer que se deitassem a dormir, as máquinas sendo propriedade sua eram um verdadeiro benefício"<sup>41</sup>. Ocorre uma ligação da palavra operário à maquinaria, embora o conceito esteja irremediavelmente atado ao suor [re]produzido pelo trabalho. Lopes de Mendonça chega a afirmar que: "eu também sou operário; vivo com o suor do meu rosto, com as vigílias e trabalhos da minha profissão de escritor"<sup>42</sup>. Importa enfatizar que esta geração é reconhecida, por exemplo numa carta de Henriques Nogueira<sup>43</sup>, como composta por : "cidadãos, dignos representantes da classe operária: - José Maria Chaves - António Pedro Lopes de Mendonça - Francisco Vieira da Silva Júnior - António Nunes - Joaquim António de Campos - Luiz da Silva Athaide e Mello - Francisco Gonçalves Lopes - Carlos Ramiro Coutinho - Joaquim António Gonçalves"<sup>44</sup>.

Todavia, com a edificação do *Centro Promotor de Melhoramentos das Classes Laboriosas* ocorrem algumas mutações no conceito, que são perceptíveis no jornal do *Centro*. O operário Vieira da Silva Júnior quando faz um balanço do significado de operário ao longo da história (inclusive na Grécia e Roma antiga), afirma que um operário é "um elemento constitutivo da sociedade [...] cidadão utilíssimo, de

---

<sup>39</sup> *Eco dos Operários*, 4 de junho de 1850, N.º 6, p. 3.

<sup>40</sup> *Eco dos Operários*, 4 de junho de 1850, N.º 6, p. 3.

<sup>41</sup> *Eco dos Operários*, 4 de junho de 1850, N.º 6, p. 3.

<sup>42</sup> *Eco dos Operários*, 19 de abril de 1851, N.º 47, p. 3.

<sup>43</sup> Autor do estudo apelidado de *A Reforma em Portugal*, e um dos precursores do federalismo ibérico. Embora César Oliveira (*O Socialismo em Portugal 1850-1900*, p. 126) diga não ter encontrado provas de uma colaboração ativa no *Eco dos Operários*, na verdade Henriques Nogueira participou com alguns textos seus no *Eco* e foi de facto seu redator, a sua obra é também anunciada e citada em vários dos seus números. No funeral de Henrique Nogueira, o seu caixão foi sustentado, entre outros, por José de Torres (sócio do *Centro Promotor*), Gonçalves Lopes (Vice-presidente da *Associação Tipográfica*) e Vieira da Silva Júnior (Vice-presidente do *Centro Promotor*). Confrontar, *A Revolução de Setembro*, 26 de janeiro, N.º 4728, p. 2.

<sup>44</sup> *Eco dos Operários*, 11 de outubro de 1851, N.º 50, p. 21.

quem o estado recebe serviço, e de quem se lembra, para melhorar a sua sorte. É um homem, que pela associação, tem na doença socorro, na morte sepultura. Na vida, prazeres, instrução para ele e para seus filhos"<sup>45</sup>. Mais tarde, surgem no mesmo jornal vários artigos de Silveira Lopes, com o nome de: "Os tipos do operário". Nestes é assegurado que a palavra operário "tem origem na palavra latina ópera"<sup>46</sup>, que em português remetia para obra. Na expressão do autor, operário é todo o homem que faz obra, e "quem faz obra, trabalha, logo todo o homem que trabalha se deve considerar operário"<sup>47</sup>, opondo assim o conceito a uma suposta existência de um "não-operário", que era classificado como "mandrião, ocioso, preguiçoso, tardio, e, pior que tudo isto, inútil"<sup>48</sup>. Em geral é dado o nome de operário "a todo aquele que vive dum trabalho manual"<sup>49</sup>, no entanto, o autor advertia que os pintores e os escultores ficavam ofendidos quando eram apelidados de operários, devendo-se dirigir a esses com o nome de artista. Noutro artigo, o mesmo autor concebe um conceito de operário abundantemente lato, afirmando que a sociedade é composta por homens que "se dividem em duas grandes classes — isto é — Operária, e vadia"<sup>50</sup>. O trabalho continua a ser encarado como uma virtude, tal como afirmava Sousa Brandão anteriormente no *Eco*. Mas, no jornal do *Centro Promotor* essa virtude contrapõe-se à sua ausência no mandrião, havendo ainda uma preponderância da vertente ordeira no conceito de operário. Vieira da Silva Júnior ao exaltar a participação de peças da *Associação Fraternal dos Sapateiros* na Exposição Universal de Paris, clarifica que esse "bom exemplo [...] nobilita o trabalho nacional, e engrandece orgulhosamente o princípio fecundante de todo o trabalho — o operário"<sup>51</sup>. Nesta perspectiva, o operário é encarado como um "homem laborioso [que] não perturba jamais a ordem, porque ela é indispensável à sua vida; só o ocioso, o vadio tem gosto em fazer desordem"<sup>52</sup>. Portanto, neste conceito de operário a referência ao capitalista e aos meios de produção, que surgia no *Eco dos Operários* é ocultada. A confrontação feita no *Eco* com o capitalista, que fazia o contraponto ao operário, é substituída por uma referência ao aristocrata e, paradoxalmente, o artigo de Silveira Lopes acaba com uma crítica à classe militar, desejando a abolição do exército.

Recorrendo ao discurso parlamentar liberal é possível constatar que o conceito de operário é, na maioria das vezes, aplicado a indivíduos que, tanto

---

<sup>45</sup> *Jornal do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, 19 de fevereiro de 1853, N.º 2, p. 9.

<sup>46</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 2 de julho de 1853, N.º 20, p. 154.

<sup>47</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 2 de julho de 1853, N.º 20, p. 154.

<sup>48</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 2 de julho de 1853, N.º 20, p. 154.

<sup>49</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 2 de julho de 1853, N.º 20, p. 154.

<sup>50</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 20 de agosto de 1853, N.º 22, p. 169.

<sup>51</sup> *A Revolução de Setembro*, 17 de março de 1855, N.º 3878, p. 2.

<sup>52</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 20 de agosto de 1853, N.º 22, p. 169.

integram o panorama fabril (fábricas de vários tipos, como da soda ou da pólvora), como aos trabalhadores das obras públicas, nomeadamente, os que laboravam no caminho-de-ferro, nas estradas e pontes, como aos homens que trabalhavam na limpeza dos canos. Também são referenciados como operários os trabalhadores dos arsenais (do Exército e da Marinha) da Cordoaria Nacional e os tipógrafos da Casa da Moeda. Operário é um termo associado a uma atividade braçal que está dependente de outrem (ou do próprio estado ou de privados). Neste sentido, é pertinente dar luz a uma afirmação feita na Câmara dos Deputados por Nogueira Soares quando refere: "as classes proletárias, que vivem de um salário, que acaba quando o braço cessa de poder trabalhar"<sup>53</sup>.

Todavia, existem deputados que aplicam o termo noutros sentidos. Vejamos alguns. Um Par do Reino, ao afrontar o governo do Duque de Saldanha afirma que esse "tem permitido que se fundem associações por toda a parte de operários: mas os únicos operários que não reconhece são os operários do Evangelho!"<sup>54</sup>. No mesmo sentido vai outro deputado ao discursar sobre a evangelização na Ásia, afirmando que foram os portugueses que "transportaram inúmeros operários evangélicos"<sup>55</sup>. Por fim, chega-se a apresentar um discurso em que se faz uma análise comparativa entre os operários do Arsenal e os apelidados "operários da inteligência [...] que são os professores da instrução primária [...] que ganham menos do que aqueles outros"<sup>56</sup>.

Em jeito de conclusão, o conceito de operário durante este período (1850-1860) usufrui, em vários sectores, de um sentido que remete para a realização de um trabalho braçal e para a obediência a hierarquias e chefias.

Certamente, que ser operário em Portugal era totalmente distinto de ser operário em França ou Inglaterra, bem como é anacrónico afirmar a existência de uma classe operária portuguesa já formada neste período. No entanto, o desenvolvimento dos movimentos operários em Inglaterra e na França tinham um forte impacto no seio de um grupo de intelectuais, que, por seu turno, tentaram desenvolver e dar direção aos operários portugueses. Embora não tivessem à sua disposição um número parecido de operários e de indústrias como os que existiam naqueles países, tinham a importante inspiração dessa realidade internacional e do seu vocabulário. Muita razão deve ser dada a Jesús de Felipe Redondo quando afirma que "a identidade histórica

---

<sup>53</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 19-03-1853, p. 160.

<sup>54</sup> Câmara Pares do Reino, 19-02-1856, p. 229.

<sup>55</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 29-01-1858, p. 248.

<sup>56</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 26-06-1857, p. 557.

de trabalhador está estreitamente vinculada ao aparecimento de uma nova noção histórica de trabalho<sup>57</sup>.

---

<sup>57</sup> Redondo, Jesús de Felipe (2009), *Orígenes y formación del movimiento obrero en España. Una revisión histórica e historiográfica*, Santa Cruz de Tenerife, Universidad La Laguna, p. 14.





## Segunda Parte - A emergência das práticas do movimento operário: Do Eco dos Operários ao Centro Promotor

### O Eco dos Operários chega à rua

É apenas em meados do século XIX que começa a constituir-se o operariado português, e tal como destaca Campos Lima, "não havia até então operariado: havia operários"<sup>58</sup>. Por essa altura, a ausência de legislação sobre o universo operário português quando, no contexto internacional, alguns países ensaiavam novas experiências — ateadas pela Revolução Francesa de 1848 (Primavera dos Povos) — contrastava com o despertar de uma nova consciência em torno da questão social, por parte de um grupo de intelectuais socialistas portugueses. É de ressaltar que, somente a partir de 1863 é que são elaboradas as primeiras leis com o intuito de proteção e de salvaguarda dos operários. Nesse ano é decretada, a 21 de outubro, a lei de 5 de julho de 1862, que visava regularizar a fundação de estabelecimentos privados insalubres, incómodos ou mesmo perigosos para os trabalhadores. Concretamente, era um decreto que pretendia proteger os operários mineiros e fabris, e, por seu turno, fiscalizar as oficinas que laboravam com material explosivo.

Não é de admirar que a intelectualidade socialista seja tocada pela questão social, fazendo germinar ativamente uma transformação nas camadas operárias em sentido da formação de um movimento operário. Na década de 50 de oitocentos emerge uma empenhada ação no sentido de, por um lado, ensaiar soluções para os vários problemas que frequentemente se abatiam sobre os trabalhadores e, por outro, edificar um movimento organizado de cariz operário, no qual os periódicos e o associativismo eram pilares vitais. Deste modo, tentava-se agrupar os operários e estimular a sua participação. É disso exemplo, a publicação do periódico *Eco dos Operários*. O seu aparecimento é, deveras, um marco incontornável na história do movimento operário português. Desde o início que é esboçada no periódico uma evidente linha socialista e, em finais de setembro de 1851, o jornal afirmava ser "sustentado e dirigido por uma associação de operários"<sup>59</sup>. É verdadeiramente um jornal munido com o sonho de reformar a sociedade, consentindo aos operários um importante papel.

O jornal começa a ser comercializado a 28 de abril do ano de 1850, nomeadamente em Lisboa mas também era remetido para as várias províncias do

---

<sup>58</sup> Lima, Campos (1972), *O Movimento Operário em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, p. 73.

<sup>59</sup> *Eco dos Operários*, 27 de setembro de 1851, N.º 48, p. 1.

país. Estava à venda (e onde se podia tratar da devida assinatura) no escritório de um outro periódico, *A Revolução de Setembro*, bem como em duas lojas em Lisboa. O último número do jornal é publicado a 25 de outubro de 1851. Portanto, a publicação deste importante periódico surge nas vésperas do pronunciamento da Regeneração, e finda atividade decorridos alguns meses depois do seu triunfo. Esteve enquadrado, uma boa parte do tempo, num contexto legal onde vigorava uma lei de imprensa com um cunho restritivo. A jurisprudência, através da lei de 19 de outubro de 1840, exigia ao editor responsável do jornal uma fiança, hipoteca ou depósito, que é reforçada com a promulgação da célebre "Lei das Rolhas", elaborada pelo segundo governo de Costa Cabral, a 3 de agosto de 1850. A "Lei das Rolhas" delimitava a ação da imprensa, através de sanções que, na prática, restringiam o trabalho jornalístico. Esta lei foi fortemente contestada por vários intelectuais como Alexandre Herculano, Almeida Garrett, José Estêvão, Latino Coelho e Lopes de Mendonça. Com o triunfante pronunciamento do Marechal Saldanha e a consequente Regeneração, que derruba o governo de Costa Cabral, a famigerada "Lei das Rolhas" é revogada, repondo-se a legislação anterior.

A ideia de um periódico com as características do *Eco dos Operários*, que se autodenominava como uma revista de cariz social e literário, foi impulsionada e materializada por dois importantes jovens intelectuais desse tempo, que eram a nata do socialismo português: o engenheiro ferroviário Francisco Maria de Sousa Brandão<sup>60</sup> com 32 anos e o jornalista/romancista Lopes de Mendonça<sup>61</sup> que tinha 24 anos. Não obstante, o jornal vai ter um importante contributo de outros indivíduos, como é o caso de operários letrados. Esta participação é evidenciada desde a publicação do número 32º, já que é na sequência desta edição que surge ostentado no cabeçalho do jornal o nome do operário Vieira da Silva Júnior como parte integrante da redação, havendo ainda a informação da colaboração de outros "literatos e operários". Em setembro de 1851, são acrescentados no cabeçalho mais quatro nomes como parte integrante da redação: Henriques Nogueira (agricultor), José Maria Chaves (operário serralheiro), L.

---

<sup>60</sup> Oficial do exército e, posteriormente, engenheiro nascido a 11 de maio de 1818, morrendo em 26 de maio de 1892. Esteve envolvido nas lutas liberais ao lado de D. Pedro, e mais tarde ao lado de José Estêvão e de Passos Manuel nas guerras entre cartistas e cabralistas. Mais tarde foi para França, onde se licenciou em engenharia civil. Aí presenciou a revolução de 1848. Regressou a Portugal um ano depois, em 1849, exercendo o vários cargos técnicos e de diretor no ministério das Obras Públicas, sendo ainda presidente da comissão de construção das linhas do Norte, do Sul e Douro, Minho, Beira Alta e Beira Baixa.

<sup>61</sup> Nascido a 14 de novembro de 1826, em Lisboa. Cedo iniciou a sua carreira literária, até ao ano em que foi afetado por uma doença mental, em 1860. Foi ainda um oficial da marinha, e combateu politicamente Costa Cabral. Professor de literatura moderna do Curso Superior de Letras, e autor de vários artigos e livros. Participou juntamente com José Estêvão e Rodrigues Sampaio na Revolução de Setembro. Faleceu em outubro de 1865 na cidade de Lisboa.

A. Palmeirim<sup>62</sup> e Carlos Ramiro Coutinho (estudante de direito). A constituição deste novo cabeçalho merece um breve comentário. É bastante plausível que a colagem da profissão de agricultor a Henrique Nogueira seja uma tentativa de transmitir para o espaço público a sensação de que as ideias apregoadas pelo *Eco* tinham eco também no mundo rural tendo impacto nos próprios agricultores.

Embora só tenha sido publicado durante perto de dois anos, a importância do *Eco* é incontornável na história do movimento operário em Portugal, visto ter sido fruto da primeira geração de pensadores socialistas que adquiriu uma consciência da questão social no mundo do trabalho industrial.

A ideia matriz do jornal, orquestrada pela sua redação, era a de efetuar um contacto com, e entre, os trabalhadores, nomeadamente agrupar os operários no sentido de lhes fornecer diversa informação teórica, literária, noticiosa e política. De facto, o *Eco dos Operários*, ao longo das suas páginas, publica vários artigos doutrinários<sup>63</sup>, em português, forjados por alguns dos mais importantes intelectuais da escola do socialismo utópico dessa época. Consagrava ainda um leque diversificado de informação aos leitores, especialmente sobre vários acontecimentos do movimento associativo e socialista internacional, e não deixava também de incluir poemas<sup>64</sup> e excertos de romances<sup>65</sup>, inclusive uma grande parte assinada pelo próprio Lopes de Mendonça. Ainda havia a publicidade a vários romances e obras teóricas que eram publicados em Portugal, com a informação do preço e do lugar de compra.

A pedagogia apregoada pelo jornal pretendia fornecer, por si só, uma certa instrução/orientação aos operários. Sendo visível, no entanto, que havia uma vontade determinada de transmitir uma instrução mais rigorosa às classes trabalhadoras e desfavorecidas. É nesta linha de pensamento (sobre a falta de instrução das camadas populares), que conseguimos perceber a emoção criada na plateia, durante uma discussão sobre os cursos de instrução artística promovida pela associação *Operários Protetores do Eco*, quando o operário Avelino Soares afirma: "que pela sua parte desejava fazer todos os sacrifícios necessários para se levar a efeito a medida tão útil aos operários, porque queria aprender aos 40 anos, o que aos 10, a pobreza dos pais, lhe não tinha podido conseguir"<sup>66</sup>. É nesse sector específico da sociedade portuguesa, que a redação do jornal, nomeadamente Lopes de Mendonça e Sousa Brandão, pretende alojar as ideias sociais que defendem.

---

<sup>62</sup>Luís Augusto Palmeirim (1825-1893), foi um importante escritor, jornalista e poeta do século XIX com uma vasta obra. Acabou por ser deputado na legislatura de 1882-1884.

<sup>63</sup> Por exemplo, o artigo de A. Cochut, sobre as Associações Obreiras.

<sup>64</sup> "Liberté-Égalité-Fraternité", do espanhol Luís Rivera; "Liberdade" de F. Gomes de Amorim; "Desengano e crença" de J.A. de Santana; "A Pátria", de Latino Coelho, entre outros.

<sup>65</sup> *A filha do operário*, de Vieira da Silva Júnior; *O operário do Giro de França* de Georges Sand.

<sup>66</sup> *Eco dos Operários*, 8 de março de 1851, N.º 42, p. 2.

A nota introdutória do primeiro número do *Eco dos Operários*, rubricada por Lopes de Mendonça, é demonstrativa da missão a que se propunha o jornal, afirmado que: "a classe operária, entre nós, tão inteligente, e tão cheia de nobres instintos, tão confiada nos destinos que a civilização lhe reserva, adormece, apesar disso, na ignorância, e no desleixo intelectual"<sup>67</sup>. Perante tal realidade, era propósito do jornal suscitar a devida discussão e aprendizagem nos operários, bem como pretendia funcionar como um tipo de catalisador na conexão e diálogo dos vários sectores operários e laboriosos, que estavam despegados, em torno do jornal e, em última instância, da associação. No entanto, tudo isto, sempre com a afirmada ideia de "advogar a causa da ordem"<sup>68</sup>.

Importa salientar que no *Eco* se faziam ouvir vários "ecos" internacionais, ou seja, tratava-se de um periódico extraordinariamente embebido pela lembrança daquelas revoluções que tinham tido um primordial papel na alvorada dos regimes liberais um pouco por toda a Europa. Assim sendo, não é de estranhar que as revoluções francesas de 1789, de 1830 e, particularmente, a muito recente, de 1848 sejam abordadas de uma forma constante no jornal. Por exemplo, se a primeira data revolucionária é encarada como a "imortal revolução de 1789"<sup>69</sup>, a Primavera dos Povos (1848) é encarada com a sugestiva frase: "exprime um novo horizonte para os ideais, um novo campo de batalha para os homens"<sup>70</sup>. A redação não se inibe de ser um arauto da história dessas revoluções, inclusive, apresenta as suas próprias explicações para a emergência das mesmas. Nada de estranhar, não tivesse presenciado um dos redatores (Sousa Brandão) à revolução de 1848, e um outro (Lopes de Mendonça) não fosse um assíduo viajante pela Europa liberal e revolucionária desse tempo. Ao longo da publicação do periódico há excertos de texto com o elucidativo título "Recordações de viagem", rubricadas pelo próprio Lopes de Mendonça. Era habitual, também, a publicação de fragmentos de textos que continham o pensamento teórico de importantes escritores oriundos do socialismo utópico. Por inúmeras vezes Louis Blanc, Charles Fourier e Pierre-Joseph Proudhon são citados nas linhas do jornal, as experiências internacionais, desenvolvidas junto das camadas operárias, não são menosprezadas. É o caso das Vilas Obreiras (cité ouvrière)<sup>71</sup> de Paris (França), e de Bruxelas (Bélgica). Assim sendo, são incontestáveis os contactos e até afinidades, entre os intelectuais do *Eco dos Operários* e uma boa

---

<sup>67</sup> *Eco dos Operários*, 28 de abril de 1850, N.º 1 p. 1.

<sup>68</sup> *Eco dos Operários*, 28 de abril de 1850, N.º 1 p. 1.

<sup>69</sup> *Eco dos Operários*, 1 de agosto de 1850, N.º 14, p. 1.

<sup>70</sup> *Eco dos Operários*, 7 de dezembro de 1850, N.º 32, p. 1.

<sup>71</sup> As Vila Obreiras eram um conjunto de casas, separadas ou unidas, que estavam construídas nas proximidades de um centro industrial, destinadas a operários. Nestas vilas pretendia-se fomentar coletivamente algumas tarefas no plano do quotidiano e da vida doméstica.

parte do movimento operário, socialista e democrático internacional. Com a Espanha o contacto era feito entre periódicos da mesma natureza, como era o caso do jornal espanhol *Asociacion* e, mais tarde, *La Creencia*, o *El Trabajador* e *La Patria*. O espanhol Benigno Joaquim Martinez chegou a escrever para o *Eco*. De Inglaterra também chegavam notícias sobre o associativismo operário, como era o caso da notícia que afirmava que "uma dúzia de pessoas ricas e inteligentes, ajudadas por M. Jules Lechevalier, formaram em Londres uma sociedade de Promotores para socorrer as diversas corporações de trabalhadores, que quisessem associar-se segundo o plano das associações obreiras de Paris"<sup>72</sup>. Não é de estranhar, então, que em agosto de 1850 seja publicado no *Eco dos Operários* um poema de Luis Rivera, escrito em Lisboa durante julho do mesmo ano, com o sugestivo nome: "A mi amigo Lopes de Mendonça"<sup>73</sup>. Mas, não era apenas das grandes potências europeias que chegavam notícias, também era veiculada alguma informação sobre o norte da Europa, como foi o caso do artigo "O socialismo na Noruega", onde é focada a história de um operário "chamado Michelsen, [que] foi enviado à província de Drontheim, para propagar as doutrinas de Marcus Thrane"<sup>74</sup>, fundador de numerosas associações obreiras"<sup>75</sup>. Quando se realiza a visita de Lajos Kossuth a Portugal, o *Centro Eleitoral Operário*, não deixou de prestar a homenagem ao independentista húngaro, através de uma carta publicada no *Eco dos Operários* a elogiar esse histórico da insurreição húngara de 1848 contra o Império Austro-húngaro. A carta terminava afirmando que: "a república dos Estados Unidos abriu-vos os braços, a hospitaleira Inglaterra salvou-vos do cativeiro, os pobres operários de Lisboa só podem dizer-vos que o vosso nome é acatado por eles, e clamar com entusiasmo frenético da admiração [...] Viva Kossuth — Viva a Hungria — Viva a independência e liberdade dos povos"<sup>76</sup>.

Todavia, os dirigentes do movimento operário português, sob a égide do *Eco dos Operários*, estavam mais fortemente inspirados pelo caso inglês e, particularmente, pelo francês, de tal modo que um autodenominado "socialista" durante uma polémica com os redatores do *Eco* afirmava: "Um defeito do vosso periódico – O Eco dos Operários – meu caro Mendonça é vestir muito à francesa"<sup>77</sup>. Não obstante, claro está, que a influência também vinha de outras partes da Europa,

---

<sup>72</sup> *Eco dos Operários*, 18 de janeiro de 1851, N.º 57, p. 4.

<sup>73</sup> Confrontar, *Eco dos Operários*, 1 de agosto, N.º 14, p. 7-8.

<sup>74</sup> Jornalista e líder do movimento trabalhista na Noruega (Movimento Thrane).

<sup>75</sup> *Eco dos Operários*, 12 de abril de 1851, N.º 46, p. 1.

<sup>76</sup> *Eco dos Operários*, 25 de outubro de 1851, N.º 52, p. 35.

<sup>77</sup> *Eco dos Operários*, 6 de setembro de 1850, N.º 19, p. 4.

embora, fosse menos marcada. O próprio Sousa Brandão era da opinião que a Bélgica desfrutava do governo "mais bem organizado e esclarecido de toda a Europa"<sup>78</sup>.

Habitualmente, o *Eco dos Operários* era publicado semanalmente. Porém, o periódico, em 1851, vai deixando de ser publicado com a mesma regularidade, surgindo no jornal a informação que devido a problemas técnicos na tipografia onde era impresso, ia ocorrer um atraso na sua publicação. Por exemplo, o N.º 47 é publicado a 19 de abril de 1851, com o N.º 48 a ser publicado apenas em 27 de setembro de 1851. O jornal pedia, por diversas vezes, para que fossem regularizados os pagamentos das assinaturas.

### ***O impulsionar de uma certa conflitualidade pela redação do Eco dos Operários***

Embora seja claro que os redatores do *Eco dos Operários* ambicionassem uma nova sociedade moldada no espírito do socialismo através do reformismo e da ordem, ao invés de uma eventual revolução, é de realçar que tal pensamento nem sempre neutralizou alguma conflitualidade fomentada pela sua redação.

Ilustra-o bem o exemplo da carta de despedida enviada aos seus patrões pelo operário tipográfico Pedro Chaves que é publicada em março de 1851. A carta pretendia ser uma espécie de despedida bem como uma promessa dirigida aos ex-colegas da oficina: "acabaram-se os laços que me prendiam a essa casa, os quais até hoje me proibiram de dizer coisa alguma sobre ela, ou dar o mais pequeno esclarecimento sobre o seu estado" — começa por afirmar este operário — "de hoje a avante tendes no vosso antigo companheiro um defensor dos vossos interesses, pugnando com todas as suas forças, para que sejam garantidos os direitos dos operários, e para que lhe não tornem a recompensa do trabalho, um salário mesquinho, que os conduza à miséria"<sup>79</sup>.

Ademais, a redação do *Eco* chega a assumir uma postura aguerrida contra afirmações proferidas por deputados, como foi o caso do artigo de Lopes de Mendonça intitulado, "a indústria e o mundo parlamentar"<sup>80</sup>. Neste artigo o deputado Affonseca (porventura, será o deputado Luís Vicente de Affonseca) é o visado por ter feito uma afirmação segundo a qual pretendia demonstrar que as "fábricas em Portugal [eram] uma história, [porque] mesmo aquilo que se dizia ser feito nas nossas

---

<sup>78</sup> *Eco dos Operários*, 14 de maio de 1850, N.º 3, p. 6.

<sup>79</sup> *Eco dos Operários*, 15 de março de 1851, N.º 43, p. 8.

<sup>80</sup> *Eco dos Operários*, 7 de maio de 1850, N.º 2, p. 3.

fábricas, não eram senão coisas de contrabando"<sup>81</sup>. Face a isto, Lopes de Mendonça afirmava que tal comentário apenas denegria a industria nacional retorquindo que "as fábricas em Portugal não são uma história, mas tem uma história honrosa, que não pode ser confundida com os anais da agiotagem, nem com as atas do parlamento"<sup>82</sup>, deixando um forte recado ao deputado dizendo-lhe que se: "em vez de soltar a voz, para lavrar sentenças imperiosas em assuntos que não conhece, pedisse ao parlamento que empregasse utilmente uma parte dos rendimentos públicos a serviços realmente produtivos, fazia muito melhor uso da excelente garganta, com que o dotou a natureza"<sup>83</sup>. A polémica seria retomada mais tarde no jornal, contudo, desta vez o ataque ao deputado era feito pela mão do operário tipográfico Vieira da Silva Júnior. Tal facto é de salientar, pois, finalmente, o *Eco dos Operários* conseguia alcançar aquilo que tinha sido um dos seus objetivos: envolver os próprios operários na elaboração do jornal. Doravante, vai ser comum a participação de operários no jornal, essencialmente, operários tipográficos. Para a redação do *Eco* a questão tipográfica é fundamental, visto que, além de a classe dos tipógrafos ser encarada como uma das classes mais instruídas da sociedade, era junto deles que as ideias apregoadas pelo jornal tinham maior impacto e, por conseguinte, apoio e até mesmo uma certa militância. O próprio Sousa Brandão vai assumir o cargo de vice-presidente da *Associação Tipográfica Lisbonense* quando é definitivamente constituída, em 1852. De acordo com esta lógica, não é de estranhar que tenham sido endereçados convites a operários tipográficos para escreverem no periódico. É ilustrativa a carta do tipógrafo Pedro Chaves publicada no n.º do *Eco*, a 2 de novembro de 1850. Nesta carta o trabalho infantil e os abusos de alguns mestres sobre os aprendizes são abordados, ficando o apelo à necessidade de "que se combata na imprensa essa escravidão odiosa, que os mestres exercem sobre os aprendizes" Afirmando-se ainda que: "é preciso velar também sobre essas pobres crianças, que o despotismo brutal daqueles que se encarregam de os ensinar, leva muitas vezes à sepultura"<sup>84</sup>. É preciso esperar pelo Código Civil de 1867 para que surja uma certa regulamentação do contrato de aprendizagem, bem como a proibição de trabalhar mais de 9 horas diárias aos aprendizes menores de 14 anos. Uma legislação que, é de certo modo progressista para a época, porém, infringida.

Os tipógrafos acabam por ter um elevado protagonismo, pois ao serem uma classe privilegiada, na medida, em que o seu trabalho requeria, bem como ministrava, uma certa literacia, acabam por usufruir de um papel proactivo na germinação da

---

<sup>81</sup> *Revista Universal Lisbonense*, 2 de maio de 1850, N.º 30, p. 1.

<sup>82</sup> *Eco dos Operários*, 7 de maio de 1850, N.º 2, p. 3.

<sup>83</sup> *Eco dos Operários*, 7 de maio de 1850, N.º 2, p. 4.

<sup>84</sup> *Eco dos Operários*, 2 de novembro de 1850, N.º 27, p. 4.

aspiração do socialismo utópico neste período, nomeadamente apelando a uma concretização da associação. Assim, os operários das tipografias acabam por desenvolver um papel peculiar, e de enorme destaque recorrendo ao *Eco* para expor conflitos laborais. É também ilustrativo o caso ocorrido na Imprensa Nacional durante o ano de 1850, que foi denunciado pelo tipógrafo Guilherme Teixeira. Segundo esse operário tinha sido afixado pelas chefias dessa tipografia um regulamento interno que estabelecia normas restritas bem como previa graves sanções. Este regulamento, embebido no espírito militar, previa que os compositores da tipografia (que concluíam a composição do jornal por volta da meia-noite), tivessem que esperar pelo início da impressão do jornal o que ocorria pelas seis da manhã. Além deste ponto, era proibido aos trabalhadores fumar, conversar e até chegar perto das janelas. O desagrado no estabelecimento foi avivado pelo facto de "no fim de tanto rigor [estarem em atraso] sete semanas"<sup>85</sup> de ordenado. Perante tal situação o tipógrafo Guilherme Teixeira promovia, no *Eco dos Operários*, um movimento de solidariedade entre os seus colegas, alertando para que, "quando um seu irmão de trabalho for despedido injustamente nenhum deve ocupar o seu lugar"<sup>86</sup>. Por fim, alertou também para que na noção de trabalho não encaixava a escravidão, mas sim, o acordo entre trabalhadores e proprietários, sendo necessária a criação de associações. De acordo com isto, é publicada no jornal *A Revolução de Setembro* (n.º 2585) uma carta anónima, rubricada com um X, que contesta tal denúncia, acusando o *Eco* de promover uma "emancipação anárquica de todas as classes operárias"<sup>87</sup>. Este ataque anónimo será também publicado no próprio *Eco dos Operários* e, por conseguinte, alvo de uma contra resposta dinamizada por Vieira da Silva Júnior, que além de atacar o anónimo defende o seu parceiro, Guilherme Teixeira, deixando o aviso: "havemos sempre estar do lado dos operários [...] esta regra só tem uma exceção, uma única. A queixa injusta, mal fundada, banimo-la do nosso seio. O operário que de punho erguido nos pede o irrealizável, tem para nós o mesmo conceito, que o avarento empresário"<sup>88</sup>.

É imperativo dar nota de que a confrontação de argumentos sobre a situação laboral na Imprensa Nacional foi contagiante, chegando a ser divulgada noutros periódicos uma correspondência indignada com o tratamento dado ao administrador do estabelecimento pela vanguarda dessa luta laboral na esfera pública: a redação do *Eco dos Operários*. Jornais como o *Estandarte*, a *Lei* e o *Patriota*, publicaram correspondência que visava defender na praça pública e elogiar Firmo Marecos

---

<sup>85</sup> *Eco dos Operários*, 26 de outubro de 1850, N.º 26, p. 7.

<sup>86</sup> *Eco dos Operários*, 26 de outubro de 1850, N.º 26, p. 7

<sup>87</sup> *Eco dos Operários*, 9 de novembro de 1850, N.º 28, p. 5.

<sup>88</sup> *Eco dos Operários*, 9 de novembro de 1850, N.º 28, p. 3.



(administrador do estabelecimento), embora no caso do *Patriota* com a nuance de declarar a inutilidade do respetivo regulamento.

Anteriormente, durante o mês de setembro, ocorreu outra polémica no *Eco dos Operários*, curiosamente, com uma outra carta anónima a ser remetida para a sua redação, desta vez assinada por um *Socialista*, que entra em confronto com Sousa Brandão (bem como com Lopes de Mendonça). Estava em debate a ideia defendida por Brandão de que a associação devia desempenhar um papel na luta pelo aumento dos salários dos tipógrafos. Face a isto, a carta anónima afirmava que a associação ao sustentar o salário alto podia ser útil para os seus membros, no entanto era um mal para todas as outras classes. O salário nem devia ser alto nem baixo, devia ser razoável e justo, é o mote deixado pelo *Socialista* à redação do *Eco*, deixando ainda o seguinte alerta a Sousa Brandão: "Alteai o salário dos tipógrafos, e tereis as seguintes consequências: 1º. as obras ficarão mais caras; 2º o consumo delas será menor; 3º as produções literárias diminuirão; 4º o público perderá pela falta de instrução que devia receber da publicação; 5º a diminuição do trabalho conduzirá necessariamente os tipógrafos à miséria."<sup>89</sup>. Com este alerta sustentava-se, assim, que a elevação salarial ia pesar sobre o consumidor, afirmando-se que a situação do empresário não era melhor que a do operário. Sousa Brandão vai cimentar a sua resposta no exemplo inglês e francês, afirmando: "é melhor que eles deliberem, que se associem e que estabeleçam um salário razoável, do que inspirar-lhes receios e provocar as colisões, que em França, com o sistema restritivo de Luís Filipe, traziam desordem e as crises à indústria"<sup>90</sup>.

Ao que parece a troca de argumentos teve por origem um conflito de trabalho, em julho de 1850, na oficina tipográfica do diário *A Revolução de Setembro*. Neste estabelecimento os trabalhadores extremaram posições face à intransigência de um dos proprietários (José Estêvão) em acordar com o aumento salarial que era solicitado. Por isso, os tipógrafos decidiram apresentar a sua demissão e, com efeito, abandonaram o trabalho. *A Revolução de Setembro*, publicada a 5 de julho, afirmava que devido à falta de entendimento sobre o preço da composição, o jornal apenas era publicado com meia folha, para no dia seguinte não ser publicado. Porém, no dia 7 o periódico voltava para a rua. O conflito foi rapidamente resolvido através da ação de tipógrafos — entre eles um redator do *Eco dos Operários* — que tentaram "pôr termo a tão deplorável conflito, cuja continuação, afetando diretamente os interesses dos

---

<sup>89</sup> *Eco dos Operários*, 29 de agosto de 1850, N.º 18, p. 5.

<sup>90</sup> *Eco dos Operários*, 6 de setembro, N.º 19, p. 2.

operários, muito prejudicaria os princípios que a Revolução defende"<sup>91</sup>. Esta equipa de arbitragem consegue que os seus colegas reconheçam que o aumento salarial proposto pelo jornal era justo. Deixando no final do comunicado um agradecimento, "tanto à empresa da Revolução de Setembro, como aos nossos colegas, a confiança que em nós depositaram, para tratar deste objeto folgando de ter podido resolvê-lo de um modo satisfatório e digno. - Lisboa 7 de julho de 1850. - Thomaz Quintino Antunes. - Francisco Vieira da Silva Júnior. - Luiz José Sequeira d'Assis. - Francisco Gonçalves Lopes"<sup>92</sup>.

Sucedia assim o que durante algum tempo foi erradamente encarado por alguma historiografia como a primeira greve no período liberal que, também erradamente, a localizou no ano de 1852<sup>93</sup>. Situação esclarecida no já citado artigo de José Barreto. Durante o conflito laboral é "levantada por Sousa Brandão Vieira da Silva, Tomás Quintino Antunes e outros, a ideia da criação de uma associação dos tipógrafos"<sup>94</sup>, uma ideia que vinha a ser desenvolvida nas páginas do *Eco*, como é possível constatar, por exemplo em 14 de maio de 1850, no artigo com o nome: "Situação dos Operários tipógrafos"<sup>95</sup>. Sendo verdade que os preparativos para formar uma associação tipográfica são principados em Lisboa é, no entanto no Porto, que é fundada a primeira associação tipográfica (*Sociedade dos Tipógrafos Portuenses*), em janeiro de 1852. Somente em julho desse mesmo ano é que surge a *Associação Tipográfica Lisbonense*.

Em jeito de conclusão, uma originalidade patente em certos números do *Eco dos Operários* advém de uma nítida promoção da conflitualidade no mundo do trabalho, ou seja, é possível atestar que o discurso presente no periódico, por vezes, adquire uma faceta inflamada e moldada numa lógica reivindicativa. Porém, importa dizer que tal atitude não é transversal, ocorrendo especificamente no universo das tipografias. Como salienta José Barreto, "a atuação nesse domínio do operariado gráfico organizado se revelou pioneira, a ela se devendo indubitavelmente o despontar da contratação coletiva no nosso país"<sup>96</sup>. A par disto é também impulsionado um

---

<sup>91</sup> *A Revolução de Setembro*, 8 de julho de 1850, N.º 2485, p. 1.

<sup>92</sup> *A Revolução de Setembro*, 8 de julho de 1850, N.º 2485, p. 1.

<sup>93</sup> É o caso da *História do Movimento Operário e das ideias socialistas em Portugal* (cronologia) de Carlos da Fonseca, que afirma que em julho de 1852 houve greve de tipógrafos que deu origem a uma associação Tipográfica, p. 60. Victor de Sá, em *Formação do Movimento Operário Português*, também erra quando fala da greve na tipografia que imprima o jornal *Revolução de Setembro* em 1849, p. 20.

<sup>94</sup> Barreto, José (1981-82), "Os tipógrafos e o despontar da contratação coletiva em Portugal (I)", *Análise Social*, Vol. XVII (66), p. 265.

<sup>95</sup> Confrontar, *Eco dos Operários*, 14 de maio de 1850, N.º 3, p. 7-8.

<sup>96</sup> BARRETO, op. cit., p. 253.

conflito de palavras, através dos periódicos, na esfera pública, com a redação do *Eco* a ser, anonimamente atacada mas sempre pronta a contra-argumentar.

### **O olhar dos socialistas portugueses sobre o socialismo**

Não se deve ao *Eco dos Operários* a primazia de ser o primeiro periódico português a focar a temática do socialismo. Por exemplo, em novembro de 1849 o jornal *A Revolução de Setembro* publicava vários excertos, com o título de "Acerca do Socialismo", onde analisava este sistema, citando noutros números Proudhon ou Louis Blanc. No entanto, é de salientar que *Eco dos Operários* é um dos primeiros, senão mesmo o primeiro, periódico em que está claramente subjacente uma matriz socialista.

"Um dos primeiros deveres da nossa publicação", afirma o *Eco* no seu primeiro número, é "dar a conhecer os diversos sistemas, com que o socialismo pretende resolver os problemas sociais, salva-lo, pela exposição sincera das suas doutrinas, de acusações exageradas, e de recriminações hipócritas, derramar os seus bons princípios por todas as classes"<sup>97</sup>. Posto isto, Sousa Brandão não deixava de afirmar que os princípios do socialismo continham várias nuances, e que, desse modo, era possível a distinção entre esse socialismo e o comunismo. Ao contrário do segundo, o socialismo defendido por Sousa Brandão, não pretendia aglomerar os meios de produção num sistema social e económico no qual todos os trabalhadores obtivessem um consumo e um rendimento igualitários. Para este socialista, o socialismo tinha como primeira e elementar condição a plena liberdade individual. Portanto, os princípios do socialismo eram salvaguardar a liberdade de cada indivíduo, e garantir que os respetivos rendimentos fossem obtidos conforme o trabalho e o talento de cada um, ou seja, "cada um gozará na sociedade conforme o seu trabalho, e a sua habilidade para esse trabalho"<sup>98</sup>. O trabalho era considerado como um bem inalienável, tal como a propriedade, visto que os ideólogos socialistas portugueses perspetivavam que "o socialismo herdeiro do atual sistema[,] em que se respeita a propriedade[,] não pode deixar de a considerar base de todo o progresso futuro"<sup>99</sup>. É de concluir, portanto, que nesta visão de socialismo ocorre uma manifesta correlação entre o direito ao trabalho e o direito à propriedade, acompanhada de uma forte dosagem de reformismo.

---

<sup>97</sup> *Eco dos Operários*, 28 de abril de 1850, N.º 1 p. 5.

<sup>98</sup> *Eco dos Operários*, 28 de abril de 1850, N.º 1 p. 5.

<sup>99</sup> *Eco dos Operários*, 28 de abril de 1850, N.º 1 p. 5.

O companheiro de Sousa Brandão, Lopes de Mendonça, revela-se mais pragmático e sintético, na explicação do socialismo: "é um protesto social", que pretende "destruir uma longa e inqualificável tirania"<sup>100</sup>.

Embora fosse verdadeira a profunda afinidade que os pensadores socialistas portugueses partilhavam com o socialismo utópico, não é possível ir mais além na sua análise. Ou seja, apesar de figurar no jornal uma linha de pensamento assente nas concepções sociais de Louis Blanc, de Proudhon, de Pierre Leroux, de Victor Considérant, de Emile Girardin e, porventura, do mais citado de todos, Charles Fourier, é completamente redundante afirmar que o coletivo socialista português é partidário da corrente de Blanc, de Proudhon, de Fourier ou de um outro qualquer pensador socialista. Quer isto dizer que, dificilmente se consegue destacar uma única corrente de pensamento dominante ventilada pelo coletivo socialista português, como se pode verificar pelo esclarecimento do próprio Lopes de Mendonça, que renegava qualquer postura sectária: "Nós não somos foueristas na aceção rigorosa do termo. Apresentamos um esboço de ideias do celebre reformador, o seu método de organização do trabalho, como para traçar o mapa de opiniões no sentido socialista, e nunca como sendo o quadro definitivo, o ideal realizado da sociedade futura"<sup>101</sup>.

É, em grande medida, através de uma amálgama de correntes socialistas utópicas, que o socialismo difundido primordialmente em Portugal pretende reformular a sociedade, particularmente, as condições de vida no mundo do trabalho. Por outras palavras, extinguir a miséria e exploração a que estavam sujeitas as camadas operárias, bem como difundir a instrução. Contudo, esta reformulação social era equacionada em moldes pacíficos. Há, de facto, uma ideia de transformar a realidade dos operários, através de vários socialismos que continham em comum uma linha ordeira e conciliadora. Na expressão de Vieira da Silva Júnior, a finalidade social era "dar remédio pacificamente a males que nos outros países tem aberto largas e profundas chagas"<sup>102</sup>. Era rejeitado qualquer meio violento para alcançar os objectivos traçados. Aliás, a proposta de socialismo apresentada por estes dirigentes, visava prevenir uma qualquer atmosfera revolucionária e violenta, como aqueles episódios tumultuosos que sucederam durante as revoluções europeias. Assim, os acontecimentos revolucionários protagonizados pelos operários de Manchester, de Liverpool, de Paris e de Lyon, inquietavam os mesmos dirigentes que pretendiam a chegada de uma revolução socialista embora pacífica no mundo do trabalho português. No fundo, quando o afamado lema dos insurretos de Lyon em 1831 —

---

<sup>100</sup> *Eco dos Operários*, 15 de março de 1851, N.º 43, p. 1.

<sup>101</sup> *Eco dos Operários*, 22 de agosto de 1850, N.º 17, p. 1.

<sup>102</sup> *Eco dos Operários*, 6 de setembro de 1850, N.º 19, p. 5.

"viver trabalhando ou morrer combatendo" — é recordado no *Eco dos Operários*, pretende ser um aviso da necessidade de reforma, e de garantia do direito ao trabalho, visto que esse era um meio eficaz de pacificar a sociedade. A ocorrer uma eventual guerra essa, "não é contra os homens que gozam, é contra os princípios que limitam o bem estar, e a riqueza nas suas mãos. O socialismo não tenta apropriar-se dos haveres de cada um, mas regular com mais justiça a distribuição da riqueza, aumentando-a, multiplicando-a, ao mesmo tempo, para que ela possa derramar-se por todas as classes, e, felicitar os que produzem com o suor do rosto, e às vezes, a alimentam com a vida"<sup>103</sup>, afirmava Lopes de Mendonça num artigo com o título bastante descritivo do público-alvo: "Aos Operários".

Porém, estes intelectuais portugueses tinham a plena noção do risco social suscitado pela lógica antagónica de funcionamento da economia capitalista, nomeadamente no sector financeiro com as consequências do empréstimo e da especulação, para a qual faziam questão de alertar. Se o primeiro "devora, pelo juro, o mais líquido, o mais puro do rendimento, penosamente extraído do solo por um trabalho assíduo, e árduo"<sup>104</sup>, o segundo, o "povo já [o] batizou com o nome sinistro de AGIOTAGEM"<sup>105</sup>. Perante tal realidade, há uma grande possibilidade de as "classes médias irem, passo a passo, descendo à condição mais humilde, e um proletariado, e um pauperismo, cada vez mais numeroso [...] tentando tarde ou cedo uma dessas revoluções cegas e desesperadas, em que a sociedade se abisma"<sup>106</sup>.

Portanto, todo o discurso apresentado pelos socialistas portugueses desse tempo é de facto ideológico, sendo moldado com o máximo cuidado para contornar uma possível escalada de violência entre o mundo do trabalho e o capital; porém ficava o alerta: "a espoliação não pode acabar senão quando todos forem capitalistas, ou para bem dizer, quando o capital for da sociedade"<sup>107</sup>. Por tudo isto, não é de admirar que os socialistas portugueses encarassem o socialismo como uma via de reformular e organizar o mundo do trabalho. Assim era evitável uma revolução ensanguentada e, peculiarmente, solucionava-se a famigerada questão social, ou não fosse o socialismo classificado categoricamente como a "invenção mais grandiosa que até hoje se conhece"<sup>108</sup>.

Embora esse socialismo usufrísse de certos contornos humanitários, é obrigatório ressaltar que os socialistas utopistas portugueses não confundiam a sua

---

<sup>103</sup> *Eco dos Operários*, 7 de maio de 1850, N.º 2, p. 2.

<sup>104</sup> *Eco dos Operários*, 28 de abril de 1850, N.º 1 p. 2.

<sup>105</sup> *Eco dos Operários*, 28 de abril de 1850, N.º 1 p. 4.

<sup>106</sup> *Eco dos Operários*, 28 de abril de 1850, N.º 1 p. 4.

<sup>107</sup> *Eco dos Operários*, 28 de maio de 1850, N.º 5, p. 3.

<sup>108</sup> *Eco dos Operários*, 28 de abril de 1850, N.º 1, p. 6.

matriz social com a mera caridade. Lopes de Mendonça observa a caridade como "um sentimento, [que] está fora dos limites da ciência económica, [de modo que] a resolução do problema social reside na organização do trabalho e na justiça"<sup>109</sup>. Do mesmo modo avança Sousa Brandão, quando afirma ter "uma aversão profunda à caridade, quando ela se apresenta como meio de regenerar um povo ou uma classe. A caridade pressupõe a pobreza, [...] a falta de meios de trabalho, a acumulação escandalosa de grandes fortunas, a miséria"<sup>110</sup>.

Seja como for, a análise social e económica que os mentores do *Eco dos Operários* elaboram sobre o fenómeno produtivo é essencialmente composta por dois agentes distintos mas relacionados: o capital e o trabalho. Neste aspeto o jornal é perentório, pois afirma que o princípio fundamental da vida industrial das sociedades modernas é a multiplicação e a devida convivência entre o mundo do capital e o mundo do trabalho. Apesar de antagónicos, o capital e o trabalho, não são incompatíveis. A essa luz, o grande dogma social proclamado pelo jornal, "é de pôr em presença o capital, e o trabalho, sem que o primeiro absorva, escravize, o segundo"<sup>111</sup>. Passados alguns dias após a Regeneração, o *Eco* afirmava que a solução devia ser canalizada com vista a "regenerar a classe operária, elevando-lhe os salários, fazendo-os participar aos benefícios da empresa, tornando-lhe acessível o consumo pela quase anulação do juro do dinheiro, pela facilidade do crédito, e pela troca direta dos produtos, exercidos num sistema geral de circulação"<sup>112</sup>.

A história do movimento operário e socialista em Portugal não pode, de todo, ser encarada como uma linha histórica em ascensão, isto é, como uma evolução crescente do reformismo utópico até ao socialismo científico. Há, na verdade, uma linha com continuidades e ruturas, mesmo em curtos espaços de tempo. Eventualmente era de supor que o socialismo pós *Eco dos Operários* ficasse um pouco mais aguerrido, no entanto ele ficou ainda mais escrupulosamente ordeiro. Através do jornal do *Centro Promotor* é possível verificar que há a ideia que o "operário português teme a revolução. Metendo-se nela não faz serviço; porque o serviço é só trabalho"<sup>113</sup>. O operário com o trabalho constrói, obedece ao governo e assim garante o alimento, ao passo que com a revolução destrói, transforma-se em rebelde e apenas procura a morte. Se no *Eco* são lançados alguns avisos aos poderes políticos de uma possível escalada de violência se não ocorrerem reformas no plano social e do trabalho, surge também a reivindicação de aumentos salariais. No *Jornal*

---

<sup>109</sup> *Eco dos Operários*, 15 de março de 1851, N.º 43, p. 2.

<sup>110</sup> *Eco dos Operários*, 28 de maio de 1850, N.º 5, p. 4.

<sup>111</sup> *Eco dos Operários*, 28 de abril de 1850, N.º 1 p. 4.

<sup>112</sup> *Eco dos Operários*, 28 de abril de 1850, N.º 1 p. 4.

<sup>113</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 09 de abril de 1853, N.º 9, p. 71.

do *Centro Promotor* os operários são frontalmente avisados: "operário português, não deve nunca, e muito mais agora que tanto vai caminhando na civilização, exigir reformas pelo meio da revolução"<sup>114</sup>. O operário devia pedir o alimento e a organização do trabalho através e somente, da associação. Outra rutura que é possível deslindar decorre da diminuição de artigos publicados sobre as ideias socialistas. O socialismo deixa de ser abordado com a mesma frequência, e quando é, os próprios socialistas já colocavam a palavra "utópico" para descrever algumas ideias socialistas que até à pouco tempo eram encaradas como concepções fidedignas para a resolução dos problemas sociais.

Ao falar do sistema do falanstério desenvolvido por Fourier e adotado por outros socialistas, Vieira da Silva Júnior afirma que essas "concepções [são] algumas mais utópicas, que concebíveis"<sup>115</sup>, mas que conseguiram desvendar uma ferida social que necessita de ser cicatrizada. O mesmo autor ainda é da opinião que a Revolução de 1848 trouxe para a discussão a questão social e, com efeito, "a Europa cobriu-se de jornais socialistas"<sup>116</sup>. O Vice-presidente do *Centro Promotor*, em resposta aos ataques dirigidos ao socialismo (como inimigo da família, da moral e da ordem), replicava que "os nazarenos não foram menos apodados que os socialistas"<sup>117</sup>. José Paes segue a mesma lógica quando retrata a existência de quem queira confundir socialistas com cristãos, frisando que essa comparação não está, "talvez, muito longe da verdade"<sup>118</sup>.

Durante uma polémica sobre a *Casa dos Vinte e Quatro* e as irmandades que decorreu no jornal do *Centro*, é afirmado que "a classe trabalhadora vai conhecendo que só o socialismo a há de salvar da miséria, e da humilhação em que tem jazido"<sup>119</sup>, chegando a apelidar o socialismo de regenerador do mundo. Durante esta discussão fica um pedido feito: "Avante operários: deixai ao seu destino esses fanáticos das velhas doutrinas, agrupai-vos em associações fraternais, e que estas reunidas em volta do *Centro Promotor* formem uma barreira impenetrável aos inimigos da associação e do trabalho"<sup>120</sup>.

Nos poucos artigos em que o socialismo é mencionado, regista-se uma nova vertente, visto que esses textos são recheados com palavras de cariz religioso. Referências a Jesus Cristo, ao nazareno e à cruz, são usadas na apologia do

---

<sup>114</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 09 de abril de 1853, N.º 9, p. 71.

<sup>115</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 21 de maio de 1853, N.º 14, p. 105.

<sup>116</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 21 de maio de 1853, N.º 14, p. 106.

<sup>117</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 21 de maio de 1853, N.º 14, p. 106.

<sup>118</sup> Paes, José (1852), "Socialismo", in *Almanaque Democrático para 1853*, Lisboa, Tipografia Social, p. 131.

<sup>119</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 27 de agosto de 1853, N.º 23, p. 177.

<sup>120</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 27 de agosto de 1853, N.º 23, p. 178.

socialismo. Por seu turno, a especulação financeira continua a ser considerada como "agiotagem, [um] cancro das modernas sociedades"<sup>121</sup>.

Por fim, a ideia de associação continua a ser uma constante, estando sempre ligada ao socialismo, tal como afirma Vieira da Silva Júnior: "comunismo é das mais ridículas utopias que temos visto; mas para que é assacar títulos a quem rejeita o sistema. O que nós queremos é a — Associação Local — como socialismo prático que qualquer governo pode empreender"<sup>122</sup>.

## **A associação**

Portanto, a ideia de associação é nuclear no pensamento e na ação, durante os primórdios do movimento operário português. É através do associativismo que se julga ser exequível a realização de uma reforma em prol dos interesses das camadas populares, havendo porém certas nuances, com Sousa Brasão e Lopes de Mendonça a opinar que o associativismo e o socialismo deveriam ser concretizados à margem do Estado, ao invés de Henriques Nogueira, também redator do *Eco*, que confere ao Estado uma função essencial nesse objetivo.

Todavia todos estes dirigentes utopistas estavam igualmente imbuídos pela ideia de fundar associações, visto que o associativismo era o "princípio organizador da vida social. Daí resulta uma elaboração teórica mais consistente sobre os direitos económicos e sociais, em última análise, sobre os direitos humanos"<sup>123</sup>. Se há, efetivamente, algo que o movimento operário português, através desta intelectualidade anseia instituir no mundo do trabalho, é o associativismo operário de natureza mutualista. Uma ideia que nada de novo tinha em Portugal, visto que já nos anos de 1843 e 1845 houve a tentativa de criação de associações, dinamizadas por Vieira da Silva Júnior, com vista a implementar os princípios da instrução entre os operários. Se, em 1843 ocorreram apenas algumas fracassadas reuniões no sentido de criar uma associação, em 1845 os resultados foram bem mais positivos. Nesse ano ocorre a criação de uma associação sendo a sua ação publicado num jornal (*Revista Recreativa*) durante algum tempo. Porém, a conjuntura nacional extremada dessa altura, designadamente devido à guerra civil de outubro do ano de 1846 (Patuleia), determinou irreversivelmente o fim dessa experiência. Esta tentativa de Vieira da Silva Júnior era reconhecida em 1850, pelo *Eco dos Operários*, como sendo "altamente

---

<sup>121</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 26 de março de 1853, N.º 7, p. 50.

<sup>122</sup> *Eco dos Operários*, 18 de outubro de 1851, N.º 51, p. 26.

<sup>123</sup> Ribeiro, Maria Manuela Tavares (1990), "Pensamento social e direitos humanos", *História Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 10, p. 160.



significativa, [por] ser a primeira tentativa de operários, e quase toda de lavra sua"<sup>124</sup>. Relembre-se que em janeiro de 1839, ou seja após a instauração do liberalismo em Portugal e o fim das corporações, foram aprovados os estatutos da importante associação do mundo do trabalho: a *Sociedade* (ou Associação) *dos Artistas Lisbonenses*, da qual foi principal promotor Alexandre Fernandes da Fonseca<sup>125</sup>. Esta associação terá dinamizado um movimento contra a descida dos salários e a regulamentação dos ofícios durante a ditadura de Costa Cabral e, mais tarde, durante o governo do Duque de Palmela. Embora fosse uma associação que, na prática, estava muito "ligada à tradição corporativa [...] e tinha objetivos essencialmente mutualistas"<sup>126</sup>, tendo como "fim único os socorros mútuos para a doença, velhice, viuvez, infância e inabilidade para as classes operárias"<sup>127</sup>, o seu exemplo não deixava de ser citado pelos redatores do *Eco dos Operários*. O que se pode ver pela publicação da sessão solene do 12º aniversário dessa associação, que tinha começado com 19 associados e em 1851 contava com 385 sócios. Curiosamente, nesta sessão solene são convidados a participar e a tomar a palavra Lopes de Mendonça, Vieira da Silva Júnior e Sousa Brandão, em nome da redação do *Eco dos Operários*.

Fazia já algum tempo que as classes trabalhadoras começavam a "libertar-se da influência religiosa"<sup>128</sup> e [a] formar à parte, organizaç[ões] próprias e independentes, velando daí em diante mais pelos seus interesses"<sup>129</sup>. Posto isto, há a assinalar que no início da década de 50 de oitocentos não é uma originalidade a emergência do associativismo operário, mas sim um prolongamento dessa ideia que é retomada com um traço precursor: uma ideologia de cariz socialista utópico. De facto, o movimento associativo português "só assumiu uma expressão ideológica depois da Revolução de 1848, que se refletiu no aparecimento do *Eco dos Operários* [e mais tarde] na criação do Centro Promotor de Melhoramentos das Classes Laboriosas"<sup>130</sup>.

---

<sup>124</sup> *Eco dos Operários*, 26 de outubro de 1850, N.º 26, p. 6.

<sup>125</sup> Nascido a 1798 na Guarda, ocupou durante a sua vida vários cargos públicos, como apontador geral das obras da futura Câmara dos Pares em São Bento, tendo sido mais tarde colocado na biblioteca no Paço das Necessidades. Em 1855 foi nomeado porteiro no Palácio de Queluz. Foi ainda um dos detidos durante o período miguelista. Faleceu em 1860.

<sup>126</sup> Sá (1978), op. cit., p. 18.

<sup>127</sup> Citado em Rocha, Canais (2011), "A sociedade dos Artistas Lisbonenses", in *Contributos para a história do movimento operário e sindical. Das raízes até 1977*, Edição CGTP-IN - Departamento de Cultura e Tempos Livres; IBJC - Instituto Bento de Jesus Caraça, p. 28.

<sup>128</sup> Por exemplo, era comum os alfaiates e sapateiros agruparem-se em torno da irmandade da Senhora da Purificação e de S. Christim. E por exemplo os operários do Arsenal do Exército fundaram Montepio do Socorro Mútuo do Senhor Jesus do Bomfim (1807) e o Montepio Jesus Maria José (1822).

<sup>129</sup> Lima, op. cit., p. 74.

<sup>130</sup> António da Silva Leal, "As origens do Mutualismo", *Diário de Notícias*, 20 de Janeiro de 1982.

O *Eco dos Operários* instigava os operários a não menosprezarem o potencial da associação, pois essa forma de organização era encarada como a "fonte de todos os esforços sociais. Procuremos nela os capitais e os instrumentos do trabalho, alarguemos assim a arena da industria, barateemos os produtos, e vamos prevenir uma catástrofe que amanhã pode suceder [...] começar por um dos lados, aprovisionar os capitais, formar um banco dos operários"<sup>131</sup>. Porém, o jornal não deixa de vincar a sua posição utópica em relação ao funcionamento da associação, pois "a sua organização não deve depender do Estado, como têm querido os comunistas, mas sim do impulso próprio e espontâneo dos operários, da sua associação pacífica, das suas relações íntimas, da solidariedade dos seus interesses"<sup>132</sup>. Um pouco mais tarde Sousa Brandão escrevia que a associação era "a reunião de um certo número de indivíduos com um fim proposto, e aceite por todos eles, esse fim consistia em uma só palavra, sejam simples bases, ou uns estatutos completos classificados por títulos e artigos"<sup>133</sup>, expressando que a mesma não precisava de "alvará, ou de uma portaria do governo"<sup>134</sup> para o seu funcionamento, defendendo o seu argumento com o exemplo de algumas associações estrangeiras que existiam sem o consentimento dos seus governos e continuavam a realizar um "tamanho bem à humanidade"<sup>135</sup>. A convicção depositada na associação é tal, que ela é encarada como capaz, por si só, de resolver um variado leque de problemáticas socioeconómicas visíveis na realidade nacional, inclusive a "mendicidade e talvez com a prostituição, duas chagas hediondas do corpo social"<sup>136</sup>.

O empenho da redação do *Eco dos Operários* em criar uma associação — na qual os distintos tipos de operários e artistas ingressassem livremente, e acima de tudo deixassem de ser assalariados para adquirirem, somente, o estatuto de associados, pois com esse estatuto tinham acesso à propriedade, aos meios de produção, aos frutos da produção, a uma instrução e ao respetivo amparo — acabou por ser momentaneamente consequente. A ideia de associação catapultada pelas páginas do *Eco dos Operários*, para o público operário obteve o devido sucesso, pois do jornal nasce a *Associação Operária*. É em 27 de maio de 1850 que ocorre a importante reunião, que contou com a participação de vários operários, onde foi discutida e nomeada uma comissão com a tarefa de elaborar o projeto estatutário da futura associação. A comissão encarregue de elaborar os estatutos ficava constituída

---

<sup>131</sup> *Eco dos Operários*, 21 de maio de 1850, N.º 4, p. 7.

<sup>132</sup> *Eco dos Operários*, 1 de agosto de 1850, N.º 14, p. 4.

<sup>133</sup> *Eco dos Operários*, 30 de novembro de 1850, N.º 31, p. 1.

<sup>134</sup> *Eco dos Operários*, 30 de novembro de 1850, N.º 31, p. 1.

<sup>135</sup> *Eco dos Operários*, 30 de novembro de 1850, N.º 31, p. 1.

<sup>136</sup> *Eco dos Operários*, 1 de agosto de 1850, N.º 14, p. 4.

por nove membros, sendo então presidida pelo fabricante José António do Nascimento, enquanto que o cargo de redator e de secretário ficavam entregues a Lopes de Mendonça e a Sousa Brandão, respetivamente. Além destes, ainda eram membros da comissão Manuel de Jesus Coelho (impressor), José Maria Chaves (serralheiro), Francisco Vieira da Silva Júnior (tipógrafo), Guilherme Augusto Rademaker Teixeira (tipógrafo), António Augusto Xavier (cabouqueiro<sup>137</sup>) e António Nunes (segeiro). Faziam parte dos suplentes da comissão nomes como Manuel Caetano Pereira de Senna (químico) e António José da Silva (sapateiro). Efetivamente, a redação do *Eco dos Operários* contribuiu com um fundamental impulso para a criação de uma associação de cariz operária e, na verdade, será até ao fim da mesma o seu porta-voz oficial. Contudo, segundo Luiz Gonçalves, o mérito deve ser dado não ao coletivo do *Eco dos Operários*, mas somente a Sousa Brandão, já que terá sido este último que fundou "com dinheiro seu a Associação operária"<sup>138</sup>. Mesmo podendo ser verdadeira, a afirmação de Luiz Gonçalves não deixa de ser supérflua, pois esta associação foi originada, não só pelo empenho de Sousa Brandão, mas também pelo contributo decisivo de Lopes de Mendonça e de outros nomes, como o operário Vieira da Silva Júnior, não esquecendo que foi uma ideia constantemente expressa pela redação do jornal.

No dia 15 de julho era elaborado e aprovado em Lisboa, o projeto estatutário da *Associação dos Operários*. Os artigos fundamentais da associação abrangiam vários objetivos. Era, de facto, encarada como um espaço privilegiado para desenvolver a ação operária e de individualidades ligadas a qualquer arte ou ofício, que pretendia garantir o trabalho e fundar um banco do operário, onde fosse possível obter um eventual crédito com o objetivo de garantir transações da sociedade e a criação/desenvolvimento de indústrias. A formação de um Montepio estava também prevista. Era através deste meio que se pretendia sustentar, por prestações periódicas dos associados, o auxílio em caso de doença, de repouso e de velhice aos associados. A instrução tinha um enorme destaque na finalidade da associação, visto que havia uma vontade de contemplar a educação dos seus associados em várias vertentes (economia industrial, geometria aplicada às artes, noções de mecânica e de experiências químicas e desenho linear de ornato). Esta instrução devia ser auxiliada pelo funcionamento de uma biblioteca e de um museu. Este último espaço estava destinado à exposição de vários modelos de máquinas, sendo, desse modo, uma ajuda na implementação ou aperfeiçoamento de fábricas. Por fim, foi estabelecida a

---

<sup>137</sup> Profissão relacionada com a aberta de valas (caboucos) para a construção de alicerces.

<sup>138</sup> Gonçalves, Luiz (1905), *A Evolução do Movimento Operário em Portugal*, Lisboa, Adolfo de Mendonça Editores, p. 57.

criação de uma secção para gerência do material da produção industrial e uma comissão para salvaguardar os interesses industriais.

Eram considerados sócios da associação todos os indivíduos "que trabalham na indústria, ou que por seus estudos especiais tenham uma profissão artística"<sup>139</sup>, sendo a idade mínima para ser admitido como tal de 15 anos. Os menores abaixo desta idade seriam colocados sob a alçada e proteção da sociedade. Na vertente organizativa da associação ficava estabelecido o domínio de uma assembleia-geral composta por 50 membros que era eleita todos os anos, através do voto universal dos associados. Na organização das várias classes da associação foi traçado um funcionamento corporativo, no qual "todos os indivíduos que exercem os misteres de uma só arte ou ofício formam uma classe"<sup>140</sup>. Assim sendo, cada classe deveria elaborar uma lista com todos os estabelecimentos que lhe pertenciam, tal como o seu material, o pessoal e a informação sobre a respetiva produção. O anagrama organizativo das classes era feito através da graduação do pessoal (empresário, mestre, contramestre, oficial e aprendiz), idade, sexo, nome, morada e estado civil.

Os estatutos foram aprovados numa sessão, marcada para as 10 horas na sala da associação, durante o primeiro dia de setembro. Depois da sua leitura, (feita por Lopes Mendonça, a uma audiência recheada de operários), foram aprovados de forma unânime. De seguida, a palavra foi cedida a Vieira da Silva Júnior, o qual apresentou uma proposta (aprovada unanimemente) à assembleia com três artigos:

Art. 1.º todos os operários presentes fazem uma lista, na parte superior do qual se escreverá o nome do ofício que exerçam, e em seguida 3, 5 ou 7 indivíduos dos que julgam mais aptos para serem os delegados das artes ou ofícios.

Art. 2.º Estes indivíduos juntos à comissão eleita para a confeção dos estatutos formam o grande centro do trabalho

Art. 3.º O princípio fundamental desta associação é o relacionamento das classes: os delegados das classes procederão imediatamente ao recenseamento dos indivíduos do seu ofício, quer mestres, oficiais, ou aprendizes<sup>141</sup>.

Facto curioso que ocorreu durante a assembleia foi a insistência dos principais oradores para que todos os indivíduos presentes fizessem o uso da palavra, no sentido de comentar ou de opinar sobre os diversos assuntos tratados na mesma. Era importante chamar ao debate os próprios operários e, portanto, "necessário que os operários se desenganassem que se tratavam dos seus mais próximos interesses,

---

<sup>139</sup> *Eco dos Operários*, 23 de julho de 1850, N.º. 13, p. 4.

<sup>140</sup> *Eco dos Operários*, 23 de julho de 1850, N.º. 13, p. 5.

<sup>141</sup> *Eco dos Operários*, 6 de setembro de 1850, N.º 19, p. 5.

e portanto a eles, e só a eles, competia o tomar parte naquela discussão"<sup>142</sup>. E, de facto, tal sucedeu, os operários acabaram por tomar palavra na sessão sendo pertinente citar o exemplo de um operário que ao ser estimulado a participar interveio diante a assembleia "com bastante receio e timidez [visto] que [era a] segunda vez [que] falava em público"<sup>143</sup>. Portanto é de constatar que não era recorrente este tipo de sessões, e que a audiência operária e trabalhadora demonstrava estar pouco, ou nada, acostumada a dialogar entre si naqueles parâmetros. Por outras palavras, faltava experiência organizativa ao movimento operário. Contudo o apelo de Vieira da Silva Júnior lá acabou por ser correspondido, particularmente por um operário de uma fábrica em Alcântara, que colocou algumas dúvidas sobre o artigo 63º do projeto.

Ainda foi apresentada à assembleia, por Lopes de Mendonça, a proposta da criação de uma associação de letrados (particularmente professores) com o objetivo de "abrir cursos gratuitos de ciência popular, oferecendo os seus serviços à classe operária, e aquela associação"<sup>144</sup>. Nesta associação de letrados figuravam ilustres nomes, tais como José Estêvão, Andrade Corvo, Latino Coelho, Júlio Pimentel, Pereira de Carvalho, Sousa Brandão, Ponte e Horta e o próprio Lopes de Mendonça.

A discussão desse dia não deixou de alertar para a importância dos operários presentes anunciarem aos outros operários a formação desta nova associação e seus objetivos, no sentido de ampliar o número de associados.

Na reta final dos trabalhos foram escrutinados e eleitos com cada classe presente, os respetivos delegados, tal como previa o projeto. Ficando estabelecidos os delegados para as respetivas classes: alfaiates, arameiros, carpinteiros, fabricantes, impressores, livreiros, luveiros, marceneiros, orgasseiras, fabricantes de pianos, pintores, sapateiros, sarigueiros, tipógrafos, torneiros e trabalhadores. No total ficaram representadas na associação dezasseis classes distintas, no entanto o objetivo era acrescentar-lhe outras importantes classes em falta, tal como: os fundidores, os funileiros, os ferreiros, os pedreiros, os calceteiros e os padeiros, bem como representantes da escultura, da gravura, da decoração, da música e do teatro. Posto isto, as diferentes classes deveriam seguir o exemplo dos tipógrafos e fazer o levantamento dos seus membros. Em relação ao trabalho feminino, ficou assente na reunião que o sexo feminino era proeminente em certas classes, e sendo assim, a associação não deixava de contemplar e inscrever mulheres no registo dessas mesmas classes, logo que estas mostrassem essa vontade. Houve também um

---

<sup>142</sup> *Eco dos Operários*, 6 de setembro de 1850, N.º 19, p. 5.

<sup>143</sup> *Eco dos Operários*, 6 de setembro de 1850, N.º 19, p. 5.

<sup>144</sup> *Eco dos Operários*, 6 de setembro de 1850, N.º 19, p. 6.

entendimento de, futuramente, tentar englobar de forma organizada e sectorial as mulheres que estavam a laborar.

Os mentores deste projeto associativo tinham uma finalidade dupla, por um lado, a de acumular algum capital, por outro, a do emprego útil. Por isso a criação de um Banco Operário era essencial, visto que este era encarado como um fator que possibilitava a aquisição de maquinaria, dos instrumentos de laboração e das oficinas baratas para promover o trabalho. Além do Banco Operário, o Conservatório era também encarado como essencial na estratégia da associação, pois era considerado como um meio que permitia ministrar a devida instrução aos associados. Ou seja, os dois fatores (Banco Operário e Conservatório) deviam estar numa lógica coadunada, na medida em que as duas vertentes eram vitais para propiciar os desfechos desejados: o trabalho e o avanço industrial.

Esta associação será encarada pelos dirigentes do movimento operário como um "primeiro ensaio"<sup>145</sup>, que detinha uma atitude pacífica de "regenerar os operários, desfavorecidos, mata[r] a pobreza e a mendicidade, sem incomodar por pretexto algum nem o governo nem as instituições"<sup>146</sup>. Sendo que, a "polícia, ou política, entidades quase sinónimas no espírito e na matéria, proibiu a associação"<sup>147</sup>. É somente no ano de 1852 que o Código Penal, embora consagrasse a proibição da greve, promove e enquadra o associativismo. Porém, a explicação para o desmantelamento desta associação avançada por Costa Goodolphim era, por um lado, a relutância dos patrões, e por outro o "vício inveterado do operariado em preferir agremiar-se nas irmandades"<sup>148</sup>, no entanto o mesmo Goodolphim não deixa de encarar a mesma como um preparativo, um "dos primeiros dias da infância da Associação em Portugal"<sup>149</sup>, revelando que um chefe de um estabelecimento industrial ou um dono de uma qualquer loja encarava com mau olhar a filiação dos seus trabalhadores na Associação, pois era "considerada como um centro de revolucionários"<sup>150</sup>. O *Eco dos Operários* continuará a traçar o objetivo de edificar uma associação de operários: "A Associação dos Operários, que tentámos fazer, e que levaremos a cabo, quando [as] circunstâncias mais favoráveis o permitam, devia adiantar muito o desenvolvimento das artes industriais, e garantir aos operários a subsistência por meio do trabalho"<sup>151</sup>.

---

<sup>145</sup> *Eco dos Operários*, 5 de outubro de 1850, N.º 23, p. 1.

<sup>146</sup> *Eco dos Operários*, 5 de outubro de 1850, N.º 23, p. 1.

<sup>147</sup> *Eco dos Operários*, 5 de outubro de 1850, N.º 23, p. 1.

<sup>148</sup> Citado em, LIMA, op. cit., p. 77.

<sup>149</sup> Goodolphim, Costa (1974), *A Associação. História e desenvolvimento das Associações Portuguesas*, Prefácio e notas de César Oliveira, Lisboa, Seara Nova, p. 97.

<sup>150</sup> Goodolphim, op. cit., p. 97.

<sup>151</sup> *Eco dos Operários*, 2 de novembro de 1850, N.º 27, p. 2.

Ainda em 1851 surge uma carta, datada de 5 de outubro, de Lopes de Mendonça, Vieira da Silva Júnior e José Maria Chaves, que afirmavam que "as ideias de emancipação não podem deixar de partir do centro das classes laboriosas"<sup>152</sup>, sendo então edificada uma outra associação de cariz operária: *Associação Auxiliadora do Eco dos Operários*. De seguida são publicados os estatutos da *Associação Auxiliadora do Eco dos Operários e do Melhoramento das Classes Laboriosas*. A ideia matriz continuava a ser idêntica, isto é, de agrupar em torno de si os operários com o objetivo de os instruir. Sendo um dos principais objetivos a sustentabilidade da publicação do *Eco dos Operários*. O 1.º artigo dos estatutos referia isso, visto que o *Eco dos Operários* era uma parte nuclear da mesma, pois esse periódico era "o centro de um sistema de instrução, gradualmente apropriado às necessidades da indústria"<sup>153</sup>. Os estatutos da associação obrigavam que três dos cinco elementos da direção fossem operários.

Em agosto de 1852 ocorreu a formação de "uma associação de senhoras, com o fim de se promover os interesses da classe laboriosa do seu sexo"<sup>154</sup>, denominada de *Associação Fraternal das Senhoras*. Porém, em 1853 a sua atividade cessava, e por conseguinte a tesoureira depositou o fundo no cofre de outra associação (dos serralheiros) para ser reclamado logo que a associação fosse reconstituída. Henriques Nogueira numa carta dirigida aos operários de Lisboa destaca que a associação podia desencadear a influência das mulheres "nos costumes e até na política do país"<sup>155</sup>. "A nossa associação", diz Henriques Nogueira, "é a primeira a dar às mulheres um grande testemunho de consideração, chamando-as a exercer todos os seus cargos de economia e ensino. Será também a primeira que as invista do importante direito de votar"<sup>156</sup>. Havia assim, um traço emancipador no funcionamento da associação que era orquestrado por esta elite socialista, e que pretendia empossar nas mulheres parte dos seus direitos naturais. Henriques Nogueira vaticina: "direitos que um dia lhe não podem ser negados mesmo na ordem política"<sup>157</sup>.

A encruzilhada social causada pelo capitalismo fazia com que os pensadores socialistas da década de 50 apontassem a fórmula associacionista como instrumento de ultrapassar o atomismo social. Na expressão de Sousa Brandão, "a associação é o

---

<sup>152</sup> *Eco dos Operários*, 11 de outubro de 1851, N.º 50, p. 1.

<sup>153</sup> *Eco dos Operários*, 11 de outubro de 1851, N.º 50, p. 2.

<sup>154</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 15 de outubro de 1853, N.º 30, p. 240.

<sup>155</sup> Nogueira, Henrique (1852), "Associações Local", in *Almanaque Democrático para 1853*, Lisboa, Tipografia Social, p. 104.

<sup>156</sup> Nogueira, op. cit., p. 106.

<sup>157</sup> Nogueira, op. cit., p. 106.

princípio de todo o progresso"<sup>158</sup>. Mais tarde esta geração continuava a exclamar: "operários, não associados! a associação vos espera — vinde, pois, agrupar-vos aos vossos irmãos de trabalho, e abrigar-vos, vós, que ainda não estais, sob o estandarte que arvore o Centro Promotor"<sup>159</sup>.

### **Centro Promotor de Melhoramentos das Classes Laboriosas**

Dezembro de 1852 e o ano de 1853 têm sido avançadas por alguma historiografia<sup>160</sup> como as datas para a fundação do importante *Centro dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*. Recentemente, José Adelino Maltez escreveu que em 1851, "em 5 de Maio, cria-se o Centro Promotor [...] promovido pela Confederação Maçónica Portuguesa"<sup>161</sup>. Mas no decorrer desta investigação algumas fontes têm revelado que essas datas são falaciosas. A informação presente no jornal do *Centro Promotor* datado de 21 de dezembro de 1852 reforça a dúvida, visto que neste há a seguinte informação: "a todos os seus associados, que pelos indispensáveis arranjos, não só mobiliários, como no edifício do palácio da rua dos Mouros, onde vai estabelecer as suas sessões, suspende estas por alguns dias, até as poder fazer no seu próprio edifício", havendo ainda a informação da abertura de cursos e a necessidade de elevar o número de associados. Esta circular com a data de 18 de dezembro, acaba também por ser publicada no jornal *A Revolução de Setembro* nesse mesmo dia, sendo assinada por António Rodrigues Sampaio (Presidente), por Francisco Vieira da Silva Júnior (Vice-presidente), por João António Migueis (1.º Secretário), por Valentim José da Silveira Lopes (2.º Secretário), por António Joaquim de Oliveira (1.º Vice-Secretário) e por Carlos Augusto Pinto Ferreira (2.º Vice-Secretário). No decorrer da investigação as dúvidas transformaram-se em certezas. No jornal do *Centro* é demonstrado que esse não foi inaugurado em dezembro de 1852 nem em 1853, pois Eduardo Napoleão Silva lembra que "em novembro de 1852 o Centro Promotor [...] elegeu por escrutínio secreto uma comissão instituidora"<sup>162</sup>. Contudo, são dois artigos sobre associações operárias que merecem grande destaque, pois ambos estão

---

<sup>158</sup> *Eco dos Operários*, 14 de maio de 1850, N.º 3, p. 7.

<sup>159</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 24 de setembro de 1853, N.º 27, p. 211.

<sup>160</sup> Data avançada, por exemplo, por Carlos da Fonseca em *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal I - Cronologia*. Por seu turno, Vítor Neto e Joel Serrão remetem, erradamente, a fundação do *Centro Promotor* para 1853. Confrontar, *As ideias Políticas e sociais de José Félix Henriques Nogueira*, p. 33 e *Liberalismo, Socialismo, Republicanismo. Antologia de pensamento político português*, p. 28, respetivamente.

<sup>161</sup> Maltez, José Adelino (2004), *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal político do século XIX ao XXI*, Vol.º I, Lisboa, Tribuna da História, p. 331.

<sup>162</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 17 de setembro de 1853, N.º 26, p. 204.



assinados por Vieira da Silva Júnior. Num artigo datado de 12 de julho de 1852 já há referências ao *Centro Promotor*, demonstrando inclusive alguns progressos: "duas associações de misteres já partiram deste centro, e são: a dos serralheiros, que apenas tem dias de existência, e que já recrutou mais de 100 associados [...] e a dos carpinteiros"<sup>163</sup>, revelando que na zona de Tavira estava a ser feito um esforço na formação de uma associação de operários que aguardava ordens do *Centro*. Mais tarde, em 1853, Vieira da Silva Júnior afirma que o *Centro Promotor* "foi criado em junho de 1852"<sup>164</sup>.

É interessante ainda verificar que um dos grandes nomes da literatura portuguesa também escreveu algumas palavras sobre o *Centro Promotor*. Camilo Castelo Branco perante a detenção do seu amigo de infância Carlos Ramiro Coutinho (Visconde de Ouguela) por suspeitas de conspiração, acaba por elaborar um livro em sua defesa. Ao abordar a vida e a obra do Visconde de Ouguela, Camilo Castelo Branco declara: "De camaradagem com estudantes e operários, promoveu reuniões com o intuito pacífico e racional de fundar o Centro promotor dos melhoramentos das classes laboriosas. Foi ele quem convocou, na qualidade de redator do *Eco dos Operários*, a primeira reunião, em outubro de 1851, onde se discutiram os expedientes mais consentâneos à convocação das classes obreiras"<sup>165</sup>. Uma ideia que não deve ser encarada totalmente como verdadeira, pois em outubro de 1851 Carlos Ramiro Coutinho contactou de facto com reuniões onde estiveram operários, mas isto na cidade de Coimbra. É o próprio Carlos Ramiro Coutinho que o afirma num texto escrito ao *Eco dos Operários* datado de 13 de outubro de 1851. Nessa carta são esclarecidos os progressos de uma sociedade denominada de *Monte-pio* formada por vários homens de Coimbra, estando presentes na direção três operários. Carlos Ramiro Coutinho afirma que essa associação não ignora "a necessidade de [...] derramar a instrução pela classe operária, e por isso promete [...] levar mais longe o fim da associação — educando gratuitamente os filhos dos sócios falecidos"<sup>166</sup>.

Seja como for, e segundo Goodolphim o *Centro* esteve inicialmente sediado no palácio da Rua dos Mouros, no n.º 21, sendo o resultado duas reuniões, a primeira na *Associação dos Alfaiates*, e a segunda na sala da *Sociedade dos Artistas Lisbonenses* durante o ano de 1852. O nome da associação foi proposto por José e

---

<sup>163</sup> Júnior, Vieira da Silva (1852), "Associações Operárias", in *Almanaque Democrático para 1853*, Lisboa, Tipografia Social, p. 30.

<sup>164</sup> Júnior, Vieira da Silva (1853), "Associações Operárias", in *Almanaque Democrático para 1854*, Lisboa, Tipografia Universal, p. 31.

<sup>165</sup> Branco, Camilo Castelo (1873), *O Visconde de Ouguela*, Porto, Tip. Pereira da Silva, p. 25.

<sup>166</sup> *Eco dos Operários*, 25 de outubro de 1851, N.º 52, p. 34.

Silva<sup>167</sup> e os seus estatutos redigidos por Sousa Brandão. A presidência do *Centro Promotor* foi até 1863 entregue a António Rodrigues Sampaio, um importante político liberal desse período. Tendo sido tesoureiro vários anos um outro importante liberal, Casal Ribeiro<sup>168</sup>. O cargo de Vice-presidente foi entregue ao tipógrafo Francisco Vieira da Silva Júnior, este último será recordado mais tarde numa sessão do *Centro Promotor* como o "grande apóstolo da associação"<sup>169</sup>.

A direção e, por conseguinte, a ação do *Centro Promotor* acabou por contrastar com um desejo expresso anteriormente por Lopes de Mendonça, quando afirmou que "a classe operária pode iniciar-se nas ideias modernas, e habilitar-se algum dia a dirigir com esplendor e grandeza os destinos da pátria"<sup>170</sup>. Na verdade, a dita "classe operária" nem o destino das suas organizações dirigia. Muita razão há na tese que encaixa o *Centro Promotor* naquela visão de Karl Marx, apologista de que a direção de um movimento operário arreigada numa lógica burguesa-paternalista apenas pretende enquadrar e dirigir os operários numa melhoria da sua condição social, através de reformas, não tendo uma atitude agressiva face à política vigente. Por exemplo, até à década de 60 o *Centro Promotor* não aborda a importante questão do Código Civil<sup>171</sup>.

É também necessário não descurar a própria vertente programática multifacetada do *Centro Promotor*. Como os próprios dirigentes do *Centro* afirmam, este "não tem um carácter puramente operário"<sup>172</sup>, pois na sua filiação constam vários indivíduos de vários estratos sociais, sendo o pensamento dominante a concretização de um melhoramento das classes laboriosas, através de uma doutrinação social e, particularmente, da formação de associações. Em última instância é uma base orgânica de apoio a todas as associações que lhe estavam filiadas, havendo uma estreita intimidade entre o *Centro* e as associações, e vice-versa. Segundo Vieira da Silva Júnior o *Centro Promotor* é uma associação que "instituiu as associações de classe"<sup>173</sup>; em 1852 funda a Associação Fraternal dos carpinteiros e pedreiros, a Associação dos serralheiros, a Associação dos sapateiros e dos barbeiros, sendo a Associação Fraternal dos Chapeleiros e Serigueiros fundada em 1853. É na sua sede

---

<sup>167</sup> César Nogueira no seu livro *Notas para a história do Socialismo em Portugal* afirma que foi um Jesus e Silva que propôs o nome do *Centro Promotor*, confrontar p. 13.

<sup>168</sup> Casado com uma filha de uma das famílias mais abastadas do reino (Quintelas), cedo aderiu à Regeneração e em 1851 foi eleito deputado. Acabou por abandonar as posições de uma república federativa peninsular, e acaba por ser ministro e conselheiro de Estado.

<sup>169</sup> Borges, Carlos (1871), *Dois palavras pronunciadas na sessão solene da inauguração da biblioteca popular do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, Lisboa, Tip. Commercial, p. 5.

<sup>170</sup> *Eco dos Operários*, 19 de abril de 1851, N.º 47, p. 3.

<sup>171</sup> Confrontar GOODOLPHIM, op. cit., p. 147.

<sup>172</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 16 de maio de 1854, N.º 1- II Série, p. 3.

<sup>173</sup> Júnior, (1853), op. cit., p. 31.

que são feitas várias reuniões das associações. Já em finais de agosto de 1853 tinha sido criada uma *Comissão Promotora das Associações Operárias* (ideia proposta por Vieira da Silva Júnior) composta por 15 membros, que tinha como finalidade a organização de novas associações e a manutenção das existentes<sup>174</sup>. Não era negligenciada a intervenção junto do poder político e da própria Coroa, convencendo-os dos potenciais das associações para o mundo operário e inclusive, para o desenvolvimento do país. Entre os eleitos para a Comissão são de destacar figuras como Lopes de Mendonça, Vieira da Silva Júnior e Sousa Brandão. Este último é o escolhido para a presidência da Comissão. Frequentemente era reclamada, através do jornal, a presença dos operários e outros indivíduos nas sessões públicas que visavam o melhoramento das classes trabalhadoras, visto que era nesses espaços que deveriam intervir na discussão de assuntos que diretamente lhes interessavam. No *Centro Promotor* decorria sempre algum debate e discussão, como foi o caso da proposta polémica de criação de um montepio no mesmo. Esta proposta foi chumbada, pois a criação desse montepio ia apenas sobrecarregar financeiramente os seus membros que, por seu turno, já tinham vários montepios ativos nas associações, e por isso, "o montepio do Centro seria inútil para todos eles, e até prejudicial para alguns"<sup>175</sup>. Em Junho de 1854 o *Centro Promotor* tinha 2 114 associados em 17 associações<sup>176</sup> em três cidades: Lisboa, Porto e Coimbra, visto que, em fevereiro de 1853 tinha perto de 1 500 associados<sup>177</sup>, é de concluir que o *Centro* rapidamente se impunha no mundo do trabalho. Em meados de 1857 é abordada na sede do *Centro* a organização de uma Associação dos atores portugueses, que contava com a intervenção de trabalhadores do teatro D. Maria II e do teatro das Variedades. Nesse âmbito é apresentado um projeto da autoria de um ator de Lisboa (de nome Rolão), acabando por ser criada uma comissão instituidora da associação dramática, composta por 5 atores e 2 membros do *Centro Promotor*. Era objetivo desta associação fornecer um "tratamento na doença a proteção durante o desemprego, e

---

<sup>174</sup> Sociedade dos Artistas Lisbonenses; Associação dos Alfaiates Lisbonenses; Associação Tipográfica de Lisboa; Associação Fraternal dos Serralheiros e artes que trabalham em metal; Associação Fraternal dos Carpinteiros, Pedreiros e artes correlativas; Associação Fraternal dos Sapateiros, e artes que trabalham em cabedal; Associação Fraternal dos Barbeiros, Cabeleireiros e Amoladores; Associação Fraternal dos Chapelheiros e Serigueiros; Associação do Trabalho para os Fabricantes de Seda; Associação e Montepio dos Fabricantes de Algodão de toda a espécie de Lisboa; a dos Tipográficos no Porto; e a dos Tipográficos em Coimbra e de Instrução dos operários da mesma cidade; e a Associação Protetora da Indústria dos Artistas de Aveiro.

<sup>175</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 29 de outubro de 1853, N.º 32, p. 255.

<sup>176</sup> Ver anexo A: Mapa das Associações - *Jornal do Centro Promotor...*, 16 de maio de 1854, N.º 1 - II Série, p. 3.

<sup>177</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 26 de fevereiro de 1853, N.º 3, p. 17.

um amparo na velhice<sup>178</sup>. Em finais da década de 50 começa a ser discutido a elaboração de um projeto de Associação do sexo feminino e de uma Associação Protetora dos mancebos sujeitos ao recrutamento. Porém, surgem alguns entraves ao desenvolvimento de algumas associações, conforme o alerta deixado no jornal do *Centro* quando afirma que a crise industrial provocada pela diminuição dos direitos da seda, fez com que muitos sócios da *Associação do Trabalho para os Fabricantes de Seda* ficassem sem os meios para pagar as quotas.

Curiosamente os estatutos<sup>179</sup> do *Centro Promotor* são aprovados tardiamente. Apenas em 16 de Junho de 1853 é que surge o Decreto que institui os estatutos do *Centro*, havendo, no entanto, uma cláusula que previa que o governo inspecionasse, quando entendesse conveniente, o *Centro* e as várias associações. Ficava ainda salvaguardada a dissolução dos mesmos quando se verificasse a existência de atividade que não correspondesse ao fim para que tinham sido criadas. Em relação à questão estatutária, ficava definido pelo artigo n.º 1 que o objetivo primordial do *Centro* era "promover e realizar, quanto seja possível, todas as instituições e benefícios necessários às"<sup>180</sup> classes laboriosas. O artigo n.º 2 frisava que podiam pertencer ao *Centro* todos os indivíduos, independentemente da "sua classe e graduação, ou as suas opiniões públicas e religiosas"<sup>181</sup>, porém a sua proposta de admissão tinha que conter assinatura de três associados. No artigo n.º 3 estavam delineados em vários pontos os objetivos traçados pelo *Centro Promotor*: "1.º Criar associações de socorros mútuos em todos os mesteres. 2.º Difundir tanto o ensino elementar, como o ensino geral e técnico das diversas artes e ofícios, com especialidade a leitura, os princípios do cálculo, e a geometria prática"<sup>182</sup>. Ficava consagrado nos estatutos que as associações criadas pelo artigo terceiro, tinham obrigatoriamente uma representação no *Centro Promotor*, através de uma delegação de três membros. A quota mensal para o cofre da associação era de 40 réis. Os fundos eram destinados, tanto para a compra de livros, moldes e estampas para a biblioteca do *Centro*, como para financiar as creches, escolas e asilos. No entanto, é de destacar o ponto 4º do artigo 8º que previa a edificação de "uma oficina tipográfica, própria ao *Centro*, e ter uma publicação periódica [...] que advogue os interesses das classes laboriosas"<sup>183</sup>. Outros importantes artigos previam a criação de casas de berço, creches, e asilos para os

---

<sup>178</sup> *A Revolução de Setembro*, 2 de outubro de 1857, N.º 4634, p. 3.

<sup>179</sup> Ver anexo B: (1853), *Estatutos do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, Lisboa, Imprensa Nacional.

<sup>180</sup> (1853), *Estatutos do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 7.

<sup>181</sup> (1853), *Estatutos do Centro Promotor...*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 7.

<sup>182</sup> (1853), *Estatutos do Centro Promotor...*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 8.

<sup>183</sup> (1853), *Estatutos do Centro Promotor...*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 9.

velhos desamparados, bem como a criação de depósitos de bazares para matérias-primas e a devida propaganda sobre diverso conhecimento referente ao mundo industrial. No plano orgânico ficava estabelecido que o poder da associação residia na Assembleia-geral, que por sua vez era a reunião de todos os associados. Sendo constituída por um Presidente, um Vice-presidente, dois Secretários e dois Vice-secretários. Na Assembleia-geral era eleita uma Comissão Administrativa de nove membros, e outros tantos suplentes. Esta Comissão devia eleger entre os seus membros, o Presidente, o Secretário e o Tesoureiro.

Com a aprovação dos estatutos, o Presidente do *Centro* afirma que esse "estava legalmente constituído"<sup>184</sup>, portanto havia a ideia que o *Centro* estava a funcionar desde os seus primórdios na ilegalidade, ideia essa que tinha sido já expressa anteriormente num texto presente no jornal do *Centro* da autoria do mesmo indivíduo. Nesse texto é afirmado que o *Centro Promotor* estava, grato "dando louvores ao governo de S.M. pela benevolência com que tem atendido às nossas diligências para a aprovação dos estatutos, e pela tolerância com que tem consentidas nossas numerosas reuniões deles aprovados, e até sem a usual participação à autoridade"<sup>185</sup>. Muita razão tem Diego Palacios Cerezales quando afirma que o *Centro Promotor* era "uma organização operária patrocinada pela classe política monárquica"<sup>186</sup>.

O jornal publicado pelo *Centro Promotor* é, deveras, uma importante fonte sobre a atividade desenvolvida pelo mesmo. É através deste jornal — que é publicado todos os sábados desde fevereiro de 1853, tendo inicialmente uma tiragem de 500 exemplares — que percebemos que o *Centro* aspirava a dar voz às necessidades e ilustrar as classes operárias e laboriosas. Portanto, o *Centro* pretendia ser "estranho inteiramente às formas ou aos sistemas políticos, o jornal não se empenha senão no melhoramento das mesmas classes. Tudo o mais lhe é estranho. É todo o seu programa, e não tem outro"<sup>187</sup>. Mais tarde o jornal repisava essa ideia, afirmando que "é estranho à política-militante; não pôde por consequência entrar nessas ruidosas questões, que agitam as parcialidades políticas"<sup>188</sup>. O traço ordeiro e apolítico proclamado no jornal é esclarecedor da postura que o *Centro Promotor* ambicionava. Tal como reparou Américo Nunes, os grandes temas abordados pelo jornal são o

---

<sup>184</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 17 de Setembro de 1853, N.º 26, p. 203.

<sup>185</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 12 de fevereiro de 1853, N.º 1, p. 4.

<sup>186</sup> Cerezales, Diego Palacios (2011), *Portugal à Coronhada. Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Tinta da China, p. 49.

<sup>187</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 12 de fevereiro de 1853, N.º 1, p. 1.

<sup>188</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 19 de março de 1853, N.º 6, p. 41.

"associativismo/organização do trabalho, [o] trabalho, valor morais e valores sociais [a] industrialização e produção[, e a] educação moral"<sup>189</sup>.

A instrução é uma vertente abordada pelo *Centro*, aliás é uma questão nuclear e estatutária para essa organização, pois ela pretende imediatamente a dinamização de vários cursos noturnos tendo como destinatários os operários. Estes cursos eram dirigidos por um leque de notáveis da época; é o caso de João de Andrade Corvo (cadeira de Higiene Popular), Joaquim Thomaz Lobo de Ávila (cadeira de Aritmética e geometria elementares aplicadas às artes e indústrias), José Maria da Ponte e Horta (cadeira de Mecânica industrial) e Lopes de Mendonça (cadeira de Economia industrial). É na sede do *Centro* que vão decorrer as aulas de francês, de gramática portuguesa e desenho aplicado às artes. Portanto, além de agrupar vários operários e trabalhadores, o *Centro Promotor* consegue congrega vários intelectuais oriundos de distintos sectores. Não é por isso de admirar que o *Centro* preste várias homenagens a ilustres intelectuais da época, sobretudo aqueles que tinham auxiliado nos propósitos da organização. É o que está na base da ideia de, em agosto de 1853, inaugurar numa das salas do *Centro* o busto de António Feliciano de Castilho, e na sua inauguração oferecer ao mesmo uma medalha de ouro com a inscrição: num lado — *O Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas* ao Sr. António Feliciano de Castilho, no outro — *As classes laboriosas* ao autor da leitura repentina.

Algumas singularidades necessitam de ser referenciadas. Regista-se no *Centro Promotor* um curioso trabalho relativo ao passado e à história do associativismo operário, tal como atesta o próprio Vieira da Silva Júnior: "as associações operárias já têm os seus historiadores dentro dos seus grêmios"<sup>190</sup>. Nesta lógica, são expostos no jornal do *Centro* vários textos contendo um esboço da história de certas associações, visto que isso "serve não menos ao historiador, que ao operário"<sup>191</sup>. Um pouco mais tarde Costa Goodolphim, bibliotecário do *Centro Promotor*, é o autor de um importante estudo sobre o associativismo em Portugal que não deve ser menosprezado: *A Associação. História e desenvolvimento das associações portuguesas*. Neste livro o *Centro Promotor* ocupa um lugar de destaque na história do associativismo ocorrendo a partir dele um vital desenvolvimento social nas camadas operárias, não sendo esquecido que o desenvolvimento da Associação em Portugal data de 1848, sendo "o primeiro nome que encontramos na história das

---

<sup>189</sup> Nunes, Américo (1982), "Le "Jornal do Centro Promotor" - un journal utopique?: analyse thematique du "Jornal do Centro Promotor dos melhoramentos das classes laboriosas", in *Actes du Colloque Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe siècle*, Paris, Fond. Calouste Gulbenkian - Centre Culturel Portugais, p. 303.

<sup>190</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 26 de fevereiro de 1853, N.º 3, p. 18.

<sup>191</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 09 de abril de 1853, N.º 9, p. 71.

associações em Portugal o de Francisco Maria de Sousa Brandão<sup>192</sup>, ao passo que "o primeiro jornal, o estandarte das associações foi o Eco dos Operários".<sup>193</sup> Noutro plano, importa frisar o aparecimento de uma vertente internacionalista no seio do *Centro Promotor*, perceptível quando dois trabalhadores espanhóis (um fundidor e um pintor) se dirigem a ele na procura de trabalho. Entretanto, um dos trabalhadores espanhóis consegue arranjar trabalho, contudo é formada uma comissão de três membros do *Centro* com objetivo de encontrar trabalho ao espanhol desamparado. Esta medida tinha sido tomada, pois "era digno do Centro Promotor [...] estender a mão protetora a todos os operários desvalidos, fosse qual fosse o seu país, porque o trabalho não tem nacionalidade"<sup>194</sup>, afirma Vieira da Silva Júnior. Assim, o *Centro* é encarado tanto como um recurso na procura de trabalho, como um espaço de amparo aos trabalhadores, quer nacionais quer estrangeiros. Negar amparo a esses trabalhadores era rasgar a bandeira do *Centro*, e esse "suicidava-se se tal fizesse"<sup>195</sup>. Portanto, a ideia de que o trabalho não tem pátria é já visível no *Centro Promotor*.

Um dos inimigos que é evidente para os dirigentes do *Centro Promotor* é a irmandade, que na expressão destes "simboliza o feudalismo prepotente e supersticioso dos tempos que passaram; e tenta um esforço para esmagar a audácia do servo, que proclama a sua emancipação"<sup>196</sup>. O *Centro* pretendia atrair para o seu seio os operários não associados, e assim desligar o contacto desses indivíduos com as respetivas irmandades.

O verão de 1856 fica marcado por uma escalada no preço dos cereais, provocando vários motins e um forte descontentamento popular. Um acontecimento que teve um forte impacto na imprensa, sendo veiculada a informação de vários grupos de indivíduos a deambular pelas ruas centrais de Lisboa dando vivas ao rei D. Pedro V e a exigir a diminuição do preço do pão. Estes tumultos tinham sido antecidos por semelhantes distúrbios nos anos anteriores. Em 1854 as más colheitas originam um forte mal-estar em diferentes regiões, sendo idêntica a situação no ano seguinte, particularmente, no Porto. Face a isto, as "associações de trabalhadores de Lisboa realizaram várias reuniões e enviaram uma petição ao rei, solicitando a proibição da exportação de cereais"<sup>197</sup>. Na reta final de 1855 ocorrem sessões públicas na sede do *Centro Promotor* sobre os altos preços das subsistências. Assim, em 1856 com a escalada nos preços das subsistências o

---

<sup>192</sup> GOODOLPHIM, op. cit., p. 96.

<sup>193</sup> GOODOLPHIM, op. cit., p. 96.

<sup>194</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 22 de outubro de 1853, N.º 31, p. 242.

<sup>195</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 22 de outubro de 1853, N.º 31, p. 243.

<sup>196</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 10 de setembro de 1853, N.º 25, p. 195.

<sup>197</sup> CEREALES, op. cit., p. 48.

descontentamento aumentou, originou uma forte e conturbada agitação, registando-se vários assaltos em diversas padarias e até em casas de alguns comerciantes de cereais, ao passo que se tenta uma justa venda do pão. Esta situação é acompanhada pela formação do primeiro governo do Partido Histórico (Marquês de Loulé) após cinco anos de governação do Partido Regenerador. Durante a crise alimentar de 1856 o *Centro Promotor* acabou por desempenhar um importante papel, pois de acordo com o jornal *A Revolução de Setembro* era nas suas instalações que era realizada a distribuição de ajuda aos necessitados, ajuda essa cedida por "cavalheiros respeitáveis"<sup>198</sup>. Além desta vertente mais prática por parte do *Centro Promotor*, ocorreu ainda uma outra vertente de cariz teórico em que se pretendia abordar e tentar dar resposta às crises alimentares que tinham ocorrido em Portugal nos últimos anos. A 1 de dezembro de 1856 ocorre uma sessão que teve como orador José de Torres<sup>199</sup>, que era sócio do *Centro*. O discurso apresentado por José de Torres acaba por ser publicado no ano seguinte. Esta discussão sobre a crise alimentar tinha sido impulsionada por Sousa Brandão um pouco antes, a 18 de agosto, que propunha que o "Centro Promotor discut[isse] os meios de evitar as crises da falta de subsistências, e em hipótese [se deveria] haver restrições no comércio dos cereais"<sup>200</sup>. Noutra sessão, em Setembro, Sousa Brandão acabou por apresentar um projeto da sua autoria ao *Centro* com o intuito de resolver a crise alimentar. Neste projeto é de destacar a importância que o municipalismo e o associativismo tinham no sentido de evitar eventuais novas crises. O projeto propunha-se a melhorar o regular "abastecimento das subsistência, em vista das necessidades públicas, do que deixá-las expostas aos cálculos da especulação mercantil"<sup>201</sup>. Tendo em conta que ocorria uma oscilação na produção agrícola, Sousa Brandão pretendia que "a superabundância dos anos felizes dev[ia] suprir a falta dos anos escaços"<sup>202</sup>. Na sua lógica, deviam ser criadas em cada freguesia uma instituição de cariz municipal chamado de *Cofre de previsão alimentícia*. Esta instituição abrangia dois objetivos: o depósito dos cereais e um banco rural. Devia ainda ser composta por algum capital para ser emprestado aos agricultores, tendo como hipoteca a sua produção. A matéria agrícola devia ser conservada em

---

<sup>198</sup> Citado em, CEREZALEZ, op. cit., p. 49.

<sup>199</sup> Nasceu a 17 de junho de 1827 na Ponta Delgada e faleceu a 4 de maio de 1874. Foi um conhecido escritor e jornalista com uma vasta obra sobre a história dos Açores e nas áreas da estatística e economia. Ao longo da sua vida desempenhou funções na administração pública.

<sup>200</sup> Torres, José de (1857), *Crises alimentícias: causas - remédios: discurso pronunciado em 1 de dezembro de 1856 no Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, Lisboa, Tipografia de Castro & Irmão, p. 3.

<sup>201</sup> Brandão, Sousa (1857), in *Crises alimentícias: causas - remédios: discurso pronunciado em 1 de dezembro de 1856 no Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, Lisboa, Tipografia de Castro & Irmão, p. 4.

<sup>202</sup> BRANDÃO op. cit., p. 3,



celeiros que estavam sob a direção do *Cofre*. Em caso de ocorrer uma escassez no estrangeiro, e não em Portugal, o *Cofre* devia reter na mesma os cereais, analisando estatisticamente as carências alimentares do país, preservando o preço dos cereais na medida em que não houvesse uma perda de dinheiro, ao passo que devia ser estabelecido um preço que facilitasse a subsistência das populações. No fundo era uma proposta que apontava para uma confluência de dois elementos-chaves desta geração de intelectuais: o associativismo e o municipalismo. No entanto, a proposta de Sousa Brásão não foi unânimemente bem recebida, acabando por desencadear uma crítica por parte de José de Torres. Para este sócio do *Centro Promotor*, a crise alimentar tende a relacionar-se com alguns fenómenos da própria natureza nacional (terrenos inférteis), e o atraso nas técnicas agrícolas realizadas em solo português, visto que "o país está ermo de arvoredos — o país desconhece o fecundíssimo sistema das irrigações — o país não tem máquinas agrícolas nem instrumentos aperfeiçoados"<sup>203</sup>. Para de seguida afirmar perentoriamente que a constituição da propriedade vincular "é um dos maiores estorvos ao desenvolvimento da [...] agricultura"<sup>204</sup>. O orador não esqueceu o panorama internacional como parte integrante da explicação das crises alimentares, dando o exemplo dos bloqueios aos portos exportadores do Báltico e do Mar Negro devido a causas bélicas, o que de imediato provocava uma maior procura e um aumento generalizado dos preços dos cereais, o que também se refletia em Portugal. Ao responder à questão de se havia meios para evitar as crises das subsistências, José de Torres afirma que meios diretos não há, sendo o mais direto, "e porventura o mais eficaz, a liberdade que deixa ao interesse do indivíduo ou da associação [...], na ausência de toda a intervenção oficial, o fervor de remediar o mal"<sup>205</sup>. No que diz respeito à proposta de Sousa Brandão, José de Torres afirma ter algumas dúvidas, acabando por apelidar a mesma como "filantrópica", para de seguida arrasar o projeto. Observa o *Cofre de previsão* nada mais é do que "uma nova entidade comercial"<sup>206</sup>, uma "instituição mista de crédito e de comércio. Empréstava sobre certos penhores, e comprava para revender uns certos géneros"<sup>207</sup>. Chegando a afirmar que o "Cofre não fazia mais do que substituir um monopólio a outro, o monopólio da companhia ou da sociedade ao monopólio do negociante"<sup>208</sup>. É interessante verificar que no discurso de José de Torres parece entoar a proclamação de uma reforma na situação agrícola nacional, especialmente no

---

<sup>203</sup> TORRES, op. cit., p. 18.

<sup>204</sup> TORRES, op. cit., p. 18.

<sup>205</sup> TORRES, op. cit., p. 8.

<sup>206</sup> TORRES, op. cit., p. 15.

<sup>207</sup> TORRES, op. cit., p. 15.

<sup>208</sup> TORRES, op. cit., p. 16.

final do seu discurso onde afirma uma necessidade de implantar medidas para que a "propriedade possa dividir-se e unir-se livremente: é preciso que se liberte, que possa mudar de possuidor, e por este modo aspirar a melhoramento"<sup>209</sup>, vaticinando que qualquer resolução adotada pelo *Centro* nada resolverá, pois é necessário "liberdade da terra — liberdade de exportação — liberdade de importação [...] — liberdade para a ação pública, e alívio para a ação governativa"<sup>210</sup>.

Os anos de 1856 e 1857 são verdadeiros anos de calamidade com repercussão no movimento operário. Se no primeiro são ensaiados vários debates no sentido de dar resposta à escalada do preço dos cereais, no segundo a vida de muitos operários e até dirigentes do movimento acaba por ser ceifada pela grave epidemia de febre amarela que varreu grande parte de Lisboa no outono de 1857. "A sorte dos operários dependeu da localidade das [...] fábricas, e suas respectivas habitações"<sup>211</sup>, por exemplo na fábrica de tabaco em Xabregas num universo de cerca 1 700 trabalhadores "o número dos atacados foi de 127, e destes faleceram 44"<sup>212</sup>. Um período conturbado para o movimento operário de Lisboa, pois até o próprio *Centro Promotor*, e diversas associações, foram "dizimadas pela má visita [...] levando não só um grande número de sócios, mas muitos dos mais prestantes"<sup>213</sup>. Entre as vítimas mortais registadas encontrava-se o secretário da *Comissão Promotora das Associações de Classes ainda não associadas* (Joaquim Pedro Gomes) e Gomes Ribeiro um "dos primeiros fundadores do Centro Promotor"<sup>214</sup>. Perante a calamidade que se abateu sobre Lisboa, diversas associações de Almada, do Porto e de Coimbra, assim como pessoas a título individual acabaram por realizar várias doações de dinheiro no sentido de auxiliar os trabalhadores afetados e as associações que estavam vulneráveis. Estas doações eram entregues ao *Centro Promotor* que, por sua vez, tinha a responsabilidade de as distribuir entre as "associações operarias e de beneficência, que se acharem mais necessitadas"<sup>215</sup>. É o caso do *Monte-Pio Conimbricense* que entrega ao *Centro* um "donativo e os votos pela extinção da epidemia que afligia os habitantes de Lisboa"<sup>216</sup>. No total chegam ao *Centro Promotor*

---

<sup>209</sup> TORRES, op. cit., p. 19.

<sup>210</sup> TORRES, op. cit., p. 19.

<sup>211</sup> Conselho Extraordinario de Saude Publica do Reino (1859), *Relatório da Epidemia da Febre Amarela em Lisboa no Anno de 1857*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 157.

<sup>212</sup> Conselho Extraordinario de Saude Publica do Reino (1859), *Relatório da Epidemia...*, p. 156.

<sup>213</sup> *A Revolução de Setembro*, 10 de janeiro de 1858, N.º 4716, p. 2.

<sup>214</sup> *A Revolução de Setembro*, 10 de janeiro de 1858, N.º 4716, p. 2.

<sup>215</sup> *A Revolução de Setembro*, 29 de novembro de 1857, N.º 4684, p. 1.

<sup>216</sup> *A Revolução de Setembro*, 23 de dezembro de 1857, N.º 4703, p. 2.

"2:339\$310<sup>217</sup> reis, [sendo] distribuído 506\$400 reis [existindo] um saldo de 1:832\$910 reis, que se acha depositado no Banco de Portugal"<sup>218</sup>.

Nos últimos anos da década de 50 o *Centro Promotor* abordou um vasto leque de assuntos, entre os quais se destaca a questão das loterias, a questão da federação das Associações e a discussão sobre uma eventual União Ibérica, sendo ainda debatida a ideia de criar uma biblioteca.

De facto, o *Centro Promotor* torna-se um ponto central na organização e direção do mundo operário, surgindo com ela alguma coordenação e estabilidade no movimento operário. Recorrendo ao testemunho de Vieira da Silva Júnior, as associações «queriam a existência do Centro como pensamento fecundo, que congreja os legítimos interesses das classes trabalhadoras, que deve servir de neutralizar a preponderância que alguma indústria tentasse levantar, em detrimento de outra indústria»<sup>219</sup>, sendo na sua sede que são impulsionadas várias reuniões públicas de diversas associações e ventilados diversos assuntos. No entanto no decurso do tempo, a veia apaziguadora e reformista do *Centro* vai cada vez mais entrar em conflito com os operários, pois "deixava de corresponder aos interesses de um operariado crescente e de alguns militantes mais esclarecidos"<sup>220</sup>. Em setembro de 1871 Rodrigues Sampaio (primeiro Presidente do *Centro Promotor*) ocupa o lugar de ministro do Reino, e segundo várias narrativas terá pedido pessoalmente à direção do *Centro* para refrear as discussões políticas que emergiam no seu seio. Perante esta postura, os membros do *Centro* acabaram por decidir retirar o retrato de Rodrigues Sampaio da parede. Esta situação é alvo de uma caricatura por parte de Ramalho Ortigão e Eça de Queirós nas *Farpas*: "O Centro julgou-se tiranizado, e protestou. Como? Fazendo um arranjo na sua sala. O retrato do Sr. A. R. Sampaio estava na parede: agora o retrato do Sr. A. R. Sampaio está no armário. Oh grandes homens do Centro! Vós quisestes ter uma fina intenção moral; mas o que fizestes foi uma alteração na mobília! [...] Ah! A vossa maneira de protestar é cómoda para os homens, mas terrível para a mobília!"<sup>221</sup>. Contudo esse período já transborda a baliza cronológica desta dissertação.

---

<sup>217</sup> Ver anexo C: *O Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas em conta corrente com os subscriptores de donativos para serem distribuídos pelo mesmo Centro - A Revolução de Setembro*, 31 de dezembro de 1857, N.º 4709, p. 2.

<sup>218</sup> *A Revolução de Setembro*, 10 de janeiro de 1858, N.º 4716, p. 2.

<sup>219</sup> *A Tribuna do Operário*, 1 de dezembro de 1854, N.º 1, p. 2.

<sup>220</sup> Oliveira (1973), op. cit., p. 135.

<sup>221</sup> Ortigão, Ramalho & Queiroz, Eça de (1871), *As Farpas. Chronica Mensal da Política das Letras e dos Costumes*, Lisboa, Typographia Universal.

## "Nem as finezas do palácio, nem a grosseria da taberna". A apologia de novos comportamentos

Os dirigentes que temos estado a abordar estão ainda revestidos de uma postura moralista face à sociabilização presente no mundo operário. Há uma tentativa de transformar os costumes dos operários, fazendo com que esses adquiram novos e mais elegantes modos, bem como expressões e posturas mais comedidas. A frase "nem as finezas do palácio, nem a grosseria da taberna"<sup>222</sup> ilustra bem esta ideia.

A notícia publicada no jornal do *Centro Promotor* de uma experiência em França, onde tinha sido montado um estabelecimento (Associação Alimentaria de Grenoble) — que fornecia comida mais sólida e menos dispendiosa da existente na taberna, não sendo permitidas neste "conversações grosseiras, muitas vezes obscenas, a frequência de rixas, e o abuso do vinho"<sup>223</sup> — faz com que decorrido algum tempo, apareça um espaço idêntico em Lisboa. Inspirando-se nesse caso francês, é criada a chamada *Associação Alimentaria de Lisboa*, impulsionada por vários membros do *Centro Promotor*. Era objetivo desta associação substituir as tabernas<sup>224</sup>, bem como as "mesas asquerosas [...] e nauseabundas, das intituladas — casas de pasto". Incitava-se os operários a que "corre[ssem] a filiar-se nesta associação"<sup>225</sup>. Este refeitório destinado aos operários funcionava num sistema de senhas, e estava situado na rua dos Mouros no n.º 21, portanto, na sede do próprio *Centro Promotor*. Durante os almoços, jantares ou ceias era inexoravelmente proibido estabelecer conversas de teor ofensivo ou obscenas.

De facto, os dirigentes do *Centro Promotor* pretendem alterar certos comportamentos e formas de sociabilização que estavam presentes no mundo operário. O combate ao abuso das bebidas alcoólicas é deveras uma constante. "Os operários", afirma o jornal do *Centro*, "são, entre as diversas classes da sociedade, considerados como os mais propensos ao abuso das bebidas"<sup>226</sup>. A justificação avançada para este abuso é, em primeiro lugar, a inexistência de uma alimentação saudável e regular, tendo então os operários uma necessidade de a complementar recorrendo ao vinho da taberna. Nesta lógica, era urgente que as despensas alimentares dos operários fossem redirecionadas para "os bons legumes, a carne e o peixe de boa qualidade, o pão, o leite, o arroz, e a preparação na cozinha que, não

---

<sup>222</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 16 de maio de 1854, N.º 1 - II Série, p. 4.

<sup>223</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 19 de março de 1853, N.º 6, p. 48.

<sup>224</sup> A existência de tabernas era uma forte realidade, e um espaço de sociabilização das camadas populares. Em 1844 havia já 20 000 taberneiros. Citado em Oliveira, César (1973), *O Socialismo em Portugal 1850-1900*, Porto, Afrontamento, p. 105.

<sup>225</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 23 de abril de 1853, N.º 11, p. 83.

<sup>226</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 1 de junho de 1854, N.º 2 - II Série, p. 13.

sendo boa, estraga os comestíveis"<sup>227</sup>. Portanto, os dirigentes do movimento operário preconizavam também normas higienistas, tentando convencer os operários que através de uma saudável refeição era possível reduzir o consumo do álcool. A embriaguez nos operários é apresentada como resultado do prolongamento do trabalho violento, isto é, os operários ao estarem sujeitos a elevados e prolongados esforços "transpiram muito; os líquidos que exalam devem ser restituídos prontamente"<sup>228</sup>. O álcool era encarado como um energético para o trabalho.

Este consumo de álcool era praticado, nomeadamente, num determinado estabelecimento; a taberna. Esta era um espaço de sociabilização operária bastante frequentada, sobretudo aos domingos, onde eram consumidas elevadas quantidades de álcool. Confrontados com esta realidade era exigida uma reforma no sentido de "extinguir o abuso das bebidas [alcoólicas], como princípio essencial à boa mesa, acompanhada do conforto doméstico"<sup>229</sup>, frisando-se a necessidade de haver uma "maior folga para as distrações"<sup>230</sup>. Uma ideia já presente no *Eco dos Operários*, onde numa sessão é afirmado que "os operários também tinham direito aos prazeres"<sup>231</sup>. Neste campo, Sousa Brandão revela ser partidário de que o "trabalho efetivo do operário [...] em caso nenhum deve exceder a 12 horas"<sup>232</sup>, sendo que deviam ter, nunca menos de seis horas para o descanso e as restantes horas entre as tarefas de família e trabalho doméstico, ficando com duas ou uma hora "por dia para as suas distrações e associações"<sup>233</sup>. Era ainda anunciado que durante o trabalho devia haver, por exemplo, certas distrações para os operários, como a leitura de jornais e de algumas canções. Contudo, estas distrações deviam ser moderadas e não como os divertimentos que proporcionavam o aumento do consumo de álcool, como era o caso do "chinquilho [e] os jogos de taberna, que dão em resultado a embriaguez"<sup>234</sup>. Henriques Nogueira revela ser apologista da criação de um "Club ao domingo" na estrutura da associação, na medida em que esse podia fornecer o "recreio [d]os sócios e de suas famílias [sendo] de uma grande utilidade substituir as distrações grosseiras por outras em que [os operários] ganhem o bom gosto e os bons costumes"<sup>235</sup>. Os dirigentes do movimento operário ainda frisavam que, face à atmosfera industrial diária na vida de um operário, era necessário promover o hábito de visitar o campo para aí se executar atividade física e realizar refeições ao ar livre.

---

<sup>227</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 1 de junho de 1854, N.º 2 - II Série, p. 13.

<sup>228</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 1 de junho de 1854, N.º 2 - II Série, p. 14.

<sup>229</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 1 de junho de 1854, N.º 2 - II Série, p. 14.

<sup>230</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 1 de junho de 1854, N.º 2 - II Série, p. 14.

<sup>231</sup> *Eco dos Operários*, 6 de Setembro de 1850, N.º 19, p. 6.

<sup>232</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 1 de julho de 1854, N.º 3 - II Série, p. 24.

<sup>233</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 1 de julho de 1854, N.º 3 - II Série, p. 24.

<sup>234</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 1 de julho de 1854, N.º 3 - II Série, p. 23.

<sup>235</sup> Nogueira, op. cit., p. 92.

Em jeito de conclusão, os dirigentes socialistas revelam uma forte veia moralista, havendo uma apologia veemente de novos comportamentos. Alerta-se para que o homem "mal vestido, mal penteado, desleixado, a camisa suja, mal calçado, torcido ou descomposto"<sup>236</sup> não consegue o respeito nem a consideração de ninguém na sociedade. "Os operários poder-nos-ão ter como utopistas, mas não nos hão de querer mal pelo futuro que lhe preparamos"<sup>237</sup>, afirmam esses mesmos dirigentes.

### **A participação na vida política nacional**

Os dirigentes do movimento operário deste período denotam um vasto conhecimento sobre a política nacional, sobretudo, do mundo operário. Através dos seus periódicos é possível conferir que são retratadas e debatidas várias questões relacionadas com a vida pública do país. De facto, como começa a ser cada vez mais nítido, a voz do movimento operário ganha lugar, por vezes com grande destaque, na esfera pública.

Começando pela redação do *Eco dos Operários*, é de salientar que esta aspirava a ter um forte e incisivo papel no sector industrial, pois era também "por este meio [que] os socialistas esperam que a produção seja pelo menos quatro vezes maior do que hoje é na indústria desorganizada"<sup>238</sup>. É gritante a preocupação em torno da industrialização. Se por um lado, há queixas de escassez de capitais e da ausência de um espírito industrial, não deixa também, por outro, de existir a observação de que as manufaturas em grande escala (grande fábrica) estavam a esmagar as oficinas e, conseqüentemente, ocorria uma inutilização dos pequenos capitais. O discurso divulgado pelo *Eco* vai adquirindo alguns contornos ambíguos, pois se, à primeira vista, tal sugestão faz com que o jornal pareça um defensor do mundo da pequena e familiar oficina face à escalada da grande fábrica, uma visão mais abrangente torna o assunto menos linear. Na prática, a envolvimento e a tradição presentes na pequena oficina são alvo de fortes críticas por parte do jornal, visto que "os mestres se opõem de propósito a que ele [operário] se familiarizasse com as diversas operações da arte, evitam quanto possível de talhar, ajustar, dar acabamento à obra diante deles"<sup>239</sup>. Esta situação — que ocorria particularmente em todos aqueles estabelecimentos onde a laboração necessita de saber muito específico, como era o caso dos alfaiates — resultava num sistema prejudicial tanto para o operário como para o próprio mestre, pois em última análise era a própria produção que era afetada. Tal facto tinha reflexos

---

<sup>236</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 16 de maio de 1854, N.º 1 - II Série, p. 5.

<sup>237</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 1 de junho de 1854, N.º 2 - II Série, p. 14.

<sup>238</sup> *Eco dos Operários*, 28 de abril de 1850, N.º 1, p. 5.

<sup>239</sup> *Eco dos Operários*, 7 de maio de 1850, N.º 2, p. 5.

negativos, tanto para o mestre como para o operário. Não sendo de esquecer as referências ao potencial que havia nas máquinas a vapor.

Efetivamente, os redatores do *Eco dos Operários* fazem questão de escrever, e de por vezes saudar, certos acontecimentos ocorridos na indústria portuguesa. É o caso da experiência avivada, em fevereiro de 1851, na fábrica da fundição do Bicalho, no Porto. Nesta fábrica foi posta em marcha uma tentativa de administração peculiar, sendo por isso encarada pelo próprio jornal como "um dos factos mais salientes do socialismo que tem aparecido na nossa terra"<sup>240</sup>. Ao que parece, os trabalhadores tomaram em suas mãos os destinos da administração da fábrica, ficando, desse modo, por sua conta e risco a gestão da produção. No entanto, o jornal não deixa de afirmar que detinha pouca informação em sua posse sobre esta situação, notando apenas que tal acontecimento estava em perfeita harmonia com as doutrinas sociais defendidas pelo mesmo, não deixava de aconselhar leituras sobre as Associações Obreiras de Paris (que estavam publicadas no próprio jornal), aos operários dessa fábrica. O facto do *Eco dos Operários* encarar este acontecimento como um dos factos mais salientes para o socialismo ocorridos até então em Portugal, mesmo admitindo que tinha em sua posse pouca informação, diz muito sobre o estado embrionário do movimento operário português dessa altura.

Outro elemento que é usual no jornal é a informação sobre exposições internacionais de âmbito industrial, nas quais Portugal marcou presença. Por exemplo, aquando da exposição de produtos industriais de todas as nações a realizar em Londres, o jornal transcrevia a informação da Comissão nomeada pelo governo português que promovia os produtos da indústria nacional na mesma. Desse modo, conseguimos obter um retrato do estado em que se encontrava Portugal industrialmente. Vejamos: o "Porto é uma vasta oficina, nobilitada não só pela força poderosa das maquinas, mas também pelo trabalho moralizador da família. Lisboa está sendo cercada pelo lado da foz do Tejo por um bairro quase industrial. Portalegre cresce admiravelmente na sua vida industrial. Os tecidos de linho ganham um credito inquestionável na fábrica de Torres Novas. A lã de produção nacional e estrangeira, se tece, e se ringue por diversas formas nas nossas fábricas de lanifícios. O vivo da cor das nossas tinturarias faz realçar os produtos que neste processo recebe o seu último aperfeiçoamento. A dispendiosa e colossal indústria da fiação e tecelagem do algodão está já fundada em Portugal. As nossas fundições de ferro já fundem as máquinas que lhe dão movimento, e que as habilitam para apresentarem no mercado os seu sólidos e bem acabados produtos. As primeiras caldeiras para os barcos a vapor, que hão de

---

<sup>240</sup> *Eco dos Operários*, 22 de fevereiro de 1851, N.º 40, p. 3.

sair das oficinas portuguesas, estão sendo trabalhadas em uma das fábricas de Lisboa"<sup>241</sup>.

Por fim, o jornal também chega a ser uma fonte de instrução industrial, pois por diversas vezes, contém receitas para a laboração de certos produtos, como foi o caso das fórmulas para a laboração do lacre. Algo que também vai ser continuado pelo *Centro Promotor*.

O municipalismo é um outro projeto validado pela redação do *Eco dos Operários*, como é possível deslindar num artigo rubricado por Sousa Brandão, presente no número 33.<sup>o</sup> Nesse artigo, é observada a teorização de um projeto municipal da responsabilidade da elite socialista portuguesa desse tempo. O artigo afirma que as freguesias com 125 e até aos 500 fogos deviam possuir uma administração comum própria, no sentido de promover a instrução primária — que estava em completo abandono e só acessível às famílias mais abastadas —; a segurança pública — que estava dependente do poder central e devia estar confiada à guarda de todos os cidadãos e interessados na sua manutenção —; o registo civil — que estava sob a alçada da Igreja, transmitindo a ideia de que o direito canónico é o direito de todos os cidadãos, devendo essa lógica ser abolida. Seria então necessário que o registo civil estivesse nas mãos de um corpo de delegados civis no sentido de averiguar uma verdadeira estatística de todos os cidadãos de qualquer país e religião, e a administração do culto e das festas religiosas sob a alçada das freguesias e não de algumas confrarias. Portanto, Sousa Brandão é da opinião que "não há quem tenha direito de governar o povo, senão o povo, ninguém o governa tão bem como ele mesmo. Eis o grande axioma das novas doutrinas, que coroam por todos os lados o princípio democrático"<sup>242</sup>. Em relação às Câmaras Municipais, essas estruturas deveriam estar divididas nas "seguintes repartições: Administração dos fundos e Instituições de Crédito. Instrução pública e Beneficência pública, Obras públicas, e Administração das propriedades municipais. Estatística e Direcção-geral"<sup>243</sup>. Assim, aparecia uma vasta rede de infraestruturas destinadas a auxiliar os municípios, como, por exemplo, um sistema educativo que facultasse a aprendizagem da leitura, da escrita, de contar e de obter fatos conhecimentos na religião, na lei e geografia do país. Não era descurado o ensino da aritmética, da geometria, da álgebra, da matemática, dos princípios das ciências naturais e um ligeiro estudo sobre alguns elementos básicos de mecânica, física e química, visto que são estas "operações de tanto uso na vida industrial e agrícola, que nós preferimos ao estudo das línguas, das

---

<sup>241</sup> *Eco dos Operários*, 21 de dezembro de 1850, N.º 34, p. 5-6.

<sup>242</sup> *Eco dos Operários*, 14 de dezembro de 1850, N.º 33, p. 1.

<sup>243</sup> *Eco dos Operários*, 25 de janeiro de 1851, N.º 58, p. 2.



humanidades, e muito principalmente ao estudo das línguas mortas, que só nos transportam ao passado, quando a maior necessidade é tratar do presente, e do futuro"<sup>244</sup>. As próprias Câmaras deviam estar guarnecidas com estabelecimentos de beneficência, um hospital, um banco que fornecesse crédito gratuito, este último moldado no sistema arquitetado por Proudhon. Sintetizando, "nós, partidários da descentralização do poder, não perdermos de vista o governo da Bélgica [...] porque tem um bom sistema municipal, fundado na independência administrativa das povoações"<sup>245</sup>.

Na verdade, este municipalismo reflete todas as ideias-chave do pensamento desta geração socialista, um projeto onde as semelhanças com a República democrática francesa de 1848 são inegáveis.

Os redatores do *Eco* ainda abordavam os princípios democráticos, republicanos e os da representação parlamentar. Sousa Brandão, sugestivamente, escreve no jornal a 5 de outubro de 1850 que a "parte mais desfavorecida da sociedade não é representada; o dinheiro é o título único que valoriza a representação"<sup>246</sup>, questionando de seguida, "mas se a origem da representação [é] o povo, por que não existe o voto universal?"<sup>247</sup>. Na expressão de Lopes de Mendonça o "sufrágio universal [...] consagra definitivamente o princípio da soberania popular"<sup>248</sup>, e por isso sugere ao "despotismo criado pela oligarquia censitária — a igualdade do imposto, a instrução gratuita e profissional, e como consequência infalível a inauguração definitiva do sufrágio universal"<sup>249</sup>.

Na sequência fica esclarecido que, para o *Eco*, há "dois sistemas, os mais opostos, revelam entre si uma certa analogia: o poder de um com o poder de todos. O rei e a república"<sup>250</sup>. A postura democrática e republicana faz-se notar ao longo do jornal, apesar de a primeira ser mais evidente do que a segunda. No entanto, essa postura nunca ganha contornos de hostilidade face ao regime vigente, bem pelo contrário, é assumida sempre numa conduta ordeira e de conciliação com o regime parlamentar liberal em vigor.

Atesta tal postura a carta enviada a 10 de setembro de 1851 subscrita em conjunto pela redação do *Eco dos Operários*, pelos delegados da *Associação dos Operários* e pelos membros da *Comissão Protetora do Eco*, no sentido de convocar uma reunião eleitoral de operários para dia 14 do mesmo mês. Era objetivo da reunião

---

<sup>244</sup> *Eco dos Operários*, 25 de janeiro de 1851, N.º 58, p. 2.

<sup>245</sup> *Eco dos Operários*, 25 de janeiro de 1851, N.º 58, p. 3.

<sup>246</sup> *Eco dos Operários*, 5 de outubro de 1850, N.º 23, p. 3.

<sup>247</sup> *Eco dos Operários*, 5 de outubro de 1850, N.º 23, p. 3.

<sup>248</sup> *Eco dos Operários*, 15 de março de 1851, N.º 43, p. 1.

<sup>249</sup> *Eco dos Operários*, 22 de agosto de 1850, N.º 17, p. 2.

<sup>250</sup> *Eco dos Operários*, 7 de dezembro de 1850, N.º 32, p. 5.

discutir a ideia de fazer representar a camada operária numa candidatura à Câmara nas próximas eleições, "aproximando-se ao partido que mais eficazmente proclame os princípios e aspirações democráticas"<sup>251</sup>. A dinâmica proporcionada pelo *Eco dos Operários* acabaria por interligar o movimento operário português numa espécie de triângulo, visto que importantes ações operárias, como foi este caso, eram efetivadas por três organizações: a redação do *Eco dos Operários*, os delegados da *Associação dos Operários* e os membros da *Comissão Protetora do Eco*.

A reunião acabou por se realizar, contando com a presença de "mais de 300 operários"<sup>252</sup> nas casas da rua da Barroca, n.º 40 no 1.º andar. A presidência da assembleia ficou a cargo de José Maria Chaves, e os secretários eram Lopes de Mendonça e Vieira da Silva Júnior. A temática da reunião não foi consensual, pois se, por um lado, os redatores da proposta encontram um largo apoio à proposta de levar uma candidatura operária à Câmara — como foi o caso de um dos presentes apelidado pelo jornal como Sr. Aragão que "apoiou a ideia [...] apoiando-se para isso na composição da Câmara dos Estados Unidos"<sup>253</sup> ou Vieira da Silva que achava "não só conveniente, mas necessário que a classe operária fosse à urna votar em si [...] e se enchia de ufania de ver ali reunidos tantos operários, a tratar pela primeira vez de uma questão desta ordem"<sup>254</sup> — por outro, não deixou de haver certas reticências à ideia, como foi o caso do operário Amorim. A ideia de ir a votos, num panorama censitário, dificultava a concretização de uma eventual eleição de um operário na Câmara, visto que em várias "paróquias não haveria eleitores operários em quem votar"<sup>255</sup>, afirmava o operário Amorim. Como solução apresentou a ideia, não de discutir a candidatura de um operário, mas sim discutir o recenseamento operário em Portugal. Porém, tal proposta de discussão foi negada pela mesa, visto que "os operários não vinham ali declamar contra o atual estado dos recenseamentos, mas sim se indo à urna, como não podiam nem deviam deixar de ir, deviam procurar o triunfo de uma ou mais candidaturas operárias: isto não hostilizando nem ainda levemente o partido progressista, nem qualquer governo moral e honesto"<sup>256</sup>. Da audiência ainda falou o Sr. Athaide e Melo, que afirmou que "a falta de operários recenseados não era tanta como se queria fazer sentir, que na sua freguesia eram em grande número os recenseados artistas"<sup>257</sup>. Um outro indivíduo presente na assembleia, Sr. Sines, pediu a palavra para afirmar que achava "inconveniente o irem

---

<sup>251</sup> *Eco dos Operários*, 27 de setembro de 1851, N.º 48, p. 2.

<sup>252</sup> *Eco dos Operários*, 27 de setembro de 1851, N.º 48, p. 2.

<sup>253</sup> *Eco dos Operários*, 27 de setembro de 1851, N.º 48, p. 2.

<sup>254</sup> *Eco dos Operários*, 27 de setembro de 1851, N.º 48, p. 3.

<sup>255</sup> *Eco dos Operários*, 27 de setembro de 1851, N.º 48, p. 2.

<sup>256</sup> *Eco dos Operários*, 27 de setembro de 1851, N.º 48, p. 2-3.

<sup>257</sup> *Eco dos Operários*, 27 de setembro de 1851, N.º 48, p. 4.

os operários à urna, a votar em candidatos seus, porque entendia que indo haviam votar sem exclusão de classes"<sup>258</sup>. Tal afirmação suscitou um discurso de Lopes de Mendonça em torno do termo "exclusão", pois a haver alguém com queixas de exclusão, eram os próprios operários, visto que esses ainda não tinham nenhuma representação e estavam constantemente a ser afastados das lutas constitucionais e políticas. Com efeito, a candidatura operária deveria ser feita nas fileiras do Partido Progressista, visto ser encarado como um partido incapaz "de renegar a mais inicial, a mais primitiva de todas as liberdades, a liberdade de discussão, essa liberdade que só os mais ferrenhos absolutistas odeiam"<sup>259</sup>. Lopes de Mendonça não esqueceu a acusação (de que eram alvo) de serem comunistas, respondendo com ironia: "é verdade, fomos nós que espoliámos e desbaratámos, que roubámos cem mil contos de bens nacionais! Fomos nós que fizemos pesar sobre o país uma enorme dívida estrangeira! Fomos nós que salteámos os conventos, e as igrejas"<sup>260</sup>.

Apesar das reticências expressas por alguns operários presentes, a ideia de uma candidatura operária acabou por ser aprovada unanimemente. Foi então firmado ser "conveniente que a classe operária trate de se fazer representar na próxima Câmara"<sup>261</sup>, bem como a proclamação pública de que a classe operária não tinha em mente hostilizar qualquer governo moral e honesto do país, nem separar-se do Partido Progressista, e portanto, continuava a militar nele e a ir à urna "lealmente unida ao partido popular [e] empregar os seus esforços, decentes e sinceros para fazer representar na sua próxima Câmara a classe artística"<sup>262</sup>. Porém, acabou por ser entregue na mesa uma proposta de emenda, apresentada outra vez pelo Sr. Sines, que propunha a alteração do termo "classe dos operários" pelo termo "classes do povo laborioso e útil"<sup>263</sup>, o que acabou por suceder, como forma de atestar que os "operários não querem a exclusão"<sup>264</sup>.

No final da sessão foi lido por Lopes de Mendonça, um manifesto dirigido aos operários de Portugal (aprovado na mesma assembleia), no qual eram referenciadas algumas necessidades da "classe operária", tais como a instrução primária, secundária e, sobretudo, profissional. Foi evocada também a necessidade de formar associações como Montepios e estabelecimentos especiais de obtenção de crédito, bem como se alertou para o facto da "classe operária da indústria, lançada num país de produtos agrícolas, paga[r] a sua subsistência por um alto preço, e consum[ir]

---

<sup>258</sup> *Eco dos Operários*, 27 de setembro de 1851, N.º 48, p. 3.

<sup>259</sup> *Eco dos Operários*, 27 de setembro de 1851, N.º 48, p. 3.

<sup>260</sup> *Eco dos Operários*, 27 de setembro de 1851, N.º 48, p. 3.

<sup>261</sup> *Eco dos Operários*, 27 de setembro de 1851, N.º 48, p. 4.

<sup>262</sup> *Eco dos Operários*, 27 de setembro de 1851, N.º 48, p. 4.

<sup>263</sup> *Eco dos Operários*, 27 de setembro de 1851, N.º 48, p. 4.

<sup>264</sup> *Eco dos Operários*, 27 de setembro de 1851, N.º 48, p. 4.

pouco, e de má qualidade"<sup>265</sup>, sendo importante para o desenvolvimento do país e da própria classe operária, a inauguração dos caminho-de-ferro. Todo o manifesto foi elaborado com contornos, em certa medida, nacionalistas, que exaltavam o papel histórico da classe laboriosa em momentos cruciais da história de Portugal. Concretamente, foi referido o caso de um alfaiate e de um tanoeiro que "dirigiram a turba de Lisboa, contra uma Rainha adúltera e um rei pusilânime, contra Leonor Telles, e D. Fernando"<sup>266</sup>, ou do caso dos "operários de Lisboa [que] fizeram o seu último esforço com o Prior do Crato"<sup>267</sup>, bem como o apoio prestado pelas classes laboriosas ao Mestre de Avis aquando da restauração da independência de Portugal face a Castela, demonstrando um "sentimento de nacionalidade, tão vivo, tão enérgico [...] contra essa aristocracia degenerada que quase toda se bandeava com o rei de Castela"<sup>268</sup>.

Esta importante reunião eleitoral dinamizada pelo movimento operário português não passa despercebida. Henriques Nogueira, que tinha sido convidado, mas não esteve presente na mesma, congratula a iniciativa e afirma ser importante haver no parlamento a representação das diversas classes ou profissões, opinando que o parlamento devia ser composto pelo menos por três quintos de agricultores e por um quinto de industriais. Em Espanha o diário socialista de Madrid, *Tribuna del Pueblo*, faz também uma referência a esta reunião.

Em setembro ocorreu uma polémica no *Eco*, com Vieira da Silva Júnior a lamentar o facto de José António de Amorim não ter aceite ser candidato pelo partido Progressista na freguesia de Santa Catarina, alertando que havia nomes que não pertenciam ao indivíduo que os possuem, mas sim a uma ideia que representam. "Os operários", remata Vieira da Silva Júnior, "perderam um bom advogado, [e] o partido liberal um soldado invulnerável"<sup>269</sup>.

Com a entrada em cena do *Centro Promotor* ocorre um prolongamento do debate e da discussão, por parte dos dirigentes do movimento operário, em torno de problemas relacionados com a vida política interna. A íntima ligação entre o *Centro* e o poder político vigente assim o dita.

É o caso do projeto-lei apresentado por Fontes Pereira de Melo que previa a rescisão do contrato monopolista do tabaco e do sabão. Esta lei era considerada com complacência pelo jornal do *Centro*, que não deixava de frisar que "o povo deve ser

---

<sup>265</sup> *Eco dos Operários*, 27 de setembro de 1851, N.º 48, p. 5.

<sup>266</sup> *Eco dos Operários*, 27 de setembro de 1851, N.º 48, p. 6.

<sup>267</sup> *Eco dos Operários*, 27 de setembro de 1851, N.º 48, p. 6.

<sup>268</sup> *Eco dos Operários*, 27 de setembro de 1851, N.º 48, p. 6.

<sup>269</sup> *Eco dos Operários*, 25 de outubro de 1851, N.º 52, p. 35.

grato ao ministro, quando ele assim lhe promove o seu bem-estar<sup>270</sup>. Na ótica dos dirigentes esta medida ia favorecer dualmente os operários, bem como as classes pobres em geral. Se por um lado, a lei auxiliava na questão da higiene, por outro o trabalhador que "depois de uma pobre refeição, pelo meio do dia, o cigarro entorna quase sempre a alegria no peito do trabalhador"<sup>271</sup>, podia adquirir tabaco mais barato e de melhor qualidade. O *Centro*, em 1855, decide dirigir uma representação à Câmara dos Deputados, solicitando a aprovação do projeto-lei da autoria do deputado Casal Ribeiro que previa a extinção dos batalhões nacionais.

Outra questão retratada pelo jornal do *Centro Promotor*, estava relacionada com a criação do *Instituto Industrial*, e por tal medida era felicitado o ministro da Fazenda. Porém, era deixado o aviso que o *Instituto* não devia ser a única escola de cariz operário, sendo necessário que cada associação de ofício montasse uma competente escola para ser usufruída, e assim "a mocidade aprenda a par da leitura, a nomenclatura da sua arte, a par do desenho, das formas que deve dar a cada um dos objetos"<sup>272</sup>. Porém, em setembro de 1853 surge no jornal do *Centro*, uma carta que tinha como destinatários a própria Rainha e o governo, no sentido de serem inauguradas as aulas e oficinas do *Instituto Industrial*, que tinha sido criado em 30 de dezembro de 1852.

É interessante perceber que o discurso republicano irradiado no *Eco dos Operários* sofre um refluxo. Não devem ser descuradas as homenagens que o *Centro Promotor* faz à princesa D. Amélia com a colocação de uma "coroa de saudades sobre a pedra, que encobre os restos mortais"<sup>273</sup>. Segundo o jornal do *Centro*, esta ideia resultava de um sentimento generalizado de pesar na classe trabalhadora, visto que "essa classe fechou as suas oficinas, largou os seus misteres, e foi, coberta de crepe, assistir às derradeiras oblações, que na terra se faziam aquele anjo da caridade"<sup>274</sup>. No rescaldo da grave epidemia de febre amarela que assombrou Lisboa em 1857, Vieira da Silva Júnior declara categoricamente que "a caridade portuguesa de 1857 é um monumento tão vivedouro que aos estranhos servirá de admiração, e aos nossos descendentes de exemplo e de guia, se dias infaustos volverem"<sup>275</sup>. Portanto, até a própria caridade que era menosprezada e rejeitada pela redação do *Eco*, ganha proeminência sendo, inclusive, personificada numa princesa que é, por seu turno, caracterizada como anjo. E num outro artigo que tem como destinatário principal a

---

<sup>270</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 19 de março de 1853, N.º 6, p. 41.

<sup>271</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 19 de março de 1853, N.º 6, p. 41.

<sup>272</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 19 de março de 1853, N.º 6, p. 44.

<sup>273</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 14 de maio de 1853, N.º 13, p. 97.

<sup>274</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 14 de maio de 1853, N.º 13, p. 97.

<sup>275</sup> *A Revolução de Setembro*, 21 de janeiro de 1858, N.º 4725, p. 2.

Rainha, é expresso que as classes operárias "tem prestado grande serviço aos Senhores Reis de Portugal"<sup>276</sup>, sendo uma classe leal. Mais tarde o *Centro Promotor* adia uma sessão extraordinária da assembleia-geral, visto que essa sessão coincidia com o dia de "aniversário da morte de S. M. a Sr.<sup>a</sup> D. Maria II"<sup>277</sup>.

Curiosamente, o jornal do *Centro Promotor* começa a conter notícias de possíveis empregos, como foi o caso de uma fundição de ferro em Aveiro que procurava fundidores, mencionando-se a localização do espaço onde os interessados deviam apresentar-se para prestar as provas de habilidade e de bom comportamento. É criada também, uma secção de necrologia, onde constam nomes de operários que faleceram. Foi o caso do tipógrafo Quintino José de Lorena que, embora tenha sido socorrido através de serviços médicos cedidos pela *Associação Tipográfica* e o Montepio Aliança, acabou por falecer vítima de tuberculose. Há também várias notícias sobre o quotidiano das associações; por exemplo é possível perceber que a *Associação Operária de Aveiro*, apenas com nove meses de existência, "estabeleceu um liceu noturno de instrução primária"<sup>278</sup> (esta tentativa de criar um estabelecimento de instrução a noite para operários é apresentada no Parlamento pelo deputado José Estevão).

O *Centro Promotor* ainda mostra preocupação com a questão da emigração, sobretudo, para o Brasil. Sendo então umas das tarefas do *Centro* promover "o melhoramento das classes laboriosas, concentrando-as, para que se auxiliem reciprocamente, e conservando-as ao mesmo tempo à pátria"<sup>279</sup>. É neste sentido, de contribuir industrialmente para o país, que percebemos a publicação de um protesto no jornal do *Centro Promotor*, que pretendia avançar com a formação de uma Companhia de Navegação a vapor, pois sem esse instrumento a indústria nacional ficava debilitada.

O *Centro Promotor* também propiciou debates na esfera pública, inclusive entre trabalhadores e dirigentes do mesmo. É o caso do debate em torno do papel e da importância da *Casa dos Vinte e Quatro*<sup>280</sup>, que aparece várias vezes ao longo da publicação do jornal. Ao surgirem vozes que defendiam a conveniência de uma espécie de *Casa dos Vinte e Quatro*, houve acesos protestos contra essa ideia. Vieira da Silva Júnior foi uma voz ativa a denegrir veemente a extinta casa corporativa. O Vice-presidente do *Centro Promotor* era da opinião ser um erro "levantar cadáveres

---

<sup>276</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 8 de outubro de 1853, N.º 29, p. 227.

<sup>277</sup> *A Revolução de Setembro*, 14 de novembro de 1855, N.º 4077, p. 3.

<sup>278</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 10 de setembro de 1853, N.º 25, p. 200.

<sup>279</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 18 de junho de 1853, N.º 18, p. 138.

<sup>280</sup> Extinta pelo decreto de 7 de maio de 1834.

das instituições opressoras e degradantes"<sup>281</sup>, classificando a *Casa dos Vinte e Quatro* como uma "instituição vazada nas formas absolutistas [...] odiosa [...] que consolidava o privilégio"<sup>282</sup>. Fazendo o contraponto estava João José dos Santos, que retorquia numa carta publicada no jornal do *Centro* onde defendia que "a última página da história da Casa dos Vinte e Quatro, é um dos documentos comprovativo da nossa liberdade"<sup>283</sup>. Curiosamente, esta polémica desencadeia a reprodução de um texto (publicado no n.º 27 do *Eco dos Operários*) de Pedro Chaves, onde defende as apelidadas "pobres vítimas dos apóstolos da Casa dos Vinte e Quatro"<sup>284</sup>, defendendo "discípulos e não escravos, mestres e não tiranos"<sup>285</sup>.

Nos primórdios do ano de 1855 a futura exposição Universal que ia decorrer em Paris é abordada no parlamento. Sobre a exposição Fontes Pereira de Mello (ministro das Obras Públicas) assegura aos deputados que o seu governo "desejava mandar aquela capital alguns artistas dos mais distintos em certos ofícios, que mais se houvessem desenvolvido e aperfeiçoado, a fim de examinarem os produtos que se encontrarem, não só na própria exposição, mas nas grandes oficinas, e nas grandes fabricas que abundam naquele país"<sup>286</sup>. Neste âmbito, acaba por ser desenvolvida uma parceria entre José Victorino Damasio (diretor do *Instituto Industrial de Lisboa*) responsável pela apresentação da proposta artistas ao governo, e o próprio *Centro Promotor* no sentido de serem encontrados os artistas. De facto, o *Centro Promotor*, as suas diversas associações e, naturalmente, os próprios operários vão desempenhar um papel fundamental na designação dos artistas que vão a Paris custeados pelo governo nacional. As várias associações davam cumprimento ao que lhes era determinado pelo *Centro*, ocorrendo na sua sede a "eleição por classe, de dois delegados e dois substitutos que devem formar a grande comissão que tem de resolver com o ill.º Sr. José Victorino Damasio [...] para se elegerem os cinco artistas que o governo de S.M. envia[va] a Paris"<sup>287</sup>. Através desta parceria foi proporcionada uma estadia de sessenta dias em Paris a um grupo de delegados "eleitos pela classe artística de Lisboa"<sup>288</sup>, para visitarem a Exposição Universal. No seu regresso, os delegados não deixaram de publicar um livro que tinha como principal destinatário o

---

<sup>281</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 9 de abril de 1853, N.º 9, p. 65.

<sup>282</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 9 de abril de 1853, N.º 9, p. 65.

<sup>283</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 25 de junho de 1853, N.º 19, p. 151.

<sup>284</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 23 de abril de 1853, N.º 11, p. 81.

<sup>285</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 23 de abril de 1853, N.º 11, p. 82.

<sup>286</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 14-02-1855, p. 133.

<sup>287</sup> *A Revolução de Setembro*, 3 de maio de 1855, N.º 3917, p. 3.

<sup>288</sup> Artistas de Lisboa (1856), *Brevíssimo Relatório dos Objetos Relativos à indústria vistos em sessenta dias de residência em Paris durante a Exposição Universal oferecido ao Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas pelos Delegados dos Artistas de Lisboa*, Lisboa, Tipografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, p. 1.

*Centro Promotor*. Nesse livro era narrada a experiência dos cinco artistas na exposição de Paris. O livro é composto por uma série de apontamentos do que foi observado e visto pelos delegados na exposição. Porém, o início e o fim são constituídos por um agradecimento público, quer aos dirigentes do *Centro Promotor* pelo seu trabalho no seio das camadas operárias e trabalhadores, quer ao próprio ministro das obras públicas (Fontes Pereira de Melo), não esquecendo o deputado António José d'Ávila. O regozijo por terem sido os próprios operários a efetuarem esta tarefa está marcadamente presente no relatório. Dos cinco delegados<sup>289</sup> é de destacar a presença do antigo redator do *Eco dos Operários*: José Maria Chaves, delegado pela serralharia. Este relatório, por seu turno, acabará por ser enviado pelo *Centro* ao parlamento: "Do presidente do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, acompanhando alguns exemplares do relatório feito pelos artistas de Lisboa, mandados pelo governo à exposição de Paris"<sup>290</sup>.

### **A Candidatura de um operário**

Apesar de ser evidente que os dirigentes do movimento operário optavam, em grande medida, por uma atitude ordeira e conciliadora com a política nacional, como foi em cima demonstrado, tal atitude não foi linear. Um dos grandes defensores de uma candidatura operária à Câmara dos Deputados, Lopes de Mendonça, viria a elaborar um panfleto<sup>291</sup> onde voltava a realçar a necessidade de tal candidatura. Porém, desta vez a exigência é elaborada com contornos inflamados. Embora este autêntico manifesto eleitoral não tenha data, é bastante plausível que tenha sido elaborado em finais de 1851.

Ao longo de oito páginas é descrita a necessidade de instruir o povo, edificar vias de comunicação, organizar as municipalidades, ceder capitais à indústria e libertar a terra. Estas problemáticas careciam de discussão no parlamento não só por parte de advogados, médicos, proprietários agrícolas, militares e funcionários, mas também pela íntima colaboração das classes laboriosas. Para Lopes de Mendonça era necessária a candidatura de um operário, que encarava como um homem dotado de inteligência, capaz de ilustrar os problemas da regeneração económica. O escolhido

---

<sup>289</sup> Salustiano António Bento Novo (delegado pela tipografia), Carlos Augusto Pinto Ferreira (delegado pela carpintaria), Jacinto dos Santos Montedonio (delegado pela marcenaria) e João Luiz de Moraes Mantas (delegado pelos têxteis) que ficou mais tempo em Paris a observar a parte da Exposição referente aos tecidos.

<sup>290</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 10-07-1856, p. 127.

<sup>291</sup> Ver anexo D: Mendonça, Lopes de (Sine anno), *A Candidatura de um operário*, Tip. Social.



para essa tarefa por Lopes de Mendonça era um operário, "filho de um honrado operário, que fora membro da *Casa dos Vinte e Quatro*, entrou pela morte de seu pai, para as oficinas do Arsenal do Exército"<sup>292</sup>. Foi durante esse tempo que, à custa do seu salário, frequentou aulas de matemática na *Academia da Marinha*, adquirindo conhecimentos em geometria e mecânica. Entretanto, ainda conseguiu adquirir conhecimentos de francês e italiano. Participou nas chamadas guerras de libertação e foi um ativo militante em prol da Revolução de Setembro, tendo saído dela ferido e despedido do Arsenal. Mais tarde conseguiu montar um estabelecimento de serralheira, sendo "de certo um dos mais hábeis artistas na sua profissão"<sup>293</sup>, ocupando o cargo de presidente, por duas vezes, da *Sociedade dos Artistas Lisbonenses* e presidente da comissão eleitoral operária. O nome do operário letrado que Lopes de Mendonça confiava ser um formidável candidato à Câmara — tinha sido um assíduo redator do *Eco dos Operários* — era José Maria Chaves.

Sendo verdade que não se vislumbrava qualquer atitude radical e organizada entre os trabalhadores portugueses durante a alvorada do movimento operário, como afirma Joel Serrão, a premissa deve ser, no mínimo, repensada quando incide em alguns dos dirigentes da apelidada, "geração de 1852". É o caso de Lopes de Mendonça, que ao finalizar um breve historial e perfil do candidato operário, envereda por um discurso inflamado, com sugestivas advertências aos políticos portugueses dessa época. Esse dirigente escreve que em caso das "classes que vivem unicamente pelas fadigas do operário, cusp[irem] o desprezo na mão que as enriquece, no braço que as defende, no coração que lhes suporta muitas vezes os caprichos, sem ódios; que lhe os perdoa sem reserva"<sup>294</sup>, deviam amedrontar-se, pois tal atitude seria uma declaração de guerra. Ou seja, havia neste processo uma dialética, segundo a qual o eventual fechar das portas do parlamento a um operário (sabendo do enorme anseio do movimento operário em franqueá-las) poderia levar a que "as classes laboriosas reneguem da legalidade"<sup>295</sup>. Portanto, o desejo de Lopes de Mendonça e seus correligionários era "que as novas ideias não houvessem de desabrochar salpicadas de sangue"<sup>296</sup>, e, por isso, até ao momento tinham "usado das armas da conciliação, e dos meios inofensivos da propaganda moral"<sup>297</sup>. Mas, prontamente, são arremessadas ameaças de emergir uma revolução armada, com Lopes de Mendonça a afirmar que

---

<sup>292</sup> Mendonça, Lopes (sine anno), *A Candidatura de um operário*, Tip. Social, p. 4.

<sup>293</sup> Mendonça, op. cit., p. 5.

<sup>294</sup> Mendonça, op. cit., p. 7.

<sup>295</sup> Mendonça, op. cit., p. 7.

<sup>296</sup> Mendonça, op. cit., p. 8.

<sup>297</sup> Mendonça, op. cit., p. 8.

era conhecido "quantos homens são necessários para levantar uma barricada"<sup>298</sup>, concluindo com um vaticínio que, em breve todo o país havia de estar filiado no ideal de emancipação e de progresso, defendido pelo mundo do trabalho.

Este manifesto eleitoral acabou por não ter o desfecho esperado. A candidatura de um operário não foi concretizada, o próprio autor do manifesto (Lopes de Mendonça), como o operário escolhido (José Maria Chaves), acabam por ingressar no partido Progressista. Inclusive, José Maria Chaves é eleito para a Comissão Central desse partido logo em 1852. Optou-se, por parte dos dirigentes do movimento operário, por uma aproximação com o partido Progressista, um partido que era, de certa maneira, herdeiro do Setembrismo e do apelidado «radicalismo». Destacados dirigentes do movimento operário como Lopes de Mendonça, Sousa Brandão acabam por apoiar ou até ingressar na vida política e eleitoral no partido Progressista.

---

<sup>298</sup> Mendonça, op. cit., p. 8.

## Terceira Parte - O mundo operário no discurso parlamentar.

### A questão social surge em debate

Durante a materialização do projeto "regenerador" a questão social, em todas as suas vertentes, alcança um importante protagonismo na esfera pública, chegando, inclusive, a ser fortemente debatida nas próprias Cortes Liberais. O avanço industrial e das obras públicas promovem, com efeito, drásticas e profundas alterações no panorama nacional, nomeadamente no urbano. Esta componente de progresso é, no entanto, acompanhada por um receio, patente em vários deputados, de um eventual clima de "fome" e dos "horrores da miséria". Deste modo, várias ocorrências no mundo operário são chamadas para o debate. Era urgente tentar resolver, ou atenuar, os problemas que nasciam neste novo, e mais complexo, mundo do trabalho que germinou a partir da Regeneração. Situações extremamente gravosas no plano laboral, tal como a ausência de trabalho, eram encaradas como indo irremediavelmente, redundar no surgimento da fome e da miséria.

Assim, não é de admirar que seja afirmada no parlamento a ideia de que era importante, mesmo antes da conclusão completa dos devidos estudos para iniciar uma obra pública, "trata[r] de dar emprego a braços [...] porque se tinha de ocorrer à fome"<sup>299</sup>. Uma ideia que está bastante explícita no discurso do deputado Dias de Azevedo, realizado em finais de 1858. Através deste é possível verificar a importância que a questão da fome no mundo do trabalho adquire. Quando o parlamento discute o grave problema de fome que varria a então a vila de Setúbal, este deputado alertava o ministro das Obras Públicas (Carlos Bento da Silva) para que "não basta simplesmente dar trabalho aos operários que podem ir ocupar-se nas obras do ramal do caminho-de-ferro, é necessário dar de comer a quem morre de fome e não pode trabalhar"<sup>300</sup>. De seguida, mostra ser da opinião que, embora a ação da caridade se tenha desenvolvido muito, "todavia ela não é suficiente, se não for dirigida pela influência governamental"<sup>301</sup>. Há a tentativa de aplicar uma responsabilidade do estado na questão social, nem que seja com a distribuição de uma sopa económica diariamente, tal como afirma o Visconde de Algés (José António Maria de Sousa e Azevedo), em 1856. Este Par do Reino afirma que a caridade individual e voluntária não conseguia auxiliar todos, sendo necessária uma intervenção por parte do governo, introduzindo assim a questão da existência de uma sopa económica. Através dessa

---

<sup>299</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 18-03-1858, p. 221.

<sup>300</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 29-11-1858, p. 205.

<sup>301</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 29-11-1858, p. 205.

lógica intervencionista, o Par defendeu que o governo devia providenciar condições mais dignas e salubres aos operários do caminho-de-ferro, visto ser comum estes trabalhadores efetuarem o seu descanso e pernoitarem numa casa em Pedrouços "chamada Cova das Onças, junto ao palácio do Sr. Conde de Lumiares"<sup>302</sup>, havendo nela o risco de propagação de epidemias devido à falta de correntes de ar, que permitia a circulação de um ar puro e saudável na habitação, bem como ao amontoado de operários que viviam no interior da habitação que os acolhia em grande número. Portanto, na Câmara dos Pares do Reino há também quem alerte para a urgência de satisfazer a "necessidade [...] de dar de comer a muitos operários que estariam em risco de morrer a fome"<sup>303</sup>.

Perante este problema são apresentadas algumas soluções, no sentido de o atenuar ou, quiçá, resolver. Contudo, todas as soluções apresentadas vão ao encontro de um incremento das obras públicas, daí o próprio Fontes Pereira de Melo, enquanto ministro da Fazenda, afirmar categoricamente que graças à construção do caminho-de-ferro foi possível com que durante dois anos "três mil operários [tenham] tido o pão de cada dia"<sup>304</sup>. Outro discurso onde está patente esta ideia é feito em início de julho de 1856 pelo Par Francisco António Fernandes da Silva Ferrão. Segundo este último, a "única tábuca de salvação que [havia] para regenerar e salvar [...] o país [...] é a das obras públicas e do caminho-de-ferro"<sup>305</sup>, sendo "forçoso dar que fazer aos operários"<sup>306</sup>, lembrando os seus homólogos as diversas calamidades que ocorriam nesse ano. De facto 1856 é um ano marcado pelo nefasto impacto de uma forte crise alimentar, à qual o parlamento não podia ficar indiferente. Perante tais acontecimentos, o deputado Santos Monteiro declarava que o projeto que previa a entrega de uma determinada quantidade de dinheiro ao Concelho de Vila Real de Santo António, embora não permitisse a realização de grandes obras, tinha a "grande vantagem entreter a classe trabalhadora daquela província, e tudo quanto se fizer neste sentido, tem a grande vantagem de dar que fazer a alguns braços, porque naquela localidade há muitos que não têm emprego, e que têm fome"<sup>307</sup>. Uns dias mais tarde, era a vez do deputado Garcia Peres lembrar a toda a Câmara que tinha surgido no distrito de Beja uma proposta de formar uma sociedade por parte de alguns indivíduos para realizar os trabalhos de construção da ponte sobre o rio que dividia os concelhos de Barrancos e Moura e que essa "associação não t[inha] por fim mais que

---

<sup>302</sup> Câmara Pares do Reino, 04-07-1856, p. 991.

<sup>303</sup> Câmara Pares do Reino, 10-08-1858, p. 1107.

<sup>304</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 02-04-1856, p. 27.

<sup>305</sup> Câmara Pares do Reino, 12-07-1856, p. 1079.

<sup>306</sup> Câmara Pares do Reino, 12-07-1856, p. 1079.

<sup>307</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 11-07-1856, p. 155.

dar trabalho às classes laboriosas"<sup>308</sup>. Curiosamente, estes discursos são realizados nas vésperas das várias pilhagens, e até incêndios em várias padarias, que vão ocorrer na cidade de Lisboa devido ao aumento do preço do pão. A situação fica extremada quando a 8 de agosto "grupos de trabalhadores e desempregados perseguem os patrões (padeiros) e assaltam as casas dos "monopolista da moagem". As cenas de violência duram até à noite do dia 10"<sup>309</sup> com a intervenção da polícia e do exército, e a devida proclamação do estado de sítio. Semanas antes destes tumultos, ocorria uma discussão sobre as verbas a aplicar em várias regiões do país, na qual o Par José Maria Grande fazia notar a sua preocupação, afirmando que tal medida tinha "em vista não só a construção de obras publicas, mas o bem-estar das classes laboriosas, de que tanto depende a ordem e a paz pública"<sup>310</sup>. Tal como nas sessões que decorreram no *Centro Promotor*, as crises alimentares que abalavam o mundo do trabalho foram também debatidas pelos deputados. Mesmo no ano anterior, 1855, um deputado alertava para que na região do Porto as "classes laboriosas têm estado a braços com a fome, por causa do elevado preço dos cereais"<sup>311</sup>.

Por seu turno, em meados de 1853, quando era debatido na Câmara dos Deputados o orçamento da Marinha, surge uma proposta do deputado António Maria Barreiros Arrobas no sentido de reduzir as despesas pela via da redução do pessoal da cordoaria, que de imediato suscita uma resposta por parte de um outro deputado, Mello Breyner. Segundo este último, a proposta não podia ter a sua aprovação, visto que havia "mais de 300 operários, que por força, seriam despedidos, e assim, outras tantas famílias reduzidas à miséria"<sup>312</sup>. No ano seguinte o ministro da Marinha (Visconde de Athoquia) ao responder a um deputado em torno do orçamento da Marinha, afirma categoricamente que mandou vender as lonas<sup>313</sup>, embora sem sucesso, devido ao "princípio de não mandar pôr fora do estabelecimento e mendigar pelas ruas os operários"<sup>314</sup>, ficando em atividade a respetiva produção, mesmo sem o devido escoamento da mercadoria, pois na opinião do ministro "aquela gente não há de morrer à fome"<sup>315</sup>. O grande entrave na resolução da situação, segundo o discurso do ministro, era o facto de não haver uma qualquer iniciativa privada que pudesse absorver grande parte dos operários que ali trabalhavam, sendo por isso forçoso manter a produção.

---

<sup>308</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 15-07-1856, p. 218.

<sup>309</sup> FONSECA (I - Cronologia), op. cit., p. 62-63.

<sup>310</sup> Câmara Pares do Reino, 18-07-1856, p. 1333.

<sup>311</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 02-05-1855, p. 22.

<sup>312</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 13-07-1853, p. 200.

<sup>313</sup> Tecido grosso e forte que serve para as velas dos navios.

<sup>314</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 03-07-1854, p. 34.

<sup>315</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 03-07-1854, p. 34.

Ainda nesse ano, um outro deputado lembrava à Câmara que a reforma da pauta de 1852 originara uma crise na indústria nacional, exemplificando com o caso do Porto onde houve fábricas fechadas, ao passo que, outros estabelecimentos industriais tinham reduzido para metade, ou até menos, o seu efetivo operário. Posto isto, o deputado deixava o seguinte alerta: "quando os fabricantes, Sr. Presidente, chegam a despedir os seus operários e a entrega-los aos horrores da miséria, os seus operários que, entre nós, são ainda para o fabricante os seus companheiros, e quase que filhos, é porque absolutamente lhes não podem dar trabalho e matar a fome, sem se prejudicar nem arruina-rem a si próprios"<sup>316</sup>. Há nesta visão, nitidamente, uma conceção paternalista do mundo do trabalho, visto que os donos dos estabelecimentos deviam encarar os seus empregados, em última instância, como filhos, garantindo-lhes o devido sustento. Em 1858 o Visconde de Castro chega "a pedir ao governo que tenha todo o cuidado em não deixar despedir os operários"<sup>317</sup> que estavam a laborar no caminho-de-ferro que ligava o Barreiro a Vendas Novas.

Numa discussão em torno dos atrasos nas obras na estrada marginal do Douro, o deputado Macedo Pinto confronta o ministro das Obras Públicas com o facto de haver falhas no pagamento aos operários, e assim "os trabalhadores sem recursos alimentam-se mal e trabalham pouco, porque lhes falecem as forças"<sup>318</sup>. Prontamente, o ministro das Obras Públicas, Carlos Bento da Silva, pede a palavra para responder ao deputado, afirmando que deu ordens ao diretor das obras públicas daquele distrito no sentido de nunca atrasar o pagamento aos operários, deixando o aviso de que "o governo há de exigir a responsabilidade desse funcionário, se o facto do atraso for verdadeiro, porque ele tem os meios e ordens para nunca atrasar o pagamento aos operários"<sup>319</sup>. Algum tempo mais tarde era a vez do deputado José Estevão confrontar o mesmo ministro, desta vez com o atraso do pagamento a vários operários que estavam a laborar nas obras públicas, de tal modo que iam "os próprios operários todos os sábados bater às repartições das obras públicas perguntar, se já veio o dinheiro de Lisboa para lhes pagar o seu trabalho de três e quatro semanas"<sup>320</sup>. Em resposta ao deputado, o ministro afirma que já tinha enviado circulares a todos os diretores das obras públicas com a ordem de evitar atrasos no pagamento aos operários. A isto José Estevão ripostou: "nem as suas circulares nem as suas ordens aos diretores servem para pagar [...] eles pagam; mas pode estar certo que em quanto

---

<sup>316</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 12-07-1854, p. 214.

<sup>317</sup> Câmara Pares do Reino, 25-06-1858, p. 832.

<sup>318</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 08-03-1858, p. 77.

<sup>319</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 08-03-1858, p. 78.

<sup>320</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 23-03-1858, p. 271.

não mandar dinheiro, não pagam"<sup>321</sup>. Situação semelhante ocorre com o deputado Gouveia Osório. Mais uma vez tem lugar uma confrontação com o mesmo ministro, desta vez devido à situação dos pagamentos aos operários que estavam a trabalhar nas obras públicas do distrito de Viseu, pois, segundo o deputado: "as notícias que recebi de lá são [...] que se deviam algumas semanas aos operários que trabalhavam nas estradas"<sup>322</sup>.

No findar da década de 50, em 1858, é interessante perceber que o deputado Thomás de Carvalho, na sequência de um alerta deixado por um outro deputado (José Estevão), deslocou-se propositadamente à rua da Prata onde estavam entre 20 a 30 indivíduos a efetuar a limpeza dos canos de Lisboa, uma obra a cargo da respetiva Câmara Municipal. Posteriormente, o deputado afirmou no parlamento, questionando o próprio ministro das obras públicas, que neste tipo de laboração "não havia uma atmosfera livre e suficiente para os operários poderem progredir nos trabalhos da limpeza, mas a ciência indica os meios para estabelecer as correntes ar, de modo que os operários não sejam molestados pelos maus gazes das matérias contidas nos canos"<sup>323</sup>. No mês seguinte o mesmo deputado voltava a reiterar a sua preocupação relativamente à forma como a limpeza dos canos lisboetas estava a ser realizada, mantendo-se ainda o seguinte sistema "arma-se uma forca em cima de um buraco, põe-se uma corda, mete-se um balde e estão cinco homens a puxar por esse balde que leva três camadas de imundices"<sup>324</sup>. A questão da necessidade de garantir condições de higiene pública durante a laboração era repisada por vários deputados, visto ser crucial "para a segurança dos operários, porque empresários há tão sequiosos de lucro, que poupando-se a despesas de reparações nas suas máquinas e oficinas expõem a vida de centenas de operários a sinistros terríveis"<sup>325</sup>. No entanto, pouco ou nada se fez no plano legislativo para remediar tal situação.

Durante Março de 1854 a falta de iniciativa e o atraso industrial patente na ilha da Madeira foi discutido na Câmara. Sobre esta temática o discurso do deputado Arrobas alertava para a "falta de trabalho para as classes operárias"<sup>326</sup> da Madeira, sendo necessário promover "o espírito de associação e desenvolvimento industrial, frase que todos os livros repetem, que se aplica a todos os casos e situações da vida social dos povos"<sup>327</sup>. Na linha de pensamento deste deputado estava a promoção por toda a ilha de uma rede de obras públicas que, desse modo, ocupasse todos aqueles

---

<sup>321</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 23-03-1858, p. 271-272.

<sup>322</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 06-07-1858, p. 60.

<sup>323</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 18-01-1858, p. 150.

<sup>324</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 08-02-1858, p. 61.

<sup>325</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 28-01-1858, p. 264.

<sup>326</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 17-03-1854, p. 238.

<sup>327</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 17-03-1854, p. 238-259.

indivíduos que não tinham emprego. O deputado era categórico na apresentação da solução para resolver o problema: "emprestem-se capitais aos proprietários, e dê-se trabalho aos operários, e o problema está resolvido"<sup>328</sup>. No entanto, havia uma nuance que o deputado fez questão de referir, e que devia acompanhar o projeto que previa a realização de obras públicas na ilha. Devia haver um chefe encarregado de dirigir o projeto no terreno que, além de conhecimentos técnicos e de administração no ramo das obras públicas, devia também temporariamente dirigir o comando militar, visto ser "muito difícil conservar a necessária disciplina em um grande número de trabalhadores, [que] reunidos, é muitas vezes fácil a perturbação da ordem"<sup>329</sup>. Ainda sobre a questão da associação, em 1856, um deputado atacava o governo do Duque de Saldanha, tendo como mote os supostos atropelos à religião, afirmando que o governo apenas "tem permitido que se fundem associações por toda a parte de operários: mas os únicos operários que não reconhece são os operários do Evangelho!"<sup>330</sup>.

Efetivamente, a questão do desemprego no mundo do trabalho, particularmente operário, é tratada e discutida no interior das Câmaras, chegando a assombrar vários deputados, como foi o caso do deputado Júlio Pimentel. Na ótica deste, o encerramento de algumas fábricas e a ameaça a pairar noutras comunidades fabris, como no Porto e em Lisboa, fazia com que "uma parte da população destas cidades fica[sse] sem trabalho, e daqui podem vir perturbações que será muito difícil de sossegar"<sup>331</sup>.

### **A importância da instrução**

A vertente da instrução, particularmente a questão da instrução das camadas operárias, também é focada com relevo por diversos deputados. Inclusivamente, a instrução é uma questão que acaba por estar entrançada com a questão social, na medida em que é encarada por um conjunto de deputados como uma significativa e integrante parte do desenvolvimento do indivíduo, sendo então um vetor que permitirá garantir a sua subsistência. Logo nos primórdios de 1850 é debatido, na câmara dos Pares do Reino, um artigo que propunha a construção de uma *Escola Prática de Mestres* (ao lado da *Escola de Construção e Arquitetura Naval*), onde estava previsto serem admitidos como alunos os operários do *Arsenal da Marinha*. Nesta proposta um

---

<sup>328</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 17-03-1854, p. 239.

<sup>329</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 17-03-1854, p. 239.

<sup>330</sup> Câmara Pares do Reino, 19-02-1856, p. 229.

<sup>331</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 02-08-1854, p. 31.



dos futuros homens-chave da Regeneração, o Par do Reino Rodrigo da Fonseca Magalhães, perguntava que tipo de habilitação (como saber ler, escrever, aritmética, geometria ou alguns princípios de desenho) é que era necessário para que os operários ingressassem nesse estabelecimento como alunos. Em resposta o Conde de Linhares afirmou que já estava deliberado que tipo de instrução os operários deviam ter, no entanto, em caso deles não terem "recebido essa educação prévia, naturalmente se estabelecerá uma Escola no Arsenal onde lhes serão ensinados esses rudimentos"<sup>332</sup>. O artigo em questão foi aprovado.

Na verdade, a questão da instrução chega a ser mais profunda, pois há em torno da mesma uma forte preocupação que pretende demonstrar que a instrução é uma condição essencial no próprio desenvolvimento do país, bem como uma mais-valia do indivíduo no seio da sociedade. Deste modo, não é de estranhar que o deputado Nogueira Soares exclame no parlamento ser "essencial que se estabeleçam escolas do ensino prático para habilitar os indivíduos das classes laboriosas a exercer industrias proveitosas ao país para o desenvolvimento da riqueza publica"<sup>333</sup>, ao passo que um outro deputado afirmava que a "instrução é uma parte da educação, isto é, que a instrução é necessária para constituir o homem como deve ser na sociedade"<sup>334</sup>. A instrução, segundo esta lógica, permite que o "mancebo [que] aprende uma indústria, adqui[ra] igualmente um princípio de moralidade, porque não só foge à ociosidade, mas adquire meios de viver honestamente"<sup>335</sup>, e, assim, o operário instruído mais facilmente consegue encontrar o devido trabalho e, com efeito, garantir a respetiva subsistência. Porém, o deputado não era da opinião que se devesse privilegiar um ramo específico da instrução, mas sim conciliar todos na educação dos indivíduos, pois, "só assim ele pode ser proveitoso a si e à sociedade"<sup>336</sup>. Uma ideia reiterada por um outro deputado quando exclama no seu discurso que é da instrução pública que "depende o progresso das ciências, o adiantamento da indústria e da agricultura"<sup>337</sup>. No entanto, ficava registado que o deputado não pretendia uma grande difusão da instrução superior pela população, visto que desse modo havia um risco das artes, a agricultura e o comércio ficarem em abandono, pois com um grau de instrução superior poder-se-ia julgar esses trabalhos menos dignos. Perante isto, o deputado Tavares de Macedo contradizia, afirmando que não colhia essa opinião, a que defende "se todos tivessem a mesma instrução não havia quem cavasse a terra,

---

<sup>332</sup> Câmara Pares do Reino, 20-03-1850, p. 346.

<sup>333</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 13-04-1857, p. 129.

<sup>334</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 17-04-1854, p. 159.

<sup>335</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 17-04-1854, p. 159.

<sup>336</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 17-04-1854, p. 159.

<sup>337</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 30-05-1854, p. 443.

nem artistas, e operários para os ofícios da fábrica<sup>338</sup>. Anteriormente, em 1851, o deputado Lourenço José Moniz durante uma outra discussão sobre o papel da instrução exclamava aos seus homólogos: "Nenhum de nós de certo quer que cada artista ou cada operário seja um Doutor"<sup>339</sup>.

Outro exemplo, que é clarificador da utilidade da instrução, é dado pelo Par Visconde de Sá da Bandeira. Quando é debatida a questão da isenção do recrutamento militar, este Par começa por afirmar que nos novos Institutos Industriais de Lisboa e do Porto ocorria anualmente a inscrição de mais de 400 indivíduos, e que era de justiça isentar esses do recrutamento, visto que a isenção não podia ser dado apenas a uma determinada classe. No entanto, alertava o Par, de isenção em isenção havia o risco de não haver indivíduos para o recrutamento militar. Contudo, durante o discurso é salientada a importância de instruir as classes laboriosas, dando o exemplo do inglês Dr. Birkbeck que tinha fundado há mais de trinta anos uma associação com o nome de *Instituição Mecânica*. Nessa associação os "operários tem uma casa de reunião, onde há uma livraria, e coleções de modelos de máquinas, e ouvem certas lições de física e química [sendo] um centro de reunião depois dos trabalhos diários, centro que antes tinham na taberna"<sup>340</sup>. Algumas destas sessões contaram com a presença do próprio, Sá da Bandeira que ficou "com a convicção da sua grande utilidade moral e industrial"<sup>341</sup>.

A instrução operária é bastante abordada nos debates parlamentares, e até ocorre, na Câmara dos Pares, um debate que punha em confronto a utilidade do *Instituto Agrícola* com a do estabelecimento industrial; um Par do Reino afirmava categoricamente que este último estava a dar resultados, pois no "industrial aparecem muitos operários que pretendem instruir-se para se adiantar nas suas diversas profissões; em quanto que o Instituto Agrícola, para ter alguns alunos, foi necessário que o governo os mandasse buscar à Casa Pia, e lhe pagasse 6\$000 reis cada mês"<sup>342</sup>. Há sectores que merecem um maior protagonismo, como é o caso dos estaleiros e arquitetura naval. Em Março de 1858 era afirmada a importância de mandar vários trabalhadores aos melhores estaleiros navais estrangeiros no sentido de ampliar a sua instrução, sendo já na época normal mandar "a Inglaterra engenheiros construtores e alguns operários"<sup>343</sup>.

---

<sup>338</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 30-05-1853, p. 443.

<sup>339</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 29-01-1851, p. 150.

<sup>340</sup> Câmara dos Pares do Reino, 13-07-1855, p. 1045.

<sup>341</sup> Câmara dos Pares do Reino, 13-07-1855, p. 1045.

<sup>342</sup> Câmara dos Pares do Reino, 04-06-1855, p. 752.

<sup>343</sup> Câmara dos Pares do Reino, 03-02-1858, p. 180.

O deputado Lobo d'Avila fornece um outro bom exemplo da importância da instrução adequada para a massa trabalhadora. Quando é discutida a necessidade de ampliar as cadeiras de latim, este deputado demonstra ser contrário a tal medida, afirmando, por seu turno, a importância das cadeiras como a geometria aplicada, ciências naturais e línguas vivas em que se escrevem as coisas do progresso e civilização moderna, afirma. O deputado chega a dar um exemplo hipotético: "Eu, se fosse diretor de uma fabrica, e repreendesse um operário, se ele me dissesse = não me deve repreender porque eu sei o latim; — eu dizia-lhe: = estimo muito que saiba latim, mas isso não me serve cá de nada"<sup>344</sup>.

Afora isto, numa lógica inspirada em casos estrangeiros, afirma a importância de tentar construir escolas, ou alojar estas em edifícios já existentes, com a curiosidade de premiar também a questão da educação física caso houvesse nas proximidades terrenos onde fosse possível os mancebos fazerem certos exercícios. Efetivamente, a questão da instrução é deveras valorizada na agenda política dos deputados liberais; não é por acaso que em 1857 uma voz exclama na Câmara que é "à beleza das formas [que] a França deve a sua grandeza industrial; os seus produtos são belos pelas formas"<sup>345</sup>. Portanto, ocorre um autêntico encómio ao estímulo da aprendizagem de áreas como o desenho e a geometria, bem como o cuidado de tentar estimular a importância e a beleza das formas, nomeadamente no interior das academias de Belas Artes<sup>346</sup>, por parte dos deputados liberais.

### **"Porque a honra de um operário vale tanto como a de um Par do Reino". A importância dos operários**

Durante o desenvolvimento do projeto regenerador e da industrialização é perceptível que a questão operária ganha um enorme relevo em Portugal. Além de serem debatidos assuntos relacionados com a questão social, laboral e da instrução são ainda apresentados outros discursos nas Cortes com importância para as camadas operárias. Uma intervenção do deputado Macedo Pinto é um desses casos. Ao ser tratado um projeto-lei que previa a contratação de uma empresa para a construção das estradas do Minho e de Trás-os-Montes, afirma que há abuso nos concursos e empreitadas, responsabilizando a "agiotagem que tem podido também introduzir-se

---

<sup>344</sup> Câmara dos Pares do Reino, 14-05-1855, p. 211.

<sup>345</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 09-05-1857, p. 131.

<sup>346</sup> Neste ano havia cerca de 300 operários a receber instrução na academia de Belas Artes de Lisboa.

nestes negócios<sup>347</sup>. O capitalista, ou uma pessoa influente, acaba por sublocar a obra para terceiros, e assim a "obra fica muito mais cara ao estado do que devia ficar, ou aos operários, a quem devia pertencer a melhor parte dos lucros, é que ficam mal recompensados do seu trabalho"<sup>348</sup>. O deputado propunha ao ministro das Obras Públicas Comércio e Indústria, que os operários organizados em associações fossem também admitidos nestes concursos e empreitadas assim ocorrendo um "melhoramento na administração [e] construção das obras, e um grande benefício para a classe operaria, que muito o merece"<sup>349</sup>. Ademais, são feitas críticas que focam o desenvolvimento de algumas obras públicas, como foi o caso da falta da construção de uma estrada na proximidade da fábrica de Vizela, que surge como "de maior importância na província do Minho, que emprega diariamente para cima de quatrocentos operários"<sup>350</sup>. Embora a fábrica estivesse a uma distância de quatro léguas da cidade do Porto, o transporte dos seus produtos demorava dois dias devido à falta de uma estrada.

Recuando até ao primeiro mês de 1850, é possível conferir que a Câmara dos Pares do Reino estava ao rubro, com uma discussão acalorada entre o Presidente do Conselho (Conde de Tomar) e vários Pares, (como o Conde de Taipa e o Conde de Lavradio). O âmago da discussão estava nas duras críticas feitas pelo Presidente do Conselho que atingiam um operário e um dos editores da *Revolução de Setembro*, devido a um artigo — *Um revez ministerial* —<sup>351</sup> e uma carta assinada pelo operário segeiro, António Nunes, publicados nesse periódico. A polémica, abreviando, era em torno de uma eventual garantia de comendas por parte do Conde de Tomar em troca de uma caleche<sup>352</sup>. Face a tais críticas o Conde de Lavradio, embora não conhecesse os dois indivíduos em questão, mostrava a sua indignação pela forma como esses foram tratados na Câmara. Em primeiro lugar, o Par afirmava que era uma injustiça, visto que estes dois indivíduos não estavam presentes na Câmara e, com efeito, não podiam argumentar em sua defesa. Em segundo lugar, e com uma maior tónica, na lógica deste Par, o Presidente do Conselho, ao afirmar que era acusado por "um miserável trabalhador"<sup>353</sup>, ofendia todos os operários, que para o Conde de Lavradio representavam "homens tão úteis e necessários à sociedade, sem os quais nos era

---

<sup>347</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 18-07-1853, p. 291.

<sup>348</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 18-07-1853, p. 291.

<sup>349</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 18-07-1853, p. 291.

<sup>350</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 16-07-1856, p. 233.

<sup>351</sup> Confrontar, *A Revolução de Setembro*, 22 de novembro de 1849, N.º 2306, p. 2.

<sup>352</sup> A caleche é uma carruagem inventada em França, que tem quatro rodas e dois assentos duplos de frente um para o outro. A parte da frente da carruagem é destinada ao condutor, que daí controla os dois a quatro cavalos de alta qualidade. Servia sobretudo para passeios de personalidades abastadas durante o verão.

<sup>353</sup> Câmara dos Pares do Reino, 14-01-1850, p. 61.

impossível viver!"<sup>354</sup>. De seguida, o mesmo Conde evoca o papel histórico dos operários na história de Portugal, dando o exemplo de como alguns dos ditos operários se relacionavam com os reis, como fora o caso do tanoeiro Afonso Anes durante o reinado de D. João I, rematando o seu pensamento com a ideia inflamada que embora sendo aristocrata da antiga raça estendia a mão à de um operário, e em caso de estar de luvas rapidamente as tiraria "para tocar nos calos da mão do honrado operário [...] porque a honra de um operário vale tanto como a de um Par do Reino"<sup>355</sup>. Um discurso que recebeu bastante apoio na Câmara, tendo havido, porém, pausa no debate devido ao adiantado da hora. No dia seguinte o Presidente do Conselho traçou a sua defesa, começando por dizer que as críticas que lhe eram feitas apenas pretendiam inculcar um sentimento de injustiça no sentido de fomentar a anarquia e a desordem. Afirmou ser um embuste a carta publicada na *Revolução de Setembro*, visto que o segeiro não sabia ler nem escrever, e o próprio ter desmentido ter escrito tal carta. De seguida, afirmou não ter chamado ladrão a ninguém, apenas afirmado que as *Juntas Revolucionárias* tinham roubado muitos cofres públicos, como estava atestado em várias secretárias, lendo à Câmara um ofício do Marquês de Loulé onde era afirmado que o tal irmão de um dos redatores de *A Revolução de Setembro* tinha extorquido dois contos e tantos mil réis. Por fim, em relação à ofensa aos operários, o Presidente do Conselho afirmava que o Conde de Lavradio apenas tinha, apelado, através de um dotado talento e de conhecimento oratórios, às turbas e também à anarquia, no entanto as "palavras não acha[ram] eco fora desta Casa: se o tivessem não admiraria que eu fosse esmagado e apedrejado pelos operários a sair deste edifício"<sup>356</sup>.

O próprio Código Penal de 1852 foi alvo de um ataque no interior da Câmara dos Deputados. Entre os vários artigos do Código que foram criticados, interessa aqui destacar o ponto 2.º do artigo 277.º que previa a punição com prisão de um a seis meses e uma multa entre os cinco mil réis a duzentos mil réis a "toda a coligação entre os indivíduos de uma profissão, ou de empregados em qualquer serviço, ou de quaisquer trabalhadores, que tiver por fim suspender, ou impedir, ou fazer subir o preço do trabalho"<sup>357</sup>. Ficava ainda registado que todos aqueles que promoviam ou estavam na direção destas "manobras", podiam ficar sujeitos, além da multa e da prisão, à vigilância especial da polícia. Perante isto, um deputado não entendia o porquê de estar subjacente na lei a punição por reivindicar, declarando que a lei

---

<sup>354</sup> Câmara dos Pares do Reino, 14-01-1850, p. 61.

<sup>355</sup> Câmara dos Pares do Reino, 14-01-1850, p. 61.

<sup>356</sup> Câmara dos Pares do Reino, 15-01-1850, p. 67.

<sup>357</sup> Código Penal de 1852, p. 80-81. Disponível em: <http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1265.pdf>

afirmava o seguinte ao operário: "tu não podes pedir o aumento do salário, não podes reunir-te e coligar-te para estabelecer quaisquer condição a esse respeito"<sup>358</sup>.

Não é de admirar que tenha havido a promoção da vigilância dos próprios operários. Foi o caso dos Arsenais, onde havia inspetores a vigiar a atividade dos trabalhadores, pois havia, inclusive, a ideia de que assim "os operários, sabendo que são vigiados, trabalham mais"<sup>359</sup>. Uma ideia que teve origem numa proposta do Visconde de Castelões, acabando por ser posta em prática por Fontes Pereira Melo.

É também possível perceber que, em 1858, o Governo tinha assumido o papel da Câmara Municipal de Lisboa, e assim estava a processar os respetivos ordenados aos operários que estavam empregados na limpeza da capital do reino, em vez da Câmara Municipal, pois essa última ponderava suspender as obras de limpezas por falta de fundos.

No campo colonial, há uma real tentativa de apetrechar as colónias com operários, no sentido de aplicar nas possessões ultramarinas o trabalho industrial e, por conseguinte, o progresso das mesmas. Segundo alguns deputados é apenas através de uma abundância de braços no país, e, sobretudo, um "equilíbrio nas condições de trabalho, oferecendo vantagens aos operários para os atrair às nossas colónias, onde se sente grande falta deles [que é possível] adquirir a importância colonial que nos é devida"<sup>360</sup>. A esta luz, há uma tentativa de direcionar a emigração não para os países estrangeiros, mas sim para as possessões portuguesas. É um assunto melindroso, pois se, por um lado, é consensual a necessidade de industrializar as colónias, por outro, a emigração é alvo de discordância. Em 1858 o deputado José Estevão pede a palavra para ler diante da Câmara um contrato assinado a 22 de agosto de 1855, no Porto, entre futuros emigrantes e um representante do governo da província de São Paulo (Brasil), para trabalhos em estradas e outras obras públicas. Segundo o deputado era um contrato que apenas dava a ilusão ao futuro emigrante "de fazer fortuna, para um clima inóspito, para um país onde trabalha como escravo para ter o mesmo jornal de 300 réis que tinha no meio de seus amigos, ao pé de seus parentes"<sup>361</sup>. Anos antes, em 1855, José Estevão é bastante incisivo em relação à isenção de direitos de importação sobre maquinaria estrangeira, pois se, por um lado, afirma que tal medida ia ser benéfica para a indústria, por outro, relembra à Câmara que tal projeto não se pode atrasar, "para que não fujam, para que não tomem outro destino, que levaram anos a criar [...] é necessário que se saiba que o país não tem muitos destes operários habilitados para

---

<sup>358</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 14-04-1853, p. 176.

<sup>359</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 30-05-1855, p. 407.

<sup>360</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 11-01-1858, p. 75.

<sup>361</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 26-01-1858, p. 215.

um estabelecimento desta ordem"<sup>362</sup> havendo o risco destes operários emigrarem, visto que, por exemplo, o Brasil estava a solicitar a Portugal vários operários para os estabelecimentos industriais, nomeadamente na Baía. Durante um debate parlamentar onde o nome do Governador da Índia era contestado, o deputado Pereira Garcez afirmava que embora houvesse um atraso industrial nessa província, o governador estava já a estimular alguma vida aos abandonados estaleiros de Damão e Goa. Perante essa realidade, tentava-se "povoar esses estaleiros de operários, e artistas [...] procurar dar pão ao povo; procura[r], enfim, dar um forte impulso à indústria morta da Índia"<sup>363</sup>.

Por fim, surgem algumas advertências em relação ao quotidiano pós-laboral dos operários, com um deputado a alertar que o imposto sobre o consumo do vinho em Lisboa ia provocar o aumento do contrabando e, por conseguinte, a adulteração do próprio vinho. Ora, desse modo, "o operário, que depois de um dia de trabalho e cansaço, procura com ele restaurar as forças, bebe em vez de vinho puro uma mistura de substâncias, que lhe prejudicam a saúde e a vida"<sup>364</sup>. Ao passo que, um outro aborda o tema da agressividade e dos maus tratos existente no mundo do trabalho. O Par João da Silva Carvalho ao discursar sobre o papel da polícia, acaba por declarar que não suporta ver alguém indefenso a ser alvo de maldade, lembrando à Câmara dois casos que se tinham passado com ele e com dois distintos sapateiros. Um tinha ocorrido quando João da Silva Carvalho tinha ainda dezasseis anos e ao passar pela Travessa do Pombal viu um sapateiro que estava a maltratar um menor. Perante essa situação afirma: "enfureci-me de tal modo que, sem mais refletir, atirei-me ao operário brutal, arranquei-lhe o tripé e quebrei-lhe a cabeça"<sup>365</sup>. Recentemente tinha indo ao tribunal da Boa Hora por causa de um processo que envolvia uma agressão a outro sapateiro que, também, agredia uma criança aquando da sua passagem. O Par chega a ironizar a situação afirmando ser sua "sina [...] corrigir os sapateiros, sem alma!"<sup>366</sup>.

Sem dúvidas que o mundo operário, e os próprios operários, adquirem uma forte importância nas Câmaras liberais, como foi possível verificar através de alguns debates parlamentares. Os deputados liberais retratam o mundo operário com alguma primazia de tal modo que, decorridos alguns anos após a fundação do *Centro Promotor*, é possível verificar a sua importância, visto que dois dos presidentes do *Centro* — e uma das suas basilares ideias, a Associação — são alvo de uma homenagem na Câmara dos Pares do Reino: "um nosso estadista e o mais distinto

---

<sup>362</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 02-03-1855, p. 25-26.

<sup>363</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 25-06-1856 p. 152.

<sup>364</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 13-04-1853, p. 167.

<sup>365</sup> Câmara Pares do Reino, 06-02-1861, p. 371.

<sup>366</sup> Câmara Pares do Reino, 06-02-1861, p. 371.

jornalista, o Sr. António Rodrigues Sampaio, que teve uma ação imediata e enérgica, propagando e defendendo no seu jornal o princípio da associação, ele que durante muitos anos foi o presidente do *Centro promotor* das classes laboriosas. Se não tivemos greves, e por consequência a necessidade de corrigir os seus males, é porque dêmos antecipadamente um grande passo, concorrendo para o desenvolvimento do princípio da associação. E não foi só o Sr. António Rodrigues Sampaio o único apóstolo fervoroso e defensor deste princípio, foi também o Sr. Vieira da Silva, cuja fé democrática é digna de ser imitada"<sup>367</sup>.

### **O olhar dos deputados sobre o socialismo**

A questão do socialismo é também referência nas Cortes Liberais, não sendo de somenos importância do que outras questões, embora seja evocada com menos frequência. Como assinalou Victor de Sá, ocorre uma assimilação das ideias socialistas no programa da Regeneração, no entanto, acrescentamos nós, essa assimilação é acompanhada por uma presença, por vezes em termos, positivos, mas, sobretudo em termos pejorativos, das ideias socialistas no debate parlamentar. Sendo também de registar que no parlamento havia vozes que revelavam estar, minimamente, na posse de algum conhecimento sobre alguns pensadores e algumas ideias-chaves da órbita socialista.

Logo na primeira grande remodelação ministerial pós Regeneração, um histórico do Vintismo, José da Silva Carvalho, reprovou Fontes Pereira de Melo e Rodrigo da Fonseca, afirmando que se estava diante um "um governo de loucos comunistas e socialistas"<sup>368</sup>. Será recorrente a comparação do socialismo, e também do comunismo, à desordem, à anarquia, ao roubo da propriedade, à utopia, no fundo ambos os sistemas são encarados como um ataque à ordem vigente e à religião. O próprio Costa Cabral em 1850, no papel de Presidente do Conselho de Ministros, afirmava diante dos Pares do Reino que "o remédio aos nossos males não está [...] na republica ou no socialismo; porque atrás dele vem a desordem e a anarquia, a qual é incompatível com a liberdade"<sup>369</sup>. Na verdade, esta expressão de Costa Cabral surge inserida num discurso que pretendia atacar os seus adversários políticos numa fase em que estava a ser alvo de uma forte contestação, acusando no parlamento os redatores da *Revolução de Setembro*, visto que esses pretendiam a destruição da sua reputação, pois Costa Cabral tinha para ele que os redatores em questão o

---

<sup>367</sup> Câmara Pares do Reino, 21-06-1889, p. 558.

<sup>368</sup> Maltez, op. cit., p. 333.

<sup>369</sup> Câmara Pares do Reino, 12-01-1850, p. 55.



"considera[ram] como o primeiro obstáculo ao desenvolvimento do sistema republicano e socialista"<sup>370</sup>. Costa Cabral não tinha dúvidas: o "partido miguelista e o partido republicano e socialista se tem coligado sempre contra mim"<sup>371</sup>. A lógica empregue neste discurso não é esquecida durante a Regeneração, visto que, em outubro de 1853 António Rodrigues Sampaio escrevia que o "cabralismo caluniou os operários quando disse que eles se queriam associar para revolução"<sup>372</sup>.

Regressando ao parlamento, é possível verificar que ainda em 1850 um deputado mostrava-se conhecedor de algumas máximas do discurso socialista, pois confessava que "felizmente ainda em Portugal não acharam eco nas frases e doutrina da escola socialista, *da exploração do homem pelo capital, da exploração do homem pelo homem*, e outras a que dá ocasião e pretexto a baixa dos salários"<sup>373</sup>. A esta luz, fica claro que os deputados e o governo não menosprezavam o ideal e o projeto socialista. Com efeito, a questão do socialismo chega a ser encaixada durante a discussão de outros assuntos de relevo, como foi o caso da questão da propriedade privada no Código Civil. Nesta discussão o Par Serpa Machado, querendo consolidar a proteção da propriedade privada, faz questão de relembrar a obra de Platão (o livro *República*), afirmando que há nela uma ideia de comunhão nos bens e até das mulheres, para depois declarar que o socialismo e o comunismo pretendem aplicar semelhante ideia "à propriedade senão também às mulheres"<sup>374</sup>. Noutro debate, o deputado Casal Ribeiro ao argumentar sobre o imposto direto e indireto, atesta na Câmara que "a maior parte dos economistas modernos preferem o imposto direto ao indireto"<sup>375</sup>, estando a polémica apenas relacionada com o modo de o estabelecer, afirmando de seguida que nesse "ponto também são geralmente concordes as opiniões socialistas"<sup>376</sup>. O pensamento de Proudhon chega a ser evocado e apelidado de "selvagem", e, inclusive, uma das célebres frases deste socialista francês é citada no parlamento: "a propriedade é o roubo"<sup>377</sup>.

Todavia, este novo sistema fazia com que alguns deputados tivessem uma linha de pensamento mais pragmática e, sobretudo, menos inflamada, como se constata no discurso do deputado Assis de Carvalho, em 1850. Este deputado avisava o parlamento da necessidade de educar o povo português em princípios contrários ao sistema do socialismo e o comunismo. Porém, era vital que os homens de Estado

---

<sup>370</sup> Câmara Pares do Reino, 12-01-1850, p. 54.

<sup>371</sup> Câmara Pares do Reino, 12-01-1850, p. 55.

<sup>372</sup> *A Revolução de Setembro*, 28 de outubro de 1853, Nº. 3470, p. 2.

<sup>373</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 29-01-1850, p. 180.

<sup>374</sup> Câmara dos Pares do Reino, 09-04-1856, p. 503.

<sup>375</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 10-08-1853, p. 161.

<sup>376</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 10-08-1853, p. 161.

<sup>377</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 19-07-1852, p. 247.

"respeitem os direitos das classes inferiores, para que essas classes respeitem os das classes superiores"<sup>378</sup>. Ou seja, uma afronta das classes superiores podia desencadear uma inclinação das classes baixas para os ideais socialistas. No ano seguinte, 1851, um deputado puxava para o debate a figura de Proudhon, afirmando que era "um homem, diante do qual a sociedade [francesa] aterrada treme e se aneia, um homem, cujo nome resume grandes ideias, e a meu ver também, terríveis paradoxos"<sup>379</sup>, citando ainda o pensamento presente na obra do mesmo autor, intitulada *Contradições Económicas*, que aborda os monopólios fiscais das pautas e o fim da tutela por parte do Estado da indústria. Mais tarde, um outro deputado alertava que um dos erros táticos da casa de Orleans, em França, foi ter vetado constantemente e por meio da pressão governativa nos atos eleitorais a entrada no Parlamento "aos republicanos mais radicais, aos defensores das ideias exageradas do socialismo"<sup>380</sup>.

Alguns deputados mostram uma clara preocupação com certas ocorrências que envolviam as temáticas socialistas. É o caso de um debate no início de Março de 1855, quando é frisado por um Par que se pretendia recorrer ao exército como um instrumento para um determinado fim. Objetivamente, afirmava que tinha chegado aos corpos do exército propaganda socialista, ocorrendo a divulgação e vários esclarecimentos sobre o socialismo aos soldados. Informa o mesmo Par que o próprio Duque de Saldanha tinha conhecimento "de que em certos quartéis se liam tais folhetos de Proudhon, e [...] além disto mandam-se jornais incendiários, e que excitam à desobediência e à insubordinação para serem lidos nos quartéis aonde não deveriam ser permitidos semelhantes e tão perigosas leituras"<sup>381</sup>. Em finais da década de 50, 1859, quando eram debatidos contratos entre o Governo e algumas Companhias, o Par Felix Pereira de Magalhães lembrava à Câmara que durante a guerra civil da Patuleia, uma Companhia responsável por uma obra na região de Santarém, efetuou o devido pagamento a um grande número de operários que "não podia despedir nem diminuir-lhes o salários, porque repetidas vezes se quiseram revolucionar por sugestões de pessoas mal intencionadas"<sup>382</sup>.

Em 1852 um deputado ironizava a questão do socialismo, levantando risos na Câmara. Quando é debatida a questão dos juristas e dos empregados públicos, este deputado afirma que os "socialistas dizem com Proudhon "A propriedade é o roubo" e os Juristas querem comer sem trabalhar. Os conservadores sem desconsiderarem

---

<sup>378</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 24-01-1850, p. 115.

<sup>379</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 24-03-1851, p. 264.

<sup>380</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 01-07-1858, p. 12.

<sup>381</sup> Câmara dos Pares do Reino, 09-04-1855, p. 425.

<sup>382</sup> Câmara dos Pares do Reino, 01-03-1859, p. 434.

absolutamente o trabalho dizem, às vezes, "Os empregados públicos são uns mandriões, querem viver à custa da propriedade, é um escândalo" (risos). Hoje estão os Empregados Públicos em cima, e os Juristas debaixo: triunfa o trabalho sobre o capital. Estamos em pleno socialismo"<sup>383</sup>.

Não obstante, é interessante perceber que, pelo menos dois discursos, fazem a exceção à regra. Por exemplo, em Maio de 1850 o deputado Lourenço José Moniz afirmava que havia um equívoco na comparação de comunismo com socialismo, visto que o primeiro, era a negação de tudo, uma utopia tão irrealizável que não assustava ninguém, ao passo que, o segundo "não era um sistema, é uma aspiração: há quem opine que a sociedade está mal organizada, e fala em constitui-la sobre bases melhores", rematando, "isto nunca foi crime, nem o pode ser, será um engano, um erro, mas enganos e erros não são crimes"<sup>384</sup>. Em 1853, por seu turno, o deputado Nogueira Soares é bastante claro quando afirma não ser contrário aos montepios, visto que essas associações são vitais no combate à miséria e à fome, auxiliando as viúvas e os órfãos. Este deputado chega a ir mais longe afirmando que os montepios são "excelentes instituições que o governo, que as Câmaras, que todos os homens inteligentes e patriotas devem proteger e propagar"<sup>385</sup>. O deputado presumia que a natureza deste tipo de associação permitia adelgaçar a despesa do estado, acabando com a afirmação de que "todos os sistemas que agitam a humanidade, têm um fundo verdadeiro, e este [montepio] é fundo verdadeiro do socialismo"<sup>386</sup>. Curiosamente, esta intervenção foi alvo de vários aplausos na Câmara.

### **Protestos operários apresentados nas Câmaras**

Tomando como ponto de partida as abordagens à questão social por parte de alguns deputados das Câmaras, a conclusão a que se chega é a de que não eram apenas os dirigentes do movimento operário que estavam munidos com a informação, e o devido contacto, com o mundo operário. Pretende-se, assim, demonstrar agora que há uma verticalidade no que toca a vários protestos de cariz operário. De facto, há vários protestos e requerimentos oriundos do mundo operário que chegam à discussão no parlamento, e desse modo é de crer que tenham chegado ao próprio governo, através da ação de vários deputados. O parlamento foi, em certa medida, um canal

---

<sup>383</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 19-07-1852, p. 247.

<sup>384</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 11-05-1850, p. 113.

<sup>385</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 19-03-1853, p. 160.

<sup>386</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 19-03-1853, p. 160.

privilegiado no que toca a assuntos que melindravam o mundo operário em geral e os operários em particular.

No ano de 1853, durante uma discussão em torno do orçamento do *Arsenal da Marinha*, o deputado Arrobas afirmava que nesse período o *Arsenal* em questão empregava cerca de 990 operários, embora só constassem 909 no orçamento. Seguidamente, frisou que entre estes operários havia vários que tinham entrado como aprendizes há cerca de sete anos atrás e que "recebem ainda o primeiro jornal com que entraram — 6 ou 7 vinténs"<sup>387</sup>. No ano seguinte, em fevereiro de 1854, este deputado remetia para a mesa um novo requerimento dos operários do *Arsenal da Marinha*, onde estavam expostas queixas sobre os baixos salários e, por conseguinte, era pedido um aumento dos mesmos. No mês seguinte, março, o mesmo deputado solicitava à comissão da Fazenda informação, e o seu parecer, sobre um "requerimento dos operários do Arsenal de Marinha, que há mais de um ano está na comissão"<sup>388</sup>. O requerimento em questão, apresentava uma queixa dos operários do arsenal em torno do desconto de uma décima nos seus salários. Tinha sido já um assunto levantado pelo deputado Arrobas durante a discussão de 28 de Março de 1853, tendo sido confrontado por outro deputado (Santos Monteiro) que, aparentemente, não percebia "em que qualidade o Sr. Arrobas pede esta resolução"<sup>389</sup>, o que teve como imediata resposta: "na de deputado"<sup>390</sup>, voltando de novo a frisar que "os operários do arsenal da Marinha dizem que [são] contra a lei [os] descontos nos seus salários"<sup>391</sup>.

Na sessão de 8 de julho de 1854, o deputado Corrêa Caldeira afirmava que tinha sido "procurado por uns poucos de operários da Cordoaria"<sup>392</sup>, para que fosse apresentado na Câmara um requerimento da sua autoria. O requerimento operário demonstrava que havia um sentimento de injustiça naquele estabelecimento devido a uma nova ordem dada aos operários pelo inspetor — que afirmava ser uma ordem transmitida pelo próprio ministério da Marinha — que previa a divisão do trabalho em duas turmas de operários que trabalhavam alternadamente, isto é, numa semana trabalhava um turma e na outra a outra turma, não podendo procurar um outro trabalho durante as semanas que não estavam a laborar. Com efeito, os operários afirmavam que "a sua subsistência ficará de tal modo reduzida, em virtude destas

---

<sup>387</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 12-07-1853, p. 192.

<sup>388</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 08-03-1854, p. 95.

<sup>389</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 28-03-1853, p. 522.

<sup>390</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 28-03-1853, p. 522.

<sup>391</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 28-03-1853, p. 522.

<sup>392</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 08-07-1854, p. 143.

novas ordens, que lhes não dará para o seu sustento e o das suas famílias"<sup>393</sup>. O deputado não deixava de afirmar que achava deplorável tal situação dizendo não entender que, "por um lado se façam despesas de luxo e não autorizadas, e por outro se exponham os operários a morrer de fome e de miséria"<sup>394</sup>. Confrontado com este requerimento o ministro da Marinha, Visconde de Athoquia, retorquia que o número de operários na *Cordoaria* era insustentável tendo, sobretudo, em conta a produção que o estabelecimento realizava e o que era absorvido pelo mercado. Portanto, na sua ótica, era necessário diminuir o número de operários, sendo, no entanto, concedido um pouco de tempo para procurarem outro meio de vida, retorquindo, ainda, que sentia muito "que esses empregados, que se apresentaram ao ilustre deputado, não se apresentassem antes a outras fábricas, porque hoje em Lisboa, só quem não quer é que não acha trabalho, principalmente sendo moços robustos"<sup>395</sup>. Neste confronto, acabou por ficar decidido que o ministro da Marinha ia dar ordem ao inspetor do estabelecimento para que fossem escolhidos, "por meio da sorte, ou de outro qualquer modo", entre os operários com "menos direitos adquiridos"<sup>396</sup> aqueles que deviam ser despedidos do estabelecimento num espaço de dois meses, devido à falta de trabalho.

O próprio deputado José Estevão chega também a mandar um requerimento para a mesa para que pudesse ser debatido. Em finais de março de 1853 é discutido um requerimento remetido por alguns operários de Aveiro (terra de José Estevão), que reivindicavam a abertura de um curso noturno de instrução primária, pois as "classes, que durante o dia estão nas ocupações da sua vida, só tem a noite para se poderem entregar à cultura do espírito"<sup>397</sup>.

Entretanto, na outra Câmara o Marquês de Valada afirmava que tinha sido procurado por um indivíduo que vinha em nome de outros indivíduos oriundos do mundo fabril, transmitir-lhe que tinha sido remetido um requerimento ao Governo — através do ministério dos Negócios Eclesiásticos ou da Justiça — que solicitava a fiscalização do trabalho aos domingos. Após esta nota prévia, o Marquês de Valada deixava a sua opinião, achando ser "altamente inconveniente e impolítico que à medida que os homens que respeitam ainda a religião de nossos país, e queiram assim guardar o Dia do Senhor, fossem prejudicados por outros que em desprezo e menoscabo destes princípios conservavam os seus estabelecimentos abertos"<sup>398</sup>. O Marquês chega, inclusive, a dar um exemplo presenciado pelo próprio sobre a

---

<sup>393</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 08-07-1854, p. 144.

<sup>394</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 08-07-1854, p. 144.

<sup>395</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 08-07-1854, p. 144-145.

<sup>396</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 08-07-1854, p. 145.

<sup>397</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 23-02-1853, p. 159.

<sup>398</sup> Câmara dos Pares do Reino, 24-04-1855, p. 507.

realização de trabalhos em dias santificados. No dia de Natal, este Par ao sair de casa deu conta dum conjunto de operários a laborar na via pública. Em presença desta situação, acabou por dirigir-se aos operários, perguntando-lhes quem os tinha mandado trabalhar naquele dia, "o mais sagrado do ano"<sup>399</sup>. O próprio ministro do Reino, que também estava na Câmara, negou as afirmações de que os operários que trabalhavam na referida rua fossem trabalhadores da *Câmara Municipal*, afirmando que estavam a prestar uma empreitada, tendo o Marquês, reiterado que eram empregados da *Câmara Municipal*, sendo interrompido pela voz do ministro do Reino que, por seu turno, reiterava serem empreiteiros. Entretanto, era feito outro ataque pelo mesmo Par, desta vez ao ministro da Marinha, que estava presente, por constar que os operários do *Arsenal da Marinha*, e de outras repartições, trabalhavam meio-dia nos domingos e outros dias santos, causando de imediato a intervenção do respetivo ministro, que afirmou: "nem às segundas-feiras se trabalha, e queixam-se disso"<sup>400</sup>. A questão do trabalho em dias santos surgia de novo, levantada pelo Deputado Dias de Azevedo em 1859. Este deputado afirmava que tinha examinado o *Diário do Governo*, tendo verificado que era bastante comum ocorrerem trabalhos em dias santificados, afirmando na Câmara ser "uma imoralidade [mandar] trabalhar os operários aos domingos e dias Santos"<sup>401</sup>. Nesse ano, 1859, o deputado Guedes de Carvalho enviava para a mesa um requerimento oriundo da *Sociedade dos Artistas Eborenses*, no qual era solicitado a cedência da igreja do extinto Convento da Graça. Esta associação, que em 1857 tinha dado início "aulas de instrução primária e desenho aplicado às artes"<sup>402</sup>, pretendia transformar um espaço, que outrora tinha sido um templo religioso, num estabelecimento onde fosse possível fornecer "uma aula de ensino primário, desenho linear e geometria aplicada às artes"<sup>403</sup>. Anteriormente, o presidente do *Centro Promotor*, Rodrigues Sampaio, no papel de deputado, fora responsável por entregar uma representação da *Sociedade dos Artistas Lisbonenses* no Parlamento. Esta representação acabará por ser publicada no jornal *A Revolução de Setembro* a 16 de Junho de 1857. A representação protestava contra alguns artigos do decreto de 27 de agosto de 1855, sobretudo o artigo 25.º, exigindo a modificação do "mencionado decreto, de modo que os pequenos industriais não sejam obrigados a despesas exorbitantes, que seriam a morte dos seus estabelecimentos"<sup>404</sup>.

---

<sup>399</sup> Câmara dos Pares do Reino, 24-04-1855, p. 507.

<sup>400</sup> Câmara dos Pares do Reino, 24-04-1855, p. 507.

<sup>401</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 11-01-1859, p. 97.

<sup>402</sup> *A Revolução de Setembro*, 26 de novembro de 1857, Nº. 4677, p. 2.

<sup>403</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 02-05-1859 p. 4.

<sup>404</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 08-06-1857 p. 124.

Por fim, há ainda requerimentos que são oriundos de outros atores históricos, como é o caso do requerimento apresentado pelo deputado Júlio Pimentel a 17 de Março de 1854. Este deputado apresenta duas representações (uma da Câmara Municipal de Alverca e mais cidadãos deste concelho e outra de um grupo de habitantes da localidade de Vialonga) que iam no mesmo sentido. Ambas estavam contra a diminuição dos direitos de importação da soda, visto que neste concelho funcionava uma fábrica que produzia esse produto, e não podia competir com a importação da soda inglesa, e desse modo era obrigada a suspender os respetivos trabalhos e, por conseguinte, despedir os operários que aí laboravam.





## Conclusões

O ano de 1850 marca a emergência de um movimento operário em Portugal encabeçado por ilustres intelectuais que estavam munidos com ideias políticas e sociais de natureza socialista. Homens como Sousa Brandão e Lopes de Mendonça, e um pouco mais tarde, Vieira da Silva Júnior são os protagonistas de um movimento que tentava acompanhar e reproduzir os movimentos operários que estavam já consolidados pela Europa, nomeadamente o inglês e o francês. Auxiliados pelos periódicos, numa altura que o periodicismo estava em ampla ascensão, divulgaram um discurso socialista, republicano e, sobretudo, associativista, tendo como objetivo agrupar e informar os operários. O *Eco dos Operários* será o seu porta-voz, a associação o seu estandarte e o socialismo o seu horizonte. De facto, o *Eco dos Operários* é recordado por um outro periódico (*O Liberal do Mondego*) como o "jornal do povo — lê-de-o todos — e aí encontrareis instrução para a alma e alívio e consolação para os vossos sofrimentos morais"<sup>405</sup>. Embora o *Eco dos Operários* seja de curta duração (finda em 1851) é possível verificar que derivam dele alguns êxitos. O grito impresso nas suas páginas por uma reorganização do trabalho e pela resolução da questão social não passa despercebido, e, com efeito, as associações operárias e o contacto com os operários são materializados. Em grande medida, estas experiências associativas promovidas pela redação do *Eco* terão contribuído para a construção do *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, constituindo aliás, uma antecâmara do mesmo.

A passagem do centro diretivo do movimento operário de um jornal vibrante com as ideias socialistas para um organismo central que tenta agrupar à sua volta várias associações, marca, irremediavelmente, a ocorrência de ruturas e de continuidades, mesmo num curto espaço de tempo. Vejamos: sendo verdade que com o *Centro Promotor* ocorre o zénite da importante ideia de criar associações operárias, inclusive uma associação de mulheres, no sentido de dar resposta à questão social e da reorganização do trabalho, e sendo incorporada na direção do *Centro* a antiga redação do *Eco dos Operários*; não é menos verdade que com o *Centro Promotor* se regista um refluxo no tipo de discurso político e social que passa para a esfera pública. Todo aquele discurso mais inflamado e radical firmado nas páginas do *Eco dos Operários* acaba por cessar, pois o *Centro Promotor* opta por uma roupagem estritamente ordeira e conciliadora com o poder vigente. Dito de outra maneira, o *Centro* é um produto da íntima atividade e convivência dos dirigentes operários com os

---

<sup>405</sup> *Eco dos Operários*, 19 de outubro de 1951, N.º 51, p. 29.

vários poderes políticos, deixando desse modo de propagandear um discurso acentuadamente socialista e, sobretudo, republicano e democrático. O primeiro Presidente é, durante vários anos, um importante político liberal que chegou ocupar o cargo de ministro várias vezes, António Rodrigues Sampaio. Os próprios antigos redatores do *Eco dos Operários*, que nesta fase assumem tarefas no *Centro*, acabam por ser absorvidos para o interior dos poderes vigentes. Sousa Brandão vai ser um importante dirigente do Ministério das Obras Públicas, sendo também membro do partido Progressista, inclusive, da comissão organizadora desse partido em 1854. O operário José Maria Chaves, escolhido outrora na brochura inflamada de Lopes de Mendonça para encabeçar a candidatura à Câmara dos Deputados, acaba também por aderir ao partido Progressista, fazendo parte da Comissão Central eleita em 1852. O próprio Lopes de Mendonça chega a ser eleito deputado na legislatura de 1853-1856 por Lamego. Embora tenha sido assíduo no Parlamento, optou por não enunciar qualquer discurso sobre as ideias socialistas que propagandeava no tempo em que era redator do *Eco*. Carlos Ramiro Coutinho, antigo redator no *Eco dos Operários*, acaba também por ser eleito deputado no final da década de 50, obtendo mais tarde o título de 1º (e único) Visconde de Ouguela. Apesar de Lopes de Mendonça declarar publicamente em 1853: "nós somos o mesmo que eramos ontem, e temos coragem de o dizer bem alto"<sup>406</sup> — na verdade ocorreram, como vimos, nítidas modificações na elite socialista. Neste caso o contexto nacional não pode ser negligenciado neste novo posicionamento político dos dirigentes do movimento operário, visto que a ideia de progresso e a industrialização presente na Regeneração, tal como afirma José Miguel Sardica, provocou uma espécie de adormecimento do radicalismo, que é "ultrapassado e engolido, a partir de 1851, pelo novo clima regenerador"<sup>407</sup>. Por exemplo, Vieira da Silva Júnior ao escrever, em 1854, que «o direito de Associação, infelizmente, não está marcado no Código fundamental do país»<sup>408</sup> — esquecendo-se que esse direito estava consagrado no Código Penal de 1852 — pretendia claramente enfatizar a postura do Governo, lembrando que esse era «tolerante, permite as associações, e aprova por decreto honrosos os estatutos que elas elaboram, e pelos quais se desejam reger»<sup>409</sup>.

Na década de 50 de oitocentos é possível verificar as ambiguidades do movimento operário. Um movimento dirigido por alguns operários, mas sobretudo por não-operários, que encarava o trabalho como uma virtude e uma espécie de axioma que cristalizava os valores sociais e morais. Um movimento que reivindicava ainda

---

<sup>406</sup> *A Revolução de Setembro*, 10 de outubro de 1853, N.º 3454 p. 1.

<sup>407</sup> Sardica (2001), op. cit., p. 88.

<sup>408</sup> *A Tribuna do Operario*, 1 de dezembro de 1854, N.º 1, p. 1.

<sup>409</sup> *A Tribuna do Operario*, 1 de dezembro de 1854, N.º 1, p. 1.

uma solução para a questão social e uma reorganização do trabalho, aspirando a uma transformação dos operários em capitalistas, mas com o cuidado de frisar constantemente que não pretendia «atacar os interesses criados e reconhecidos pela sociedade atual»<sup>410</sup>. O movimento operário é marcado, em última instância, por um reformismo ordeiro, contudo, se entre 1850 a 1852 é possível fazer um contraponto entre a ideia de ordem no *Eco dos Operários* e uma certa conflitualidade que o mesmo assumia, até com a brochura de Lopes de Mendonça *Candidatura de um Operário*, daí em diante essas nuances inflamadas são extintas, passando a ideia de ordem a ser totalmente dominante face aos poderes políticos. Num curto de espaço de tempo o movimento operário estabelece na sua orgânica uma dinâmica mais ordeira e menos ideológica. O presidente do *Centro* destaca a vertente ordeira e a virtude do trabalho numa carta dirigida a Casal Ribeiro, escrevendo: "Quando uma crise de subsistências podia servir de pretexto para exaltar as paixões populares, as associações protestaram nobremente contra a infração dos bons princípios e contra a perturbação da ordem pública."<sup>411</sup>, devendo tal comportamento "ao seu bom juízo [...] à educação que receberam das boas e sãs doutrinas dum Júlio Pimentel, dum Andrade Corvo, dum Lobo d'Ávila, dum Casal Ribeiro, dum Lopes de Mendonça, dum Pezerat, dum Dâmaso Guerreiro [...] e de tantos outros que voluntariamente se ofereceram para em cursos nocturnos exporem aos operários os princípios da ciência aplicadas às artes"<sup>412</sup>. Na prática, o movimento operário agrupado no *Centro Promotor* demonstra uma forte inércia ideológica. Eventualmente, a inexistência de outros indivíduos com a consciência política semelhante a um Lopes de Mendonça ou a um Sousa Brasão na direção do *Centro* poderia justificar tal comportamento, embora na verdade, esses intelectuais nunca demonstrassem sinais de descontentamento face ao rumo do *Centro Promotor*, nem promovessem um regresso ao discurso ideológico e inflamado que propagandeavam às camadas operárias no tempo do *Eco dos Operários*. O *Centro Promotor* é um espaço operário e representativo do mundo do trabalho onde a burguesia consegue reservar para si o fundamental da direção, mas é, também, de facto uma associação incontornável da história do movimento operário. O próprio José Fontana afirmará que a *Fraternidade Operária* talvez «devesse a sua origem ao Centro Promotor»<sup>413</sup> e mais tarde, em 1901, o *Centro Promotor* será recordado por um deputado como o "grande núcleo associativo que então existia em Lisboa"<sup>414</sup>,

---

<sup>410</sup> *A Tribuna do Operário*, 1 de dezembro de 1854, N.º 1, p. 1.

<sup>411</sup> *A Revolução de Setembro*, 1 de dezembro de 1857, N.º 4685, p. 3.

<sup>412</sup> *A Revolução de Setembro*, 1 de dezembro de 1857, N.º 4685, p. 3.

<sup>413</sup> Citado em, Nogueira, César (1967), *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*, Lisboa, Portugália Editora, p. 17.

<sup>414</sup> Câmara dos Senhores Deputados, 16-04-1901, p. 4.

informando que António José de Ávila convidou o *Centro Promotor* a elaborar a primeira estatística das associações de socorro mútuos, trabalho esse que foi apresentado no Congresso de Berlim. Era a outra face do projeto de candidatura operária sustentada pelos mesmos círculos ligados ao *Eco dos Operários* e ao *Centro Promotor*.

Outro elemento, deveras, importante que tem escapado à historiografia que se tem debruçado sobre o estudo do movimento operário é a existência de uma correlação entre as práticas operárias e o discurso parlamentar sobre as mesmas. Neste aspeto é de concluir que existe uma relação estreita, na abordagem de certos assuntos, entre o movimento operário e o parlamento liberal. A questão social é emblemática, pois durante muito tempo foi encarada através da perspetiva do movimento operário e da geração socialista deste período, sendo na verdade uma questão transversal a vários estratos políticos da sociedade portuguesa. Como atesta Campos Lima, "por toda a parte a questão social é hoje do domínio de todos. Alastrou pela oficina, mereceu a atenção dos governos, penetrou na imprensa, [...] tornou-se assunto mais palpitante dos jornais"<sup>415</sup>. Quer no movimento operário quer nos debates parlamentares é introduzida a questão social. Nos dois discursos é patente o objetivo de lhe dar resolução ou de a atenuar. Uma possível carência alimentar no mundo operário, devido à falta de trabalho, e o alastramento dos "horrores da miséria" marca uma assídua presença nesses dois sectores do discurso público. Portanto, os operários tendem a ter distintas vozes em sua defesa. A germinação do gosto pelo trabalho e pela indústria nas camadas operárias é também referida quer nos periódicos operários quer no parlamento. Essa temática era encarada em ambos os lugares como um alavanca para o desenvolvimento do indivíduo e do país. Chegando, inclusive, alguns deputados a afirmar a importância de se estabelecer o princípio da associação em prol do desenvolvimento das obras públicas e de poupar dinheiro aos cofres do Estado. Um deputado fala mesmo da sua experiência na primeira pessoa da visita a uma associação operária em Inglaterra, que poderia dar frutos em Portugal. Resta também destacar que a questão da instrução e da aprendizagem de novos saberes como geometria, desenho, aritmética e algumas línguas vivas como o francês, desbrava terreno quer no movimento operário quer no parlamento.

Portanto, a questão social ao ganhar uma forte proeminência (quer nos órgãos do movimento operário quer entre os deputados liberais), assume-se como um fator que integra, naturalmente, o mundo operário na discussão pública desse tempo. Até as ideias socialistas, que vinham a alastrar desde 1848 um pouco por toda a

---

<sup>415</sup> Lima, op. cit., p. 28.

Europa no seio dos operários, não são desprezadas nos debates parlamentares portugueses. Grosso modo, a atitude dos deputados é de crítica e de um certo receio perante tais princípios, no entanto, há deputados que frisam no parlamento haver verdades presentes no socialismo. Outras questões são levantadas em ambos os espaços, como a emigração de operários, bem como os seus costumes desde o consumo de vinho e de tabaco à frequência habitual da taberna. Em suma, a questão operária ganha uma grande importância nestes dois círculos, e não apenas só no espaço do movimento operário. É interessante perceber que o parlamento é um espaço onde vários protestos operários são apresentados e citados por alguns deputados. Entretanto, o movimento operário, através do *Centro Promotor*, nada destaca desses protestos. Por exemplo, se em finais de Março de 1853 o deputado José Estevão manda para discussão um requerimento de alguns operários de Aveiro que reivindicavam a abertura de um curso noturno, o jornal do *Centro Promotor* apenas afirma, já em setembro, que a Associação Operária de Aveiro "estabeleceu um liceu noturno de instrução primária"<sup>416</sup>. Há uma hegemonia na proteção e na salvaguarda dos interesses dos operários por parte do movimento operário deste período? A resposta terá que ser, obviamente, não. O movimento operário estava longe de ter uma hegemonia sobre o mundo operário — na verdade nem a pretendia ter — havendo casos em que os operários procuravam o auxílio e a intervenção dos deputados liberais. Arrisco-me inclusive a concluir que, há uma predisposição das Câmaras liberais em aceitar e discutir alguns protestos oriundos do mundo operário, sendo o parlamento mais recetivo de uma postura reivindicativa operária do que, por exemplo, o próprio *Centro Promotor*. A indignação de alguns deputados atesta esta ideia, não esquecendo que um deputado mostrou mesmo ser contra o artigo do Código Penal de 1852 que proibia e castigava uma tentativa de reivindicação salarial através da paralisação do trabalho (greve), ao passo que o *Centro Promotor* apenas na década de 60 abordou essa questão. Foi ainda possível verificar que vários deputados mostraram indignação devido à ocorrência de atrasos salariais ou possíveis despedimentos nas camadas operárias. A própria violência no mundo do trabalho é abordada no parlamento, com um deputado a afirmar perante a Câmara que esteve envolvido num processo judicial por ter agredido um sapateiro que batia numa criança na via pública. Muita razão tem Ramiro da Costa quando afirmou que em Portugal o "desenvolvimento industrial é acompanhado pelo lançamento de importantes associações operárias e o aparecimento das primeiras ideias socialistas"<sup>417</sup>, no entanto, é necessário acrescentar que o desenvolvimento dessas práticas e ideias

---

<sup>416</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 10 de setembro de 1853, N.º 25, p. 200.

<sup>417</sup> Costa, op. cit., p. 18.

(sempre influenciadas pelo que sucedia no estrangeiro) não passaram despercebidas ao discurso liberal.

Considerando o que foi exposto ao longo das páginas anteriores é de concluir que o mundo operário foi parte integrante da discussão pública e política deste período, inclusive, as ideias que o movimento operário difundia (associação e o socialismo) são também alvo de debate no interior das Câmaras liberais. Por outro lado, o próprio movimento operário não se inibe de comentar assuntos da vida nacional. Estamos efetivamente perante um período que é extraordinariamente marcado por um importantíssimo despontar do movimento operário na esfera pública. Numa fase histórica em que a imprensa é uma arena política — mesmo com uma taxa de analfabetismo elevada — a imprensa operária ganha destaque e é alvo de vários ataques e polémicas. Ou seja, as ideias veiculadas na imprensa operária deste período não passam, também elas, despercebidas. É o caso das polémicas já citadas que ocorrem nas páginas do *Eco* e no jornal do *Centro Promotor*, havendo um contacto entre esta imprensa com importantes periódicos. A *Comissão Promotora das Associações Operárias* agradece, por exemplo, no jornal do *Centro* "aos Srs. Redatores da Revolução de Setembro, do Portuguez, da Esperança e da Justiça pela publicação gratuita dos anúncios que a comissão tem feito nos ditos jornais"<sup>418</sup>, não esquecendo ainda que o *Eco dos Operários* tinha estreita relação com a *Revolução de Setembro*, que, por seu turno, tinha na sua redação importantes deputados liberais, como era o caso de António Rodrigues Sampaio, José Estevão, e que Lopes de Mendonça escrevia frequentemente nesse periódico. Neste último jornal é frequente surgir vária informação sobre a atividades e anúncios das respetivas reuniões, inclusive, é deixado um alerta aos "sócios que se acham suspensos dos seus direitos, por deverem mais de três quotas mensais"<sup>419</sup> para que regularizassem a sua situação. A imprensa ao veicular as ideias do movimento operário torna-se essencial no desenvolvimento do próprio movimento, sendo "nos jornais [que] apareceram [os] férvidos apóstolos, inteligências reconhecidas, e o princípio venceu inúmeros obstáculos que lhe opuseram"<sup>420</sup>. Tal como averiguou o filósofo Jurgen Habermas, os próprios jornais acabam por ser parte de um espaço de sociabilidade, e o público ao contactar com eles acaba por discutir-se a si próprio.

Verificou-se, efetivamente, uma escalada na discussão em torno do mundo operário, quer no periodocismo quer nos debates parlamentares. Ambos os espaços passam a estar recheados de um novo vocabulário referente ao mundo operário. Nas

---

<sup>418</sup> *Jornal do Centro Promotor...*, 29 de outubro de 1853, N.º 32, p. 256.

<sup>419</sup> *A Revolução de Setembro*, 24 de dezembro de 1859, N.º 5294, p. 4.

<sup>420</sup> Goodolphim, op. cit., p. 95.

várias reuniões operárias referenciadas nos jornais, constata-se que acabam também por ocorrer debates sobre algumas problemáticas que diziam respeito ao mundo operário entre os próprios operários. Portanto, o universo operário começa a ser bastante falado e discutido na sociedade quer por operários quer por não-operários. Noutra prisma, é possível concluir que o movimento operário, e seus dirigentes, adquirem reconhecimento e legitimidade pública. O *Centro Promotor* é encarado como o representante do mundo do trabalho, tanto pelas associações que se vão associar ou constituir nele, como pelo próprio governo. Este reconhecimento e legitimidade está manifestamente presente no papel conferido ao *Centro Promotor* na dinamização da eleição dos cinco trabalhadores que o governo indigitava-se a enviar à Exposição Universal de Paris. Entretanto começa a ser habitual a sua presença em alguns eventos públicos significativos, como foi o caso da transladação dos restos mortais do General Conde das Antas em agosto 1859, estando presente em sua representação o Vice-presidente.

"Ao despontar no cenário público", afirma Hannah Arendt no seu livro *A Condição Humana*, "o movimento operário era a única organização na qual os homens agiam e falavam enquanto homens, e não enquanto membros da sociedade"<sup>421</sup>. Uma opinião que não é possível enquadrar neste período, visto que os dirigentes do movimento operário em Portugal ao despontar no cenário público agiam e falavam enquanto membros da sociedade, pois além de serem reconhecidos intelectuais ou políticos deste período, pretendiam reformar a mesma sociedade. O movimento operário, através das suas organizações e dirigentes, intervinha na sociedade, não ficando à margem da mesma. Pelo contrário, o próprio governo e o parlamento faziam questão de envolver o movimento operário em certos assuntos públicos, reconhecendo a sua importância na sociedade.

Recorrendo ao conceito habermasiano de *esfera pública burguesa*, há de facto uma discussão por parte de atores públicos e políticos, que são parte de uma "esfera pública constituída por pessoas privadas"<sup>422</sup> sobre o mundo operário desta época, com um eco generalizado em sectores da opinião pública que pretendiam pressionar, ou melhor dizendo, alertar os poderes políticos no sentido de terem em conta os seus anseios. Em grande medida, este despontar do movimento operário na esfera pública, com a difusão de um discurso próprio, sempre construído com uma linguagem característica que se identifica na imprensa, nos debates parlamentares e em assembleias operárias, permite reconhecer a existência de um grupo específico e,

---

<sup>421</sup> Arendt, Hannah (2007), *A Condição Humana*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, p. 231.

<sup>422</sup> Habermas, Jurgen (1961), *The Structural Transformation of the Public Sphere*, Cambridge-Massachusetts, The MIT Press, p. 30.

perceber que os indivíduos desse grupo ganham um sentimento de pertença a que o fator trabalho dá coesão. Não é de estranhar que durante a epidemia de febre amarela em Lisboa a *Associação dos Artistas Almadenses* afirmasse numa carta que o seu donativo era «pelos seus irmãos necessitados da capital»<sup>423</sup>

O despontar do movimento operário na esfera pública foi essencial para o movimento operário português, pois permitiu a visibilidade e reconhecimento dos seus dirigentes e das suas ideias, provocando no poder político uma reação face a esse mundo e às ideias que aí eram desenvolvidas. Este despontar ao ocorrer no contexto da Regeneração permitiu o seu desenvolvimento, e a sua aceitação, visto que vários políticos liberais, coagidos pela ideia de progresso acabam por simpatizar, e até apoiar e participar, no movimento operário que emergia. Portanto, a emergência e a construção de um movimento operário é dinamizada e acompanhada por um despontar do mundo operário na esfera pública e, em certa medida, esse despontar produz um "autofazer-se" de uma futura classe operária, visto que as concepções, a linguagem, as sociabilidades e a ideologia que vão estar na origem da ideia de pertença a uma classe, já são perceptíveis neste período. Tal como afirma E.P. Thompson a classe operária "não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril"<sup>424</sup>, ela "formou-se a si própria tanto quanto foi formada"<sup>425</sup>.

---

<sup>423</sup> *A Revolução de Setembro*, 6 de janeiro de 1858, N.º 4713, p. 1.

<sup>424</sup>Thompson, E.P. (1987), *A Formação da Classe Operária Inglesa. II - A maldição de Adão*, Rio de Janeiro Paz e Terra, p. 17.

<sup>425</sup>Thompson, E.P. (1987), *A Formação da Classe Operária Inglesa. II - A maldição de Adão*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 18.



## Fontes e Bibliografia

### Fontes

AAVV (1851), *Almanak Democratico para 1852*, Lisboa, Typographia Social.

AAVV (1852), *Almanak Democratico para 1853*, Lisboa, Typographia Social.

AAVV (1853), *Almanak Democratico para 1854*, Lisboa, Typographia Universal.

AAVV (1854), *Almanak Democratico para 1855*, Lisboa, Typographia do Progresso.

Artistas de Lisboa (1856), *Brevissimo relatorio dos objectos relativos a industria vistos em sessenta dias de residencia em Paris durante a Exposição Universal oferecido ao Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas pelos Delegados dos Artistas de Lisboa*, Lisboa, Typographia de Joaquim Germano de Sousa Neves.

*A Tribuna do Operario*, 1 de Dezembro de 1854, N.º 1.

Ayala, José de Aldama (1855), *Compendio geográfico-estadístico de Portugal y sus posesiones ultramarinas*, Madrid, Imprenta de La Viuda de D. Antonio Yenes.

Disponível em:

<http://archive.org/stream/compendiogeogrf00ayalgoog#page/n8/mode/2up>

Borges, Carlos (1871), *Duas palavras pronunciadas na sessão solemne da inauguração da bibliotheca popular do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, Lisboa, Typ. Commercial.

Branco, Camilo Castelo (1873), *O Visconde de Ouguella. Perfil Biographico*, Porto, Typ. Pereira da Silva.

Conselho Extraordinario de Saude Publica do Reino (1859), *Relatorio da Epidemia de Febre Amarella em Lisboa no Ano de 1857*, Lisboa, Imprensa Nacional.

Disponível em: <http://purl.pt/14428>

Goodolphim, Costa (1974), *A Associação. História e desenvolvimento das Associações Portuguesas*, Prefácio e notas de César Oliveira. Seara Nova.

Mendonça, Lopes (sine anno), *A Candidatura d'um operário*, Typ. Social.

Ortigão, Ramalho & Queiroz, Eça de (setembro de 1871), *As Farpas. Chronica Mensal da Politica das Letras e dos Costumes*, Lisboa, Typographia Universal.

Disponível em: [http://purl.pt/256/2/pp-7311-p\\_1871/pp-7311-p\\_1871\\_item2/index.html](http://purl.pt/256/2/pp-7311-p_1871/pp-7311-p_1871_item2/index.html)

Torres, José de (1857), *Crises alimenticias : causas - remedios : discurso pronunciado em 1 de Dezembro de 1856 no Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, Lisboa, Typographia de Castro & Irmão.

Vieira, Frei Domingos (1871), *Thesouro da Lingua Portuguesa*, Porto, Casa dos editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. De Moraes.

(1855), *Código Penal aprovado por Decreto de 10 de Dezembro de 1852*, Lisboa, Imprensa Nacional.

Disponível em: <http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1829.pdf>

(1853), *Estatutos do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, Lisboa, Imprensa Nacional.

## Periódicos

*A Revolução de Setembro*

Disponível em: <http://purl.pt/14345>

*Eco dos Operários*

Disponível em: <http://purl.pt/13464>

*Jornal do Centro Promotor de Melhoramentos das Classes Laboriosas*

Disponível em: <http://purl.pt/17413>

*Revista Universal Lisbonense*

Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/RUL.htm>

*Debates Parlamentares*

Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=mc> (Monarquia Constitucional)

## Estudos

Anon (1965), *História do movimento operário em Portugal (das origens ao Partido Comunista)*, Edições PCP.

Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04435.731#!1>

AAVV (2011), *Contributos para a história do movimento operário e sindical. Das raízes até 1977*, Edição CGTP-IN - Departamento de Cultura e Tempos Livres; IBJC - Instituto Bento de Jesus Caraça.

Abendroth, Wolfgang (1965), *Historia social del movimiento obrero europeo*.

Disponível em: [http://revoltaglobal.cat/IMG/pdf/Wolfgang\\_Abendroth.pdf](http://revoltaglobal.cat/IMG/pdf/Wolfgang_Abendroth.pdf)

Arendt, Hannah (2007), *A Condição Humana*, Rio de Janeiro, Forense Universitária.

Arsénio Nunes, João (1996),. "Comunismo", in Rosas, Fernando e Brito, Brandão de (dir), *Dicionário de História do Estado Nov*, Bertrand Editora, vol I, 173-181.

- Bastien, Carlos (1997), "Os primeiros leitores portugueses de Marx economista", *Vértice*, II Série, N.º 79, 34-49.
- Barreto, José (1981-82), "Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal (I)", *Análise Social*, Vol. XVII N.º 66, 253-291.
- Bonifácio, Maria de Fátima (1997), "Segunda ascensão e queda de Costa Cabral (1847-1851)", *Análise Social*, Vol. XXXII (66), 537-556.
- Bonifácio, Maria de Fátima (2010), *A Monarquia Constitucional 1807-1910*, Mirandela, Texto.
- Bottomore, Tom (1988), *Dicionário do Pensamento Marxista*, Zahar.
- Brás, Rui Manuel, (1998), "Os sapateiros de Lisboa e o liberalismo económico (1850-1926)", *Ler História*, 34, 84-104.
- Cabral, Manuel Villaverde (1979), *Portugal na Alvorada do Século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- Carneiro, Maria do Nascimento Oliveira (1992), "Heranças da Revolução Francesa: O Eco dos Operários", in *Actas do Colóquio: A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil*, Universidade do Porto, 63-73.
- Castro, Armando (1978), *A revolução industrial em Portugal no século XIX*, Porto, Limiar.
- Castro, Maria João de Abreu Mena Guimarães e (1999), *O Operário (1879-82) e o movimento socialista no Porto*, Dissertação em Mestrado em História Contemporânea, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Cerezales, Diego Palacios (2011), *Portugal à coronhada. Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Tinta da China.
- Costa, da Ramiro (1979), *Elementos para a história do movimento operário em Portugal*, Vol I, Lisboa, Assírio e Alvim.
- Eco, Umberto (2010), *Como se faz uma tese em ciências humanas*, Editorial Presença.
- Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo (2003), "Os artesãos e a política na primeira metade do século XIX", in Vieira, Benedicta Maria Duque (Org), *Grupos Sociais e Estratificação Social em Portugal no Século XIX*, Lisboa, CEHCP-ISCTE, 53-64.
- Flores, Alexandre & Policarpo, António Neves (1998), *Arsenal do Alfeite: Contribuição para a História da Indústria Naval em Portugal*, Junta de Freguesia do Laranjeiro.
- Flores, Alexandre (2003), *Almada na história da indústria corticeira e do movimento operário: da regeneração ao Estado Novo, 1860-1930*, Almada. Câmara Municipal de Almada.

- Fonseca, Carlos da (1980), *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal. I - Cronologia*, Mem Martins, Europa-América.
- Fonseca, Carlos da (1980), *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal. II - Os primeiros congressos operários*, Mem Martins, Europa-América.
- Fonseca, Carlos da (1980), *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal. III - O Operariado e a Igreja Militante (Da "Rerum Novarum" à Implantação da República)*, Mem Martins, Europa-América.
- Fonseca, Carlos da (1980), *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal. IV - Greves e Agitações operárias 1ª Parte*, Mem Martins, Europa-América.
- Fonseca, Carlos da (1990), *O 1º de Maio em Portugal 1890-1990. Crónica de um século*, Lisboa, Edições Antígona.
- Freire, João (2000), "Movimento Operário", In Barreto, António e Mónica, Maria Filomena (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, Vol. VIII, 557-559.
- Gomes, Adelino & Castanheira, José Pedro (2006), *Os dias loucos do PREC. Do 11 de Março ao 25 de Novembro de 1975*, Expresso - Público.
- Gonçalves, Bento, *Palavras Necessárias. A vida proletária em Portugal de 1872 a 1927*, Porto, Editorial Inova.
- Gonçalves, Luiz (1905), *Evolução do Movimento Operário em Portugal*, Lisboa, Adolfo de Mendonça Editores.
- Habermas, Jurgen (1961), *The Structural Transformation of the Public Sphere*, Cambridge-Massachusetts, The MIT Press.
- Hobsbawm, Eric (1965), *Primitive Rebels. Studies in archaic forms of social movement in the 19th and 20th Centuries*, Norton & Company.
- Hobsbawm, Eric (1988), *A Era do Capital*, Lisboa, Editorial Presença.
- Hobsbawm, Eric (1990), *A Era do Império. 1875-1914*, Lisboa, Editorial Presença.
- Hobsbawm, Eric (2001), *Bandits*, Abacus.
- Junior, Costa (s/d), *Movimento Operário Português*, Lisboa, Verbo.
- Kukathas, Chandran (1998), "O arquipélago liberal: contornos de um conceito de liberalismo", *Análise Social*, vol. XXXIII N.º 146-147, 359-378.
- Lains, Pedro & Silva, Álvaro Ferreira da (2005), *História Económica de Portugal 1700-200*, Vol II, Viseu, ICS.
- Lázaro, João (2012), "Habitação operária vista pelas Cortes Liberais. Contribuições para o rejuvenescimento do estudo operário em Portugal", *Vértice*, N.º 164, 23-34.

- Leal, António da Silva (1982), "As origens do Mutualismo", *Diário de Notícias*, 20 de Janeiro.
- Lima, Campos (1972), *O Movimento Operário em Portugal*, Porto. Edições Afrontamento.
- Lima, Marinús Pires de (1982), "Notas para uma história da organização racional do trabalho em Portugal (1900- 89) – Alguns resultados preliminares de uma investigação em curso", *Análise Social*, Vol XVIII, 1299-1366.
- Lopes, Sérgio (1975), "Ideologia da igualdade social e reivindicações populares no Interregno, 1383-1385", *Análise Social*, N.º 44, 690-707.
- Madureira, Nuno Luís (Coord) (2005), *A história da Energia. Portugal 1890-1980*, Livros Horizonte.
- Maltez, José Adelino (2004), *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal político do século XIX ao XXI*, Vol.º I, Lisboa, Tribuna da História.
- Margarido, Alfredo (1975), *A Introdução do Marxismo em Portugal (1850-1930)*, Lisboa, Guimarães & CA. Editores.
- Martins, Conceição Andrade (1987), "Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)", *Análise Social*, Vol. XXXII (142), 483-535.
- Martins, J.P. Oliveira (1953), *Portugal e o Socialismo*, Lisboa, Guimarães & C.ª Editores.
- Mendes, José Amado (1981), "Para a história do movimento operário em Coimbra", *Análise Social*, Vol. XVII N.º 67-68, 603-614.
- Mendes, José Amado, "As camadas populares urbanas e a emergência do proletariado industrial", in Mattoso, José (Dir), *História de Portugal*, Círculo de Leitores, Vol. V, 493-499.
- Mónica, Maria Filomena (1982), *A formação da classe operária portuguesa: antologia da imprensa operária (1850-1934)*, Lisboa, Fundação Caluste Gulbenkiam.
- Mónica, Maria Filomena (1985), *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*, Lisboa, IN-CM/IED.
- Mónica, Maria Filomena (1986), *Artesãos e Operários: Indústria, Capitalismo e Classe operária em Portugal*, Lisboa, ICS.
- Mónica, Maria Filomena & Matos, Luís Salgado (1981), "Inventário da Imprensa Operária Portuguesa (1834-1934)", *Análise Social*, N.º 67-68-69, 1013-1078.
- Nogueira, César (1967), *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*, Lisboa, Portugália Editora.
- Nunes, Américo (1982), "Le "Jornal do Centro Promotor" - un journal utopique? : analyse thematique du "Jornal do Centro Promotor dos melhoramentos das classes

- laboriosas", in *Actes du Colloque Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe siècle*, Paris, Fond. Calouste Gulbenkian - Centre Culturel Portugais, 265-305.
- Oliveira, César (1973), *O Socialismo em Portugal 1850-1900*, Porto, Afrontamento.
- Oliveira, César (1973), *Os limites e a ambiguidade: o movimento operário português durante a guerra 1914-1918*, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais.
- Santos, Fernando Piteira, *Geografia e Economia da Revolução de 1820*, Publicações Europa-América.
- Sousa, Manuel Joaquim de (1972), *O sindicalismo em Portugal*, Porto, Afrontamento.
- Neto, Vítor, *O Estado, a Igreja, e a Sociedade em Portugal (1832 – 1911)*, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Neto, Vítor (2005), *As ideias políticas e sociais de José Félix Henriques Nogueira*, Câmara Municipal de Torres Vedras - Edições Colibri.
- Pedreira, Jorge Viana (1987), "Indústria, mercado e cidade. Peripécias de um triângulo amoroso (1750-1850)", *Povos e Culturas*, 2, 145-160.
- Pereira, José Pacheco (1971), *Questões sobre o movimento operário português e a revolução russa de 1917*, Porto, J.P. Pereira.
- Pereira, José Pacheco (1976), *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal: a greve geral de Novembro de 1918*, Porto, Nova Crítica.
- Pereira, José Pacheco (1981), "A origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas (1850-70)", *Análise Social*, Vol. XVII (65), 135-151.
- Pereira, José Pacheco (1981), "Bibliografia sobre o movimento operário português desde a origem até ao 24 de Abril de 1974 (livros e artigos publicados de 1974 a 1980)", *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 989-1011.
- Pereira, José Pacheco (1981), "Bibliografia sobre o movimento operário português desde a origem até 25 de Abril de 1974 (livros e artigos publicados de 1974 a 1980)", *Análise Social*, Vol. XVII (67-68), 989-1011
- Pereira, J. M. Esteves (1900), *Industria Portuguesa (Seculos XII a XIX) com uma introdução sobre as corporações operarias em Portugal*, Lisboa, Empresa do Occidente.
- Pereira, Joana Dias (2008), *Sindicalismo revolucionário — A história de uma idéia*, Dissertação em Mestrado em História Contemporânea Lisboa, FCSH.
- Pereira, Miriam Halpern (1982), "O Estado vintista e os conflitos no meio industrial", Pereira, Miriam Halpern, Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo e Serra, João B. (Coor), *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*. Sá da Costa Editora, Vol. II, 31-60.

- Pereira, Miriam Halperm (1988), "Artesãos, operários e o liberalismo – dos privilégios corporativos para o direito do trabalho", *Ler História*, 14, 41-86.
- Pereira, Miriam Halperm (1993), *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*, Lisboa. Editorial Presença.
- Pernoud, Régine, *A burguesia*, Nem Martins, Europa-América.
- Pinheiro, Magda (1988), "A construção dos caminhos-de-ferro e a encomenda de produtos industriais em Portugal (1855-90)", *Análise Social*, Vol. XXIV (101-102), 745-767.
- Pinheiro, Nuno (2006), *O teatro da sociedade. Fotografia e representação social no espaço privado e no público*, Lisboa, CEHCP-ISCTE.
- Piqueras, José António (1995), *O Movimento Operário*, Porto, Campo das letras.
- Ramos, Rui (2010), "A revolução liberal (1834-1851)", in Ramos, Rui (Coord), *História de Portugal*, A esfera dos livros, 491-519.
- Ramos, Rui (2010), "A Regeneração e o Fontismo (1851-1890)", in Ramos, Rui (Coord), *História de Portugal*, A esfera dos livros, 521-548.
- Redondo, Jesús de Felipe (2009), *Orígenes y formación del movimiento obrero en España. Una revisión histórica e historiográfica*, Dissertação de Doutoramento em História, Santa Cruz de Tenerife, Universidade de La Laguna.
- Ribeiro, Maria Manuela Tavares (1990), "Pensamento social e direitos humanos", *História*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 10, 157-168.
- Rocha, Francisco Canais (2009), *Para a história do movimento operário em Torres Novas: durante a Monarquia e I República 1862-1926*, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.
- Rodrigues, Edgar (1980), *O despertar operário em Portugal 1834-1911*, Lisboa, Editora Sementeira.
- Rosa, Alberto Machado (1970), "O socialismo em Portugal há um século", *Seara Nova*, 1501, 364-370.
- Rosa, Alberto Machado (1970), "O socialismo em Portugal há um século", *Seara Nova*, 1502, 393-400.
- Sá, Victor de (1974), *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*, Lisboa, Seara Nova.
- Sá, Victor de (1978), *Formação do movimento operário português: memória de uma reprovção*, Coimbra, Centelha.
- Sá, Victor de (1981), "Problemas e perspectivas num inventário da imprensa operária portuguesa", *Análise Social*, Vol. XVII (67-68), 839-860.

- Sá, Victor de (1988), "A subida ao poder da burguesia em Portugal", *História*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 5, 245-252.
- SÁ, Victor de (1990), "Esquema histórico do movimento operário português", *História*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 10, 217-224.
- Santos, M. de Lourdes Lima dos (1979), "Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração)", *Análise Social*, Vol. XV (57), 69-115.
- Sardica, José Miguel (1997), "Os partidos políticos no Portugal oitocentista (discurso historiográficos e opiniões contemporâneas)", *Análise Social*, Vol. XXXI 42, 557-601.
- Sardica, José Miguel (2001), *A Regeneração sob o signo do Consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*, Viseu, ICS.
- Serrão, Joel (1969), *Do Sebastianismo ao Socialismo em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Serrão, Joel (1979), *Liberalismo, Socialismo, Republicanismo. Antologia de pensamento político português*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Silva, Filipe Carreira da (2001), "Habermas e a esfera pública: reconstruindo a história de uma ideia", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 35, 117-138.
- Sewell, William H (1983), *Gens de métier et révolutions: le langage du travail d'ancien régime a 1848*, Paris, Aubier Montaigne.
- Tengarrinha, José (1965), *História da imprensa periódica em Portugal*, Lisboa, Portugália Ed. Imp.
- Tengarrinha, José (1981), "As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920", *Análise Social*, Vol. XVII (67-68), 573-601.
- Thompson, Edward Palmer (1987), *A Formação da Classe Operária Inglesa. I - A árvore da liberdade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Thompson, Edward Palmer (1987), *A Formação da Classe Operária Inglesa. II - A maldição de Adão*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Thompson, Edward Palmer (1987), *A Formação da Classe Operária Inglesa. III - A força dos trabalhadores*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Thompson, Edward Palmer (1991), *The making of the english working class*, Penguin books.
- Vieira, Benedicta Maria Duque (2005), *A Formação da Sociedade Liberal*, Lisboa, CEHCP-ISCTE.
- Vilar, Pierre (1985), *Iniciação ao vocabulário da análise histórica*, Edições João Sá da Costa.
- Ventura, Maria da Graça A. Mateus (2006), *O associativismo. Das confrarias e Irmandades aos Movimentos Sociais Contemporâneos*, Lisboa, Edições Colibri.



Anexos

A

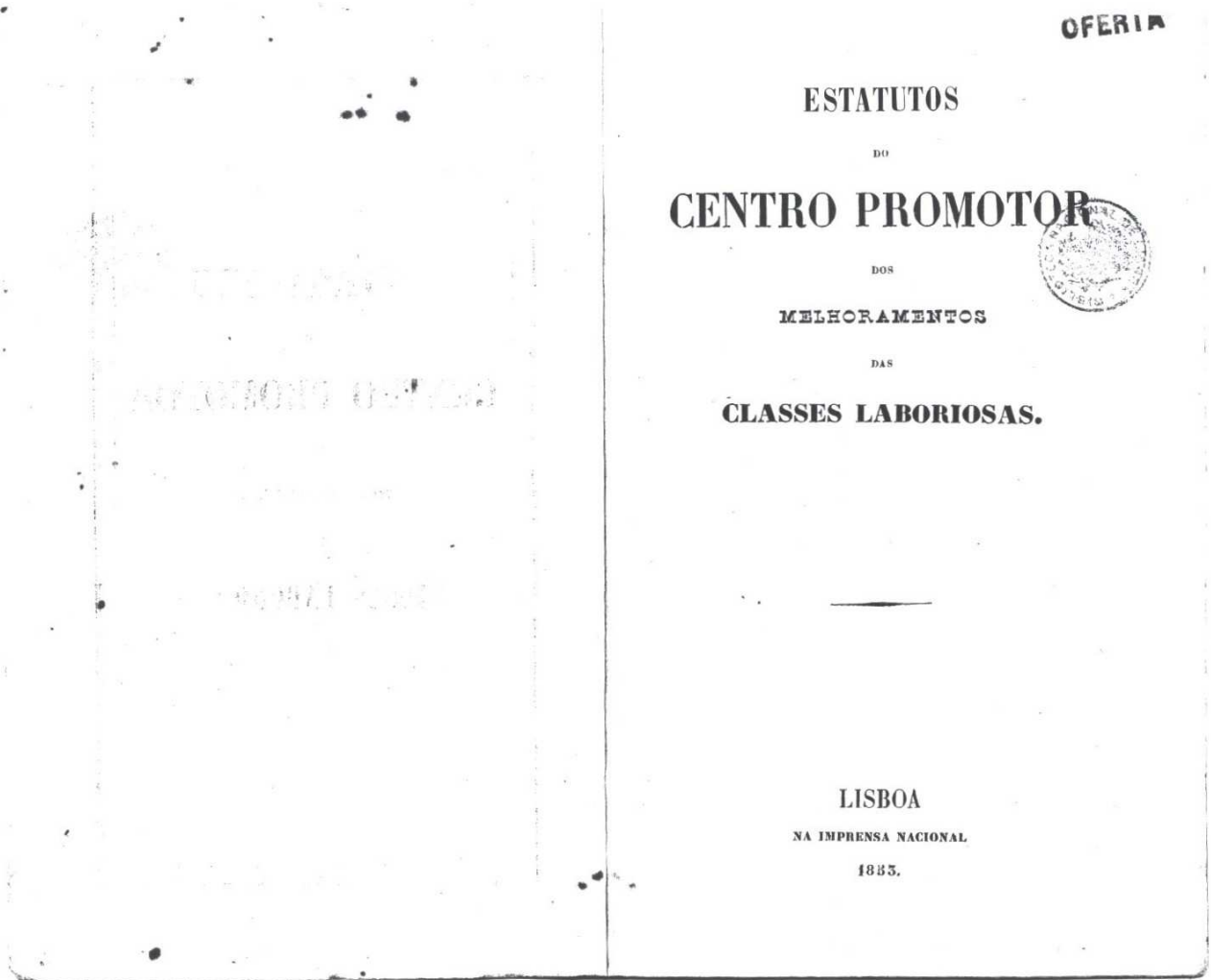
Mapa das Associações - *Jornal do Centro Promotor...*, 16 de maio de 1854, N.º 1 - II  
Série, p. 3.

*Mapa das Associações operarias de classe, formadas em Portugal, nas cidades de Lisboa, Porto, e Coimbra.*

N.ºs	TÍTULOS	N.º de Sec.	Dia da instalação ou 1.ª quota	V. das quotas	Val. das joias	Dinheiro em cofre	Observações
<b>LISBOA.</b>							
1.ª	Associação dos Alfaiates Lisbonense	85	16 Fevereiro 1852	60	2\$400	354\$300	Socorros, melhoramentos d'arte.
2.ª	A. Fraternal dos Serralheiros e artistas que trabalham em metal.	93	27 Junho "	60	2\$400	259\$620	Idem.
3.ª	A. F. dos Carpinteiros e Pedreiros	102	18 Julho "	60	2\$100	99\$550	Socorros, empresas d'arte.
4.ª	A. Typographica Lisbonense	139	25 Julho "	60	\$430	354\$000	Socorros, instrução.
5.ª	A. F. dos Sapateiros e artes que trabalham em cabedal	613	15 Agosto "	60	\$600	615\$170	Socorros, e trabalho aos socios.
6.ª	Monte-pio de Fabricantes de tecidos de toda a especie	42	2 Outubro 1852	60	—	181\$810	Idem.
7.ª	A. de trabalho para os Fabricantes de seda.	103	24 Outubro "	60	—	263\$270	Associação de trabalho.
8.ª	A. F. dos Barbeiros, Cabelleiros e amoladores	90	3 Janeiro 1853	60	2\$400	90\$300	Socorros, instrução.
9.ª	A. dos Chapelleiros e Serigieiros	65	2 Março 1853	60	1\$920	177\$390	Socorros.
10.ª	A. F. dos Marceneiros, Embutidores, Enlhedores, Torneiros em madeira e artes correlativas	129	1.º Janeiro 1854	60	2\$400	59\$810	Idem.
11.ª	A. F. dos Oleiros e Vidreiros.	52	1.º Janeiro "	50	1\$200	30\$000	Socorros, melhoramentos d'arte.
12.ª	A. F. dos Pintores	27	1.º Abril "	60	1\$920	\$	Socorros e officina de trabalho.
<b>PORTO.</b>							
1.ª	A. Typographica Portuense.	36	1.º Janeiro 1852	60	2\$400	52\$020	
2.ª	Sociedade de Socorros dos Operarios fabricantes.	270	21 Agosto 1853	50	\$960	253\$180	
3.ª	A. dos Alfaiates Portuenses.	100	10 Outubro "	—	—	\$16\$600	
4.ª	A. Philantrop. Port. dos Sapateiros e artes que trabalham em cabedal	150	13 Novembro "	—	—	98\$700	
<b>COIMBRA.</b>							
1.ª	Sociedade de beneficencia da typographia da Universidade.	25	3 Setembro 1849	—	4\$800	265\$450	
<i>Somma total.</i>		2114				3.473\$990	

**B**

(1853), *Estatutos do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*,  
Lisboa, Imprensa Nacional.



## DECRETO.

**S**ENDO-ME presentes os Estatutos da Associação denominada=**CENTRO PROMOTOR DOS MELHORAMENTOS DAS CLASSES LABORIOSAS DE LISBOA**=instituida n'esta cidade, com o fim de diffundir o ensino elementar e technico aos que professam as artes e officios, e de promover o aperfeiçoamento moral e intellectual das pessoas que a ellas se dedicam: Hei por bem, Conformando-me com a informação do governador civil de Lisboa, e parecer do ajudante do procurador geral da corôa, junto a este ministerio, approvar os Estatutos do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas de Lisboa, que constam de vinte e um artigos, e baixam assignados pelo ministro e secretario d'estado das obras publicas, commercio e industria, com as clausulas seguintes:

1.ª Que nenhuma mudança se poderá fazer nos Estatutos approvados, ou estender as suas prescripções a objectos que não estejam litteralmente comprehendidos n'elles, sem prévia authorisação do governo.

2.ª Que o governo poderá, todas as vezes que entender conveniente, nomear agentes para fiscalisar os estabelecimentos que a associação se incumbe de levantar, e poderá declara-los dissolvidos, quando se verificar que não correspondem aos fins para que são creados.

3.ª Que no fim de cada um anno social serão presentes a este ministerio o relatorio e contas da gerencia da associação.

O ministro e secretario d'estado das obras publicas, commercio e industria assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em dezeseis de junho de mil oitocentos cincoenta e tres.

RAINHA.

*Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.*

## ESTATUTOS

DO

# CENTRO PROMOTOR

DOS

MELHORAMENTOS DAS CLASSES LABORIOSAS

DE LISBOA.

### ARTIGO 1.º

O CENTRO PROMOTOR DOS MELHORAMENTOS DAS CLASSES LABORIOSAS DE LISBOA é uma associação, que tem por fim promover e realizar, quanto seja possível, todas as instituições e beneficios necessarios ás mesmas classes.

### ARTIGO 2.º

Podem pertencer ao Centro Promotor todas as pessoas, qualquer que seja a sua classe e graduação, ou as suas opiniões politicas e religiosas.

§ unico. Nenhum candidato, porém, a socio do Centro Promotor poderá ser admittido sem que preceda proposta assignada por tres associados, que abonem a sua pessoa.

### ARTIGO 3.º

As instituições e beneficios que ao Centro Promotor cumpre promover são principalmente:

1.º Crear associações de soccorros mutuos em todos os mesteres.

2.º Diffundir tanto o ensino elementar, como o ensino geral e technico das artes e officios, com especialidade a leitura, os principios de calculo e a geometria pratica.

3.º Organisar os presepios, ou casas de berços para as creancinhas pobres, e asylos para os velhos desamparados.

4.º Promover o aperfeiçoamento moral e intellectual das pessoas pertencentes ás classes laboriosas, que por falta de meios não possam cuidar de sua educação.

5.º Estabelecer depositos e bazares: os primeiros para recolher as materias primas, e de consumo das diferentes industrias; os segundos para dar extração aos productos do seu fabrico.

6.º Propagar por escriptos e discursos os conhecimentos de economia industrial e domestica.

7.º Aperfeiçoar os methodos de trabalho, promovendo a introdução, ou invento de machinismos novos, e os meios de remunerar os seus introductores ou inventores, como se pratica na sociedade franceza *Encouragement*.

8.º Fomentar quaesquer outros melhoramentos, em harmonia com a indole e fins da associação.

ARTIGO 4.º

Todas as associações creadas pelo artigo 3.º, n.º 1.º, serão representadas no Centro Promotor por uma delegação de tres membros.

ARTIGO 5.º

As associações de beneficencia, instrucção artistica, ou quaesquer outras de fins identicos aos do Centro Promotor, serão convidadas a representarem-se no dito Centro, pelo mesmo modo estabelecido no artigo antecedente.

ARTIGO 6.º

Cada associado concorrerá mensalmente para o cofre da associação com uma quota, que, na actualidade, é estipulada na quantia de quarenta réis.

ARTIGO 7.º

A receita do cofre poderá ser augmentada por meio de subscrições e donativos voluntarios, dos quaes se formará escripturação, ou conta separada.

ARTIGO 8.º

Os fundos do cofre devem ser applicados para todos os encargos da associação, e principalmente para:

1.º Comprar livros, modêlos e estampas, a fim de se formar uma bibliotheca artistica.

2.º Provêr as escholhas dos objectos necessarios.

3.º Ensaiar as *crèches* ou presepios-modêlos, para a infancia, e os asylos para a decrepitude.

4.º Estabelecer uma officina typographica, propria do Centro, e ter uma publicação periodica, tambem sua, que advogue os interesses das classes laboriosas e desvalidas, propagando os conhecimentos que lhes sejam uteis e necessarios.



ARTIGO 9.º

Todos os poderes da associação residem na assembléa geral.

§ 1.º A assembléa geral é a reunião de todos os associados.

§ 2.º Os associados reúnem, precedendo aviso impresso, em que se declare a ordem do dia, ou o fim da convocação, e o local da reunião.

ARTIGO 10.º

Para decidir as questões tratadas na assembléa geral é necessaria a maioria dos membros presentes, qualquer que seja o seu numero.

ARTIGO 11.º

Tem direito de iniciativa qualquer dos membros da associação.

ARTIGO 12.º

Para regular os trabalhos da associação, e dar expediente ás suas decisões, haverá uma mesa eleita pela assembléa geral, e composta de um presidente, um vice-presidente, dois secretarios, e dois vice-secretarios.

§ unico. Ao primeiro secretario será abonada, pelo cofre da associação, toda a despeza do expediente.

ARTIGO 13.º

Haverá uma comissão administrativa, tambem eleita pela assembléa geral, composta de nove membros, e outros tantos substitutos.

§ unico. Na falta, ou impedimento de algum dos membros da comissão administrativa, servirá qualquer dos substitutos.

ARTIGO 14.º

Esta comissão elegerá d'entre os seus membros presidente, secretario e thesoureiro.

ARTIGO 15.º

A comissão administrativa tem a seu cargo o deposito e gerencia dos fundos da associação, e delibera por maioria absoluta.

ARTIGO 16.º

Os membros da comissão administrativa são solidariamente responsaveis pelos fundos da associação.

ARTIGO 17.º

A comissão administrativa é obrigada a apresentar em assembléa geral, na primeira sessão do mez de novembro de cada anno, o orçamento da receita e despeza para o anno futuro, a fim de ser discutido e appoyado pela mesma assembléa.

ARTIGO 18.º

Na primeira sessão do mez de janeiro a comissão administrativa dará conta á assembléa geral da sua gerencia, relativa ao anno proximo findo.

ARTIGO 19.º

A eleição da mesa, e a da comissão administrativa, terá logar na ultima sessão do mez de dezembro de cada anno, e a posse na primeira sessão de janeiro do anno seguinte.

§ unico. É permittida a reeleição para todos os cargos da associação.

ARTIGO 20.º

O Centro Promotor delega nos seus membros, ou em commissões especiaes, o encargo de estudar e pôr em pratica as instituições designadas no artigo 4.º

ARTIGO 21.º

Estes Estatutos não poderão ser reformados sem que preceda proposta assignada por treze membros do Centro Promotor.

§ 1.º Esta proposta será entregue ao presidente da associação, o qual convocará a assembléa geral para dia determinado, declarando no respectivo aviso o fim da convocação.

§ 2.º A proposta, reunida a assembléa, só poderá ser admittida votando a seu favor dois terços dos membros presentes.

§ 3.º Approvada que seja a proposta, fixar-se-ha dia para a sua discussão, e o que se vencer será incorporado nos Estatutos da associação, precedendo a regia approvação.

Paço das Necessidades, em dezeseis de junho de mil oitocentos cincoenta e tres.— Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Em conformidade das disposições do artigo 2.º dos Estatutos d'esta Associação, approvados por Decreto de 16 de Junho de 1853, fica sendo Socio do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas o *Marcos Poppe*

Sala da Associação do Centro Promotor, em 1 de Junho de 1854

O Presidente

*A. Mamparo*

O 1.º Secretario

*João Antonio Miguéis*

O 2.º Secretario

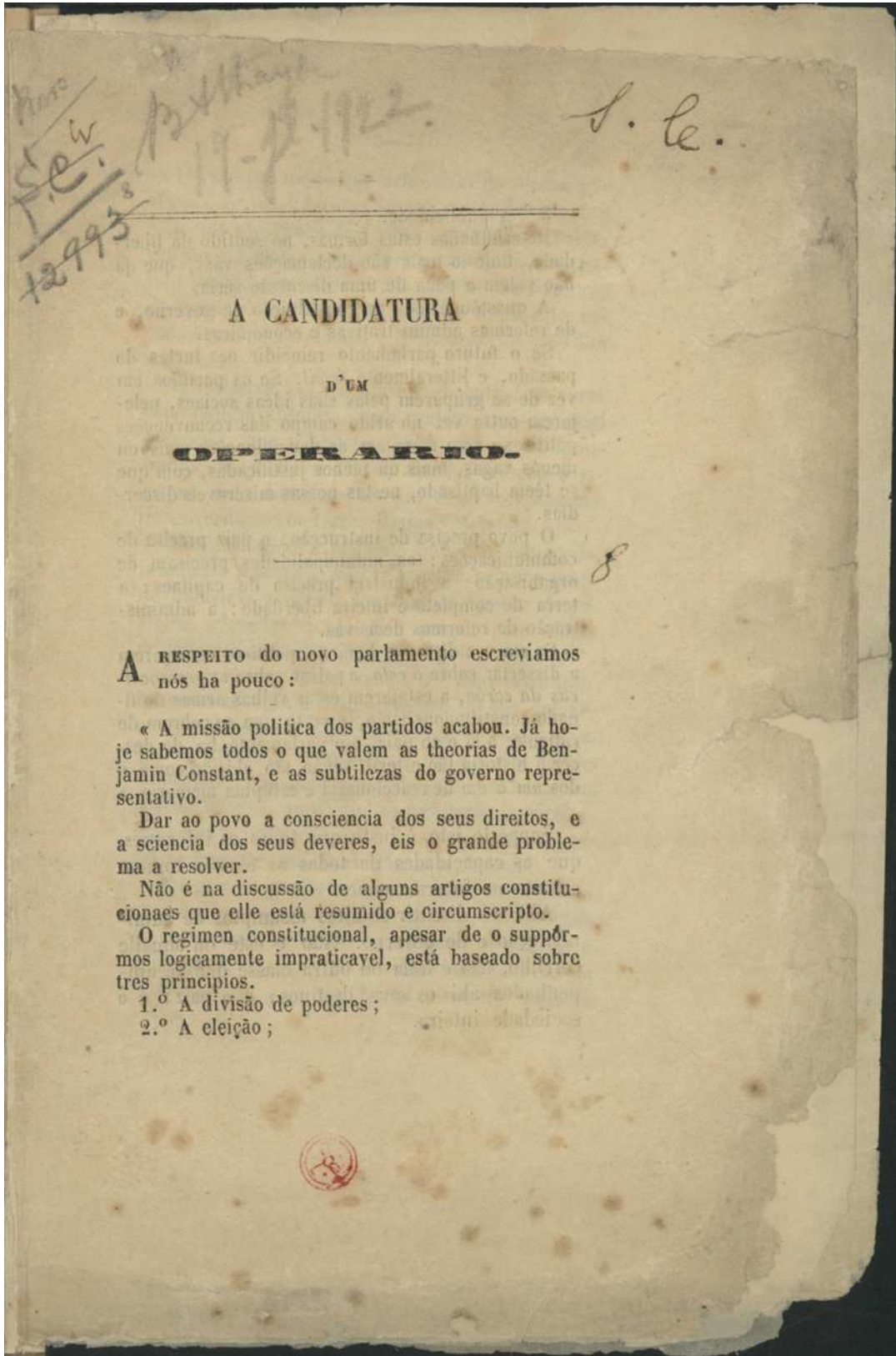
*J. G. de Almeida*

C

O Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas em conta corrente com os subscriptores de donativos para serem distribuídos pelo mesmo Centro - A Revolução de Setembro, 31 de dezembro de 1857, N.º 4709, p. 2.

O Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas em conta corrente com os subscriptores de donativos para serem distribuídos pelo mesmo Centro.		HAVER.	
	DEVE.		
Pela importancia recebida da Associação Fraternal de Beneficencia de todas as classes do Porto.....	60\$000	Pela importancia distribuida ao Monte-pio União.....	150\$000
Idem — Da Sociedade de Soccorros dos Marceneiros e Entalhadores do Porto.....	100\$000	Idem — Ao Monte-pio dos Artistas do Arsenal da Marinha.....	150\$000
Idem — Da Associação de Beneficencia da Imprensa da Universidade.....	30\$000	Idem — Ao Monte-pio de Santa Monica.....	50\$000
Idem — Da Associação Portuense dos Soccorros Mutuos.....	60\$000	Idem — A Associação dos Serralheiros.....	62\$000
Idem — Da Associação dos Soccorros Mutuos dos Artistas Bejenses.....	60\$000	Idem — A Associação dos Professores.....	28\$000
Idem — Da Associação Fraternal de Beneficencia de todas as classes do Porto.....	100\$000	Idem — A Associação dos Marceneiros Lisbonenses.....	6\$400
Idem — Da Associação dos Latãoiros Portuenses.....	112\$000	Idem — A Associação do Monte-pio Philarmónico.....	60\$000
Idem — Da Associação de Beneficencia dos Ourives do Porto.....	255\$150	Saldo existente no banco de Portugal em conta do abaixo assignado.....	1:832\$910
Idem — Da Associação Fraternal Portuense dos Ferreiros, Serralheiros e mais individuos que trabalham em ferro.....	36\$100		
Idem — Da Associação Typographica Portuense.....	13\$760	Lisboa, 29 de dezembro de 1857. — Antonio Rodriguez Sampaio.	
Idem — Da Associação Philantropica Portuense dos Sapateiros.....	83\$650		
Idem — Da Associação da União dos Tintureiros Portuenses.....	32\$600		
Idem — Do Monte-pio Conimbricense.....	116\$880		
Idem — Dos habitantes de Monte-Mór o Novo.....	344\$530		
Idem — Dos Artistas de Coimbra.....	120\$000		
Idem — Do sr. José Joannes e empregados da fabrica do tabaco.....	76\$500		
Idem — De D. Carolina Virginia Arata Gavires de Almeida.....	4\$500		
Idem — Dos srs. Francisco José da Costa Lobo, José Izidoro Guedes, e José Maria Eugenio de Almeida.....	300\$000		
Idem — Dos srs. João Abel Martins, e Luiz Eugenio da Cunha Seixas.....	100\$000		
Idem — De Antonio Marques de Carvalho.....	50\$000		
Idem — Do sr. Thomaz Pereira da Costa, producto de um concerto dado por seu filho no theatro de S. João no Porto.....	200\$480		
Idem — Do sr. Francisco José de Almeida.....	4\$500		
Idem — Do sr. Custodio Rebello de Carvalho.....	22\$500		
Idem — Do sr. José Maria do Casal Ribeiro.....	43\$000		
Idem — De dois artistas que pediram a reserva dos seus nomes.....	4\$500		
Idem — Dos srs. João e José Rodrigues d'Azevedo.....	6\$660		
Somma.....	2:339\$310		





RES.  
4345

3.º A publicidade.

Determinadas estas fórmãs, no sentido da liberdade, tudo o mais são declamações vãs, que já não valem a pena de uma discussão séria.

A questão é toda de constituição de governo, e de reformas administrativas e economicas.

Se o futuro parlamento reincidir nas luctas do passado, é litteralmente *fossil*. Se os partidos em vez de se gruparem pelas suas idéas sociaes, pelearẽem outra vez no arido campo das reconvenções politicas, nem merecem as denominações mais ou menos vagas, mais ou menos justificadas, com que se têm baptisado, nestas nossas miseraveis discórdias.

O povo precisa de instrucção: o paiz precisa de communicações: as municipalidades precisam de organização: a industria precisa de capitaes: a terra de completa e inteira liberdade: a administração de reformas decisivas.

Se em vez disto, os homens politicos começarem a dissertar sobre o *veto*, a palrar sobre as *prerogativas da corôa*, a estafarem essas velhas armas do findado constitucionalismo, é certo que se cobrem de ridiculo, a si e ao paiz, e o parlamento ha de descer á historia tão esteril, senão tão abjecto como o dos *um a um* de reaccionaria e estúpida memoria. »

Supposto isto é justo que todos os interesses, que as capacidades de todas as classes tomem assento na futura camara.

Alli vão discutir-se altos assumptos de administração e de governo. Não é este ou aquelle corrillo, não é uma ou outra classe que vê empenhados ali os seus destinos: é o paiz; é a sociedade inteira.



Do mesmo modo que acho absurda a idéa exclusiva de candidaturas locais, intendo que nos collegios eleitoraes de Lisboa, e depois da intervenção da classe operaria no triumpho do partido progressista, devem admittir-se candidaturas de homens, que tenham conscienciosamente estudado as necessidades, e a situação do trabalho industrial.

A industria portugueza apunhalada duas vezes pela realesa absoluta, essa realesa anti-nacional e egoista, que a historia ha de cubrir de ignominia, em 1701 e 1810, nasceu, cresceu e vigorou, pela dictadura de um dos raros homens de governo nesta terra, Passos (Manuel).

Mas não se vê a pequena industria esmagada, infeudada á usura? Não se observa como a grande industria progride lentamente, pobre de capitaes, elevados a um alto preço, pela dupla concorrência do governo e da agricultura?

Eu acredito certos males de facil reparação, havendo energia e desejo sincero de lhe dar remedio. Supponho impreterivel que essas questões, que se prendem á existencia intima das classes laboriosas, não sejam exclusivamente discutidas por advogados, medicos, proprietarios-agricolas, militares e funcionarios, classes de que em geral se compõe, em Portugal, o parlamento.

Eu não proponho a candidatura de um operario, que a opinião publica aponta, como digno de representar a classe na camara, só porque é operario: é porque o considero um homem de intelligencia, cuja voz ha de illustrar, mais de

uma vez, os problemas da nossa regeneração económica.

Admiro-o, como uma dessas energicas e poderosas vontades, que comprimidas no centro de uma sociedade mal organizada, adquiriu, pela sua propria iniciativa, o que lhes negam instituições defectivas e absurdas.

Preso-o como um desses generosos filhos do povo, que sabem conservar a dignidade da sua posição, aspirando meramente á mais perduravel e sancta de todas as glorias — a estima, a consideração, e o cordeal affecto dos seus irmãos no trabalho.

José Maria Chaves, serralheiro, reproduz, na nossa epocha um daquelles severos e magestosos caracteres do seculo xiv, desses que levantaram uma dynastia sobre os seus braços robustos, que expulsaram os castelhanos, e fundaram, para sempre, a nacionlidade portugueza, distincta dos outros povos da Peninsula.

Filho de um honrado operario, que fôra membro da Casa dos Vinte e Quatro, entrou, pela morte de seu pae, para as officinas do Arsenal do Exercito.

Ahi, á custa do seu tempo e salario, cursou as aulas de mathematica na Academia de Marinha, adquirindo conhecimentos desenvolvidos em geometria e mechanica. Nas horas, roubadas ás fadigas do trabalho, dedicou-se ao estudo das linguas franceza e italiana, illustrando o espirito, no tracto e convivencia de ambas as litteraturas.

Soldado nas guerras da liberdade foi um desses milhares de guerreiros do povo, que não venderam o seu sangue a preço das « indemnisações, » um dos actos politicos que condemnaram moralmente o partido *moderado*.

Nesse tempo arriscava-se a vida, trocava-se o salario pelo mesquinho pret, e acabava-se largando a espingarda, e vindo-se modestamente pegar outra vez na enxada, ou no formão, na lima, ou no martello.

Só as classes altas é que deram exemplo de uma avidez vergonhosa.

Sectario da revolução de setembro, serviu-a em todos os periodos do seu desenvolvimento, caindo com ella, ferido, em 13 de março de 1838; data escripta com sangue innocente, e que mancha os annaes do partido *ordeiro*, traidor á revolução, e que proclamando-se contrario aos meios violentos, recebeu o poder ensanguentado, e desauthorisado por uma victoria imposta pela traição, e pelas baionetas.

Pouco depois foi despedido do Arsenal.

O querer viver trabalhando o levou ao Conservatorio das Artes e Officios, e ao Arsenal de Marinha. Perguntem ahí esses escarnecedores do trabalho, qual o seu comportamento? Qual a sua aptidão?

Hoje é dono e ao mesmo tempo operario de um estabelecimento de serralheria, e é de certo um dos mais habéis artistas na sua profissão.

Eleito duas vezes presidente de uma das mais respeitaveis associações operarias « A Sociedade



dos Artistas Lisbonenses,» ninguem ignora a probidade, a intelligencia, a austera imparcialidade com que dirige aquelles trabalhos.

O sr. José Maria Chaves é redactor do «Ecco dos Operarios.» O seu estylo denuncia as fortes qualidades da sua alma: é incisivo, nervoso, lucido e penetrante. Se a alguém se pôde applicar o aphorismo de Montaigne: — *l'estyle c'est l'homme*, é seguramente a este honesto e digno operario.

Os que o tem ouvido fallar, comprehendem desde logo a causa da sua justa popularidade. E' o bom senso revestido de fórmas elegantes, sem pompa, imponentes sem ostentação.

Tem inimigos e detractores. E' uma prova solemne do seu merito, um symptoma da sua superioridade. A calunnia todavia tem respeitado o seu character, e ninguem ainda ousou pôr em duvida a sua rectidão e probidade pessoal.

Não sei se no collegio eleitoral de Lisboa se respeitará o intimo desejo de um grande numero de operarios. Talvez que a força da maioria commetta um grande acto de ingratição para com essas classes laboriosas, que são o apoio, e se constituem o elemento mais poderoso da liberdade.

O sr. José Maria Chaves é presidente da commissão eleitoral operaria: é talvez esse um crime imperdoavel para com os velhos capatazes das luctas eleitoraes.

Não creio que lhe neguem o seu voto porque é laborioso, em vez de parasyta, porque produz

em vez de consumir improduttivamente, porque contribue para o estado, em vez de estar ligado pelo cordão umbilical ás delicias do orçamento.

Em honra do nosso seculo, nego-me a supôr que se deixe de considerar nobilitado o trabalho: que as classes que vivem unicamente pelas fadigas do operario, cuspam o desprezo na mão que as enriquece, no braço que as defende, no coração que lhes supporta muitas vezes os caprichos, sem odio; que lh'os perdoa sem reserva.

Se é assim: tremam! Se querem a guerra, terão a guerra.

Se cerram as portas da vida publica aos cidadãos benemeritos, porque se sustentam como quiz Deus, com o suor do seu rosto, hão de fazer com que as classes laboriosas reneguem da legalidade.

Seja qual fôr o partido, que se chame retrogrado, progressista, ordeiro, ou revolucionario, que desadorar o espirito do seculo, ajoelhar perante deploraveis e infames preconceitos, ha de ser expulso com ignominia do templo, como os vendilhões pelo azorrague do Christo.

A nossa bandeira está hasteada. Deus ha de coroar os nossos esforços. O futuro póde ser demorado pelo arbitrio, pelos escandalos da força, mas ha de vir a nós, que assim o quer a Providencia.

A democracia é o trabalho.

O progresso é a revolução.

Se os velhos partidos querem, tenazmente ape-

gados ás fruições de um poder inbelle e valedunario para o bem, energico e omnipotente para o mal, constituirem-se em exclusivos *morgados* desta terra, tem tarde ou cedo uma guerra civil.

Seria o nosso desejo, meu, e dos meus correligionarios, que as novas idéas não houvessem de desabrochar salpicadas de sangue.

Se lhe quizerem dar um sanguinolento baptismo, a culpa não é dos que até aqui, tem usado das armas da conciliação, e dos meios inoffensivos da propaganda moral.

Se nos lançarem no campo das revoluções armadas, sabemos quantos homens são necessarios para levantar uma barricada.

Insultem agora a nossa moderação: não se queixem depois dos excessos que provocam, por um mesquinho e insupportavel egoismo.

Sómos poucos talvez, por em quanto, mas — acreditem! — teremos em breve todo o paiz filiado ás nossas idéas de emancipação, e de verdadeiro progresso.

Algum dia, e esse dia não está longe, todos hão de ficar espantados de que um povo podesse, por tanto tempo supportar o despotismo da mediocridade.

Para elle appellâmos com coragem e resignação.

A. P. LOPES DE MENDONÇA.

*Escriptor publico.*

Typ. Social. — Rua dos Calafates, 84.



RES.  
4345



## Curriculum Vitae

### Informação pessoal

Apelido(s) / Nome(s) próprio(s) João Lázaro Cavaleiro Diz de Carvalho  
Morada(s) Rua do Alviela, lote 47 – 4ªA 2625- Póvoa de Santa Iria  
Telefone(s) Telemóvel:919938839  
Correio(s) electrónico(s) Joaodizlazar@gmail.com  
Nacionalidade Portuguesa  
Data de nascimento 03-Maio-1985  
Educação e formação

Datas Desde Setembro de 2010  
Designação da qualificação atribuída Mestrado em História Moderna e Contemporânea com especialidade em Política, Cultura e Cidadania.  
Principais disciplinas/competências profissionais Conhecimentos nas áreas de Movimentos Sociais e Cidadania, Nacionalismo e Etnicidade, História Oral, Questões de Museologia, Culturas Urbanas, Sociedade e Sistemas Políticos Europeus, entre outras.  
Nome e tipo da organização de ensino ou formação Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE  
Datas De Setembro de 2007 a Junho de 2010  
Designação da qualificação atribuída Licenciatura em História.  
Principais disciplinas/competências profissionais Conhecimentos na área de História Moderna e Contemporânea (História Comparada, História da Europa Moderna, Economia Mundial, História da América Latina, entre outras).  
Nome e tipo da organização de ensino ou formação Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE  
Nível segundo a classificação nacional ou internacional Classificação final de 16 valores numa escala de 0 a 20, Muito Bom (classificação nacional).

### Experiência profissional

Datas De Setembro de 2011 a Junho de 2012  
Função ou cargo ocupado Investigador em História.

Principais atividades e responsabilidades Investigação sobre a história religiosa local, nomeadamente sobre a Igreja de Nossa Senhora da Luz e a Irmandade de Nossa Senhora da Luz, ambas na localidade de Carnide. Recolha de documentação histórica, elaboração de textos e arquivo em formato digital.

Nome e morada do empregador Centro Social Paroquial de Carnide.  
Estrada da Correia n.º 6, 1500-210 Lisboa.

Tipo de empresa ou sector Centro Paroquial.

Datas De Julho de 2010 a Julho de 2011.

Função ou cargo ocupado Estágio Profissional como Investigador em História.

Principais actividades e responsabilidades Investigação e elaboração da história da Igreja de São Lourenço de Carnide, recolha de documentação histórica, e arquivo digital.

Nome e morada do empregador Centro Social Paroquial de Carnide e IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional).

Tipo de empresa ou sector Centro Paroquial.

Datas De Abril de 2009 a Abril de 2010..

Principais atividades e responsabilidades Participação no projeto Iberconcepts, sob a responsabilidade da investigadora Professora Fátima Sá e Melo Ferreira.

Nome e morada do empregador CEHCP (Centro de Estudos de História Contemporânea) com o financiamento da FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia).

Tipo de empresa ou sector CEHCP  
Avenida das Forças Armadas  
Edifício ISCTE  
1649-026 Lisboa.

### **Artigos**

Nome LÁZARO, João (2012). «Habitação operária vista pelas Cortes liberais», in Vértice, Nº. 164, II Série, 23-34.

### **Comunicações**

Datas 04 de Outubro de 2013 (Futuramente)

Espaço Congresso I República e Republicanismo - Universidade de Coimbra

Comunicação «A emergência do republicanismo numa localidade fabril - Póvoa de Santa Iria um caso de estudo».

Datas 20 de Abril de 2013  
Espaço Salão Nobre da Junta de Freguesia de Vialonga  
Comunicação «O Republicanismo na Póvoa de Santa Iria na Alvorada do 5 de Outubro de 1910».

Datas 13 de Abril de 2013  
Espaço Semana da Leitura de 2013 - Casa da Cultura de Santa Iria da Azóia  
Comunicação «O Republicanismo na Póvoa de Santa Iria na Alvorada do 5 de Outubro de 1910».

Datas 14 de Março de 2013  
Espaço I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais - FCSH  
Comunicação «O despontar do movimento operário na esfera pública nos anos 50 do século XIX».

Datas 1 de Março de 2011.  
Espaço 1º Encontro de Bolseiros de Integração (BII) do CEHC-IUL - ISCTE-IUL.  
Comunicação «Perspectivas Parlamentares sobre o mundo do trabalho industrial português no Vintismo».

## **Livros**

Nome LÁZARO, João (2012). O Republicanismo na Póvoa de Santa Iria na Alvorada do 5 de Outubro de 1910. Elementos para a história da freguesia. Vialonga: Edições Associação Dom Martinho.

## Aptidões e competências pessoais

Língua materna	Português.				
Outra(s) língua(s)					
Autoavaliação	Compreensão		Conversação		Escrita
Nível europeu (*)	Compreensão Oral	Leitura	Interação oral	Produção oral	
<b>Inglês</b>	B1	B1	A2	A2	B1
<b>Espanhol</b>	A2	A2	A1	A1	A2
Aptidões e competências sociais	Espírito de equipa e trabalho coletivo; Boa capacidade de integração com os colegas.				
Aptidões e competências de organização	Sentido de responsabilidade; Rápida adaptação a tarefas e pessoas; Boa organização.				
Aptidões e competências informáticas	Bons conhecimentos de: Windows XP e Vista, Microsoft Office (Word, Power Point), Internet Explorer, Windows Movie Maker. Conhecimentos básicos de Photoshop Conhecimentos em redes sociais.				
Carta de condução	Categoria B.				
Interesses	Em História Social, Política, Militar e Económica. Interesses culturais tais como leitura, pintura, música, cinema, desporto.				

## Informação adicional:

- Entre os selecionados para a atribuição de uma Bolsa de Mérito, (as melhores médias de todo o ISCTE), pela média de 16,4 obtida em 2009/2010 no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

- Prémio de Excelência Académica (as melhores notas de frequência de licenciatura), atribuída pela nota 16,7 obtida no ano letivo de 2008/2009 no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

- Coordenador do Núcleo de História dos estudantes no ISCTE, de 2008/2009 a 2009/2010.

- Experiência profissional enquanto Operário Fabril na empresa Dancake Portugal (entre Outubro de 2006 e Setembro de 2007).

- Experiência profissional enquanto Preparador no Armazém Minipreço (entre Setembro de 2004 e Fevereiro de 2005).

